UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES CIÊNCIAS E HUMANIDADES
MESTRADO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Danilo da Costa Morcelli

Dissertação de Mestrado

**Paisagens paulistanas, memória e patrimônio às margens do
rio Tietê**

São Paulo Landscapes, memory and heritage on the banks of Tietê River

São Paulo
2013

DANILO DA COSTA MORCELLI

Paisagens Paulistanas, Memória e Patrimônio às Margens do Rio Tietê

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

LINHA: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

GRUPO DE PESQUISA: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades na Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Mudança Social e Participação Política

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Helena Zanirato

São Paulo

2013

Autorizo a publicação e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

Biblioteca

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Morcelli, Danilo da Costa

Paisagens paulistanas, memória e patrimônio às margens do Rio Tietê / Danilo da Costa Morcelli ; orientador, Silvia Helena Zanirato. – São Paulo, 2013.

123 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

1. Urbanização – São Paulo (SP). 2. Paisagem urbana – São Paulo (SP). 3. Patrimônio cultural – São Paulo (SP). 4. Rio Tietê (SP). I. Zanirato, Silvia Helena, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 307.1098161

MORCELLI, Danilo da Costa Morcelli.

Paisagens Paulistanas, Memória e Patrimônio às Margens do Rio Tietê.

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades na Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão corrigida, de acordo com a resolução CoPGr 6018, de 13 de Outubro de 2011.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Silvia Helena Zanirato (Orientadora)

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (**EACH-USP**)

Mestrado em Mudança Social e Participação Política (**PROMUSPP**)

Prof. Dr. Diamantino Alves Correa Pereira

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (**EACH-USP**)

Mestrado em Mudança Social e Participação Política (**PROMUSPP**)

Prof. Dr. Janes Jorge

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (**EFLCH-UNIFESP**)

Agradecimentos

São muitos os agradecimentos, porém alguns eu gostaria de especialmente mencionar. Agradeço primeiramente à minha família, principalmente à meus pais, por todo apoio e afeto, e à Caroline pelo incentivo, companhia e carinho.

Agradeço também aos professores do *Programa de Mudança Social e Participação Política*, aos diversos avaliadores e pareceristas, bancas de qualificação e defesa. Agradecimentos em especial aos Professores Janes Jorge, Antônio Carlos Sarti e Diamantino Alves Correia Pereira, por suas valiosas críticas e sugestões, e, sobretudo, pela valiosa amizade.

Aos colegas, membros do programa, pelos valiosos momentos de descontração e as mais diversas trocas de aprendizado.

À Professora Silvia Helena Zanirato, à sua amizade, apoio, atenção, orientação e críticas. Uma pessoa fundamental para os passos que segui neste trabalho e para meu percurso acadêmico. Agradeço por ter acreditado em mim e dado a oportunidade de trazer a tona um tema tão pouco tratado e de grande interesse pessoal.

Agradeço também à diversos membros da comunidade pelas trocas de informações, discussões e pelos diversos incentivos que recebi, das mais variadas pessoas.

Aos membros das diversas bibliotecas, órgãos, instituições e acervos comunitários que consultei.

Agradeço à *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Por último e não menos especial, agradeço à uma força acima da compreensão humana, que agia, onde a dedicação e as possibilidades se limitavam e que se fez presente em muitos momentos....

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças ocorridas ao longo do tempo na paisagem da porção oriental da cidade de São Paulo margeada pelo rio Tietê, resultante das diferentes formas de ocupação do território. O entendimento aqui expresso é o de que os signos de memórias mapeados nesse espaço funcionam como testemunhos das histórias e das transformações humanas no ambiente. Para isso é fundamental o entendimento de três conceitos: paisagem, memória e patrimônio, assim como as relações entre esses. Esses elementos são importantes, pois possibilitam entender e explicar as transformações ocorridas e as marcas desse processo.

Palavras-chave: *Paisagem; Rio Tietê; Memória; Patrimônio.*

Abstract

The objective of this work is analyse the changes over the time in the landscape of the eastern portion of the city of São Paulo bordered by the Tietê River. This landscape is resulting from different forms of land use. The understanding expressed here is that the signs of memory mapped in this space, function as testimonies of stories and human transformations in the environment. So it is vital to understand three concepts: landscape, memory and heritage; as well as the relationships between these. These elements are important as they have in order to capture the transformations that have occurred and the remnants of this process.

Key-Words: *Landscape; Tietê River; Memory; Heritage.*

Sumário

Introdução	(08)
-------------------------	-------------

Capítulo 1: <i>Fundamentação Teórico-Metodológica</i>	(12)
--	-------------

1.1 Paisagem	(15)
--------------------	------

1.2 Patrimônio	(18)
----------------------	------

1.3 Procedimentos metodológicos	(20)
---------------------------------------	------

1.4 A região de estudos	(23)
-------------------------------	------

Capítulo 2: <i>A escrita da paisagem na porção oriental da cidade de São Paulo</i>	(26)
---	-------------

2.1 O início da ocupação das terras indígenas no Planalto Paulista	(27)
--	------

2.2 Uma paisagem de povoados, fazendas, sítios e chácaras	(35)
---	------

2.3 As indústrias: outra dinâmica na paisagem	(39)
---	------

2.4 Paisagem periférica	(52)
-------------------------------	------

2.5 A escrita atual e seus testemunhos	(55)
--	------

Capítulo 3: <i>As rugosidades presentes na paisagem</i>	(59)
--	-------------

3.1 Os testemunhos do período de colonização e de um passado de Sítios e Chácaras	(59)
---	------

3.1.1 As ruínas da casa sede do Sítio Mirim	(60)
---	------

3.1.2 A Capela de São Miguel Paulista e Pátio da Matriz	(63)
---	------

3.1.3 A Fazenda e a Capela da Biacica	(67)
---	------

3.1.4 A Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Penha de França	(70)
---	------

3.1.5 A igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França	(72)
---	------

3.2 Os testemunhos da época da industrialização	(73)
---	------

3.2.1 Companhia Nitro-Química	(74)
-------------------------------------	------

3.2.2 Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – Celosul	(75)
---	------

3.2.2.1 Vila Operária	(79)
-----------------------------	------

3.2.2.2 Chácara Matarazzo	(79)
---------------------------------	------

3.2.3 Companhia Industrial São Paulo e Rio – Cisper.....	(82)
3.2.4 Catedral de São Miguel Paulista.....	(83)
3.2.5 Casarão Kuhn e estruturas de extração de areia e fabrico de tijolos	(84)
3.2.6 Clube Esportivo da Penha.....	(86)
3.3 Um conjunto patrimonial e sua multiplicidade	(86)
 Capítulo 4: <i>Lembrança e esquecimento – Tabula rasa</i>	(89)
4.1 Os testemunhos “apagados”	(90)
4.2 A proteção ao patrimônio na cidade de São Paulo	(106)
 Considerações Finais	(113)
Referências Bibliográficas	(116)

Introdução

Todo trabalho, seja ele acadêmico ou não, é resultado da criação do autor, de sua visão de mundo, e de sua experiência pessoal. Com este não é diferente. Sou paulistano e nasci na Zona Leste da cidade de São Paulo, onde desde os primeiros dias de vida fui criado. Descendente de operários – imigrantes italianos e migrantes nordestinos – trabalhadores que em função das penúrias em seu país natal vivenciaram a chegada e a decadência do café no interior paulista, e daqueles que viveram as agruras da seca no nordeste do país, e que com o advento das indústrias na cidade de São Paulo rumaram para essa região.

Cresci de frente para um grande rio, correndo das cabras e dos ciganos que povoaram o imaginário dos habitantes dessa região. Um lugar bucólico, apesar da vida ditada pelo apito da fábrica. Vivi as procissões e festas religiosas, vi a chegada do Jardim Pantanal e as últimas palafitas se transformarem em alvenarias. Desde 1988, no que minha memória pode guardar, vi muita coisa se transformar, muita coisa se criar, como muitos também viram. Vi Mateus Santos – um pintor local – registrar as diferentes paisagens da região, ouvi músicas e orações que já não encontro mais. Histórias fantásticas, tradições e tantas outras coisas que lembro, e outras que sei que não lembro mais. Um mundo que eu pouco entendia, e não compreendo bem até hoje.

Cresci ouvindo causos ao redor da fogueira e ouvi muitas estórias, inúmeras versões do mesmo fato. Estórias que se encontravam em nenhum outro lugar, a não ser na memória inclusive de muitos que se foram. Senti e vi as coisas mudarem.

Com 17 anos iniciei o rumo que me traria até aqui. E sem que houvesse a intenção inicial estava, continuando uma tradição, o hábito de contar estórias, tinha me tornado um memorialista. Talvez seja alguém buscando sua própria identidade. Tenho dúvidas se desde já começa a Dissertação, ou se ela se inicia nas descrições de um trabalho bruto, árduo, que exigiu renúncias e apostas, que consigo descrever apenas parte dos fatos, pois muito se encontrará na memória dos fatos que vivenciei e das leituras e documentos que consultei. Por mais que não estejam descritos, foram fatos cruciais para entender e explicar o que se era estudado.

Vale a pena ressaltar, ao incursionar nesta pesquisa, que a paisagem que aqui trato foi vivenciada e apreendida em grande parte por tradições orais e histórias familiares, testemunhos da minha vivência. Isso por um lado pode facilitar a narrativa, mas por outro pode levar a privilegiar certas explicações em detrimento de outras, embora os cuidados e o rigor acadêmico. Penso que se faz entender os porquês desta pesquisa. Trata-se de uma investigação que entrecorta o saber acadêmico e a vivência, no qual objetivo analisar as mudanças ocorridas ao longo do tempo na paisagem da porção oriental da cidade de São Paulo, margeada pelo rio Tietê. Os signos de memórias mapeados nesse espaço funcionam como testemunhos das histórias e das transformações humanas no ambiente.

A análise da paisagem permite entender as etapas do passado. Neste trabalho é feita uma reconstituição da história da paisagem na região de estudos, no qual são contextualizados os testemunhos históricos havidos, presentes ou transformados pelo tempo. Esses testemunhos do processo de escrita e reescrita da paisagem.

Esses elementos são entendidos aqui como rugosidades, marcas que representam mudanças e permitem a compreensão das paisagens pretéritas. Esses testemunhos vão desde as primeiras ocupações da região, as primeiras aglomerações humanas nas proximidades do rio.

Como podemos analisar as lembranças expressas no território? Através de narrativas fundamentadas em relatos, fotografias, ou construções que tratam de trajetórias que não são do reino do certo ou do errado, mas visões, vivências, marcas impressas de algo que já não é mais, que deixaram no espaço a sua materialização.

Para a realização deste trabalho foram empreendidos levantamentos bibliográficos de textos que apresentavam as transformações ocorridas no espaço selecionado, com vistas a contribuir para a compreensão das diferentes paisagens sobrepostas na região delimitada. Posteriormente foram levantados lugares e monumentos remanescentes das diferentes formas de ocupação, que são considerados patrimônios históricos e culturais (sejam eles tombados ou não). Como parte dos testemunhos históricos já desapareceu, ou sofreu modificações, recorreremos às fotografias e a outros documentos existentes com vistas a melhor compreender as mudanças havidas. Todo esse material foi analisado com base nas orientações metodológicas para cada tipo documental empregado. Dessa forma, o trabalho tem a seguinte estruturação.

No Primeiro Capítulo são apresentados os conceitos fundamentais da pesquisa como paisagem, patrimônio e memória e a relação entre essas categorias conceituais. A preocupação é a de explicar como essas categorias permitem o entendimento das transformações ocorridas no espaço de análise e em que medida eles se fazem necessários. Assim, também é apresentada a região de estudos em seus principais aspectos.

No Segundo Capítulo são abordados aspectos históricos da cidade de São Paulo, especificamente da constituição da região de estudos e do rio Tietê, as principais dinâmicas e características que ajudam a entender a região e as principais mudanças sofridas na paisagem. Nesse Capítulo é analisado como se estruturou e se transformou a paisagem nessa região, são explicitadas as relações do que se destrói e se constrói, conjuntamente com o papel dos rios, do relevo e das áreas naturais, e das heranças temos presentes nesta porção oriental da cidade de São Paulo. A análise parte dos principais núcleos populacionais formados na região, lindeiros ao rio Tietê, como a Penha, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista e Itaim Paulista, e evidencia os aspectos da escrita atual da paisagem, das transformações havidas, dos processos de escrita, reescrita, ou apagamento dos testemunhos.

As dinâmicas ocorridas nessa paisagem deixaram testemunhos, remanescentes da história dessa paisagem. Assim no Terceiro Capítulo são identificados os testemunhos das transformações que se encontram ainda na região, vestígios esses do período de colonização – meados do século XVI – e de um passado de sítios e chácaras como as ruínas da Casa Sede do Sítio Mirim, a Capela de São Miguel e a Fazenda da Biacica, todos do século XVII e construções mais recentes, e vestígios de um período industrial que se seguiu na região, sobretudo no início do século XX.

Quatro séculos de modificações na paisagem, onde ergueram-se edificações e mantiveram-se vestígios, isso, até a segunda metade do século XX, quando parte dos testemunhos se perderam. Assim, no Quarto Capítulo são apresentados testemunhos que se perderam, ou tiveram pouca persistência na paisagem, mas que persistem em outros registros – como em relatos e fotografias – e são importantes para também se entender a história havida na região e a sobrevivência dos demais testemunhos. São trabalhados ainda neste Capítulo, os desafios para a manutenção desse legado, as políticas para conservação e o posicionamento

das comunidades em relação a conservar ou destruir esses testemunhos em detrimento de novas escritas.

Espero com o caminho trilhado neste trabalho contribuir com mais um olhar sobre essa região tão complexa, que é apenas um trecho de uma imensa região, em que ficam expressas nas paisagens heranças de diversos tempos e de povos de origens tão diversas. Espero que o leitor possa trilhar o caminho que eu trilhei, e quem sabe se incomodar tanto quanto eu me incomodei. Que este, além de um olhar, seja um ponto de dúvida, de reflexão, que não se resuma a este texto e que possa servir de inspiração para a constituição de outros trabalhos do gênero.

Capítulo 1

Fundamentação Teórico-Metodológica

A paisagem em seus diferentes processos de escrita deixa rastros e traços – vestígios aos, quais se debruça esse estudo – e que podem ser acessados através das memórias. Essas heranças são testemunhos das transformações ocorridas na paisagem.

Alguns lugares modificam mais rapidamente do que outros. São Paulo, por exemplo, é considerado um lugar que teve uma dinâmica impressionante. Nos dizeres de Leonardo Benevuolo (1980, p. 8):

As cidades brasileiras crescem muito rapidamente, e entre elas, São Paulo mais que qualquer outra. A velocidade é tão grande a ponto de apagar, no espaço de uma vida humana, o ambiente da geração anterior [...].

Em função da rapidez das transformações, “as lembranças são mais duradouras que o cenário construído, e não encontraram nele um apoio e um reforço” (BENEVUOLO, 1980, p. 8).

De acordo com Glória da Anunciação Alves (2004), a leitura da paisagem pode revelar as mudanças profundas no espaço da cidade. No mundo atual, a percepção das transformações espaciais “exige o uso da memória e do processo de constituição histórica do lugar para se revelar” (ALVES, 2004, p. 286).

Para essa autora “a destruição de espaços do passado em nome da modernização, até pelo pouco poder de mobilização e contestação [da] [...] sociedade brasileira até meados dos anos 1980, era um fato ‘normal’ e aceito por boa parcela da população” (p. 286). Em nome de um ideal de progresso destruía-se o que era considerado velho e arquitetonicamente ultrapassado e criava-se o novo, o moderno, dinâmico, mas que era fugaz, a ponto de em curto período de tempo ser novamente modificado (ALVES, 2004).

Esse processo de transformação espacial eliminou parcelas significativas da memória social da cidade. Para as novas gerações essa “dissolução das coisas” faz parte da normalidade, implicando na noção de que “tudo é novo, descartável, passível de transformação pela completa destruição do antigo” (p. 286). Esse processo, ainda segundo a autora, impede a

“construção de uma consciência espacial dos processos de constituição da vida urbana e, logo, da possibilidade de resistência ao que é imposto” (ALVES, 2004, p. 286).

Michael Pollak (1989), referindo-se a Maurice Halbwachs (1990), enfatiza a importância dos diferentes pontos de referência – como monumentos, edificações, tradições e costumes, festas, músicas e culinárias – para a estruturação da nossa memória e que a inserem na coletividade a qual pertencemos. Nos dizeres de Halbwachs (1990) “[...] cada sociedade recorta o espaço a seu modo, [...] de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças” (p.160). Sendo assim, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (p. 143).

De acordo com Michael Pollak (1992) a memória é constituída da lembrança dos acontecimentos, da recordação de pessoas, personagens e lugares. Os acontecimentos podem ser vividos individualmente – ou pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer – ou por acontecimentos em que a pessoa pode não ter participado, mas que, no seu imaginário, tomaram tamanho relevo que é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

Esses acontecimentos vividos indiretamente e presentes no imaginário vêm se juntar a todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Por meio da socialização política e histórica, ocorre um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória “*herdada*”, onde as lembranças sobre acontecimentos podem ser transmitidas ao longo de séculos com altíssimo grau de identificação (POLLAK, 1992). Isso favorece ao entendimento de paisagens que já não se têm.

A memória é seletiva, sofrendo flutuações em função do momento em que ela é articulada (seja individual, ou coletiva) por mais que esta seja bem mais organizada. Ela é um campo de disputa e se apresenta de maneira plural, podendo existir em uma sociedade memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que a compõem (POLLAK, 1989; 1992).

A organização da memória em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que *a memória é um fenômeno construído* social e individualmente. Os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é resultado de um trabalho de organização (POLLAK, 1989).

A memória, uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de diferentes tamanhos (POLLAK, 1989). Esse funcionamento permite entender também porque sabemos de algumas paisagens, mesmo que não mais existam.

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar, sua complementariedade, mas também suas oposições. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum – incluindo o território – significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência (POLLAK, 1989).

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode ser interpretado e combinado às referências associadas, visando não apenas manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Além da produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e personagens, os trabalhos de enquadramento visam os objetos materiais, como as construções, os locais e os vestígios históricos. Quando vemos esses pontos de referência de outras épocas, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade, de culturas que mesmo tendo desaparecido, estão de alguma forma à nossa disposição (POLLAK, 1989).

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados à uma lembrança – que pode ser uma lembrança pessoal, ou pode não ter apoio no tempo cronológico – pode haver lugares que são lugares de comemoração – como os monumentos, por exemplo – e que podem servir de base à uma relembração de um período vivido – vivido de fato ou vivido “por tabela”. Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo e, por conseguinte, da própria pessoa – seja indiretamente, seja por pertencimento a esse grupo (POLLAK, 1992).

Tem-se assim que a memória encontra nos objetos materiais uma capacidade de evocação. Imagens, lugares, paisagens¹; todos esses elementos nos servem de suportes para a memória. Se a memória encontra suportes na paisagem, ou por assim dizer, se a paisagem é constituída por diversas memórias, as diversas heranças e manifestações de tempos pretéritos nos servem como testemunhos das funcionalidades e usos dessa paisagem.

1.1 Paisagem

O conceito de paisagem apresenta uma pluralidade de definições que variam de acordo com as bases epistemológicas e o campo de conhecimento do qual ele é tributário. Podemos dizer, conforme Joan Nogué (2010) que paisagem é um conceito em essência geográfico, para Milton Santos (2002), é o resultado visual da apropriação do espaço por um grupo, possui um caráter histórico². Nos dizeres de Paul Claval (1999, p. 14), ela é “um documento-chave para compreender as culturas, o único que subsiste frequentemente para as sociedades do passado”.

Ao falar de paisagem, estamos falando de uma porção da superfície terrestre que foi moldada, percebida e interiorizada ao longo do tempo pelas sociedades que ali habitaram. A paisagem é um complexo cuja organização e dinâmicas se fundamentam em inter-relações de caráter social e cultural, sobre uma base natural, material. A paisagem existe somente em relação ao ser humano, na medida em que este percebe e se apropria desta (NOGUÉ, 2010).

Para Milton Santos (2002), a paisagem é um conjunto de formas que exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre homem natureza³. A paisagem é transtemporal, pois junta objetos passados e presentes em uma construção transversal. Ela é

¹ De acordo com Angélica Schwanz & Sílvia Zanirato (2010), a memória se sustenta na paisagem, no lugar, nos objetos, e a capacidade de evocação encontra ali uma base para a sua permanência, sendo que é nesta base que se formam as identidades.

² Portanto resultado visual do território. O território é a apropriação do espaço por um determinado grupo, enquanto que a paisagem é o resultado visual desta apropriação (SANTOS, 2002).

³ Milton Santos (2002) faz essas considerações sobre a paisagem em distinção ao espaço, que são as formas mais a vida que as anima. Para o autor o espaço é sempre “presente, uma construção horizontal, uma situação única” (p. 103). O autor destitui a paisagem da sociedade, perspectiva não adotada aqui. Para ele a paisagem existe no espaço social, através das relações sociais que envolvem o homem e o espaço. Portanto a visão aqui utilizada do conceito de paisagem por Milton Santos (2002) é uma leitura e sua respectiva complementação.

um tipo de “*palimpsesto*”⁴, revelando um passado já vivido, mas que pode ser acessado numa perspectiva de conjunto, onde mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe, uma escrita sobre a outra, um conjunto de objetos de diferentes idades, uma herança de momentos passados.

Para a Historiadora Sandra Pesavento (2005) essa escrita que se oculta sobre outra, deixa os traços e vestígios que podem ser recuperados. Esta acumulação de marcas de historicidade, se amplia para além dos traços materiais ou de escrita, se estende ao plano das recordações e lembranças, onde podem ser recuperadas.

A paisagem é resultado de uma transformação coletiva da natureza, a projeção cultural de uma sociedade em determinado espaço. As sociedades humanas através da cultura transformam as paisagens naturais em paisagens culturais, transformações não só caracterizadas por uma materialidade, como também pela transformação de seus valores, e de seus sentimentos. As paisagens possuem caráter dinâmico. A paisagem é cultura e, precisamente por isso, é algo vivo, dinâmico, em contínua transformação, em contínua mutação (NOGUÉ, 2010).

As alterações na paisagem deixam testemunhos do passado, pois os objetos não se transformam ao mesmo tempo e os elementos de sua composição constituem-se em momentos históricos diferentes. A paisagem é dinâmica, resultado de uma acumulação de tempos, assim como o espaço, altera-se continuamente acompanhando as transformações da sociedade (SANTOS, 2002).

De acordo com Pesavento (2005, p. 114-115):

O que chamamos de paisagem urbana é sempre uma paisagem social, fruto da ação da cultura sobre a natureza, obra do homem ao transformar o meio ambiente. Neste espaço construído, a passagem do tempo altera as formas, seja pela destruição das mais antigas – entendidas como superadas, anacrônicas, não funcionais ou suficientemente desgastadas para serem substituídas – seja pela adaptação e composição com novas formas, onde fachadas modernas ocultam velhas estruturas, seja ainda pela atividade, regeneradora ou destrutiva, de uma preocupação de preservação, que

⁴ O palimpsesto é uma imagem arquetípica para a leitura do mundo. Palavra grega surgida no século V a.C., trata-se de um pergaminho do qual se apagou a primeira escritura para reaproveitamento por outro texto, dessa forma apresentava a escrita sucessiva de textos superpostos onde a raspagem de um não conseguia apagar todos os caracteres antigos dos precedentes, que se mostravam, por vezes ainda visíveis, possibilitando uma recuperação. A escassez de pergaminhos nos séculos do VII ao IX generalizou os palimpsestos (PESAVENTO, 2005).

entende tais elementos do espaço construído como patrimônio. Em termos gerais, uma Cidade abriga todos estes tipos de espaço construídos, em múltiplas combinações possíveis, por superposição substituição ou composição.

A paisagem está cheia de lugares que “materializam” a experiência e as aspirações de um povo. Os lugares se convertem em centros de significado, em símbolos que expressam pensamentos, ideias e emoções. A paisagem não é só a fisionomia externa e visível de uma determinada porção da superfície terrestre, mas também uma construção desse mundo, uma forma de vê-lo, uma percepção. A paisagem é uma construção social e cultural, sempre ancorada em um substrato material, físico, natural. É tanto uma realidade física quanto a representação que culturalmente fazemos dela (NOGUÉ, 2010).

Para George Bertrand (2008)⁵ a paisagem não é limitada ao visível. O mais importante da paisagem não é visível. Em seus dizeres:

[...] hay que explorar [...] la potente acumulación de hechos y mecanismos que subyacen a las representaciones socio-culturales [...] dar sentido a lo sensible vuelve a enraizar el paisaje en lo más profundo y lo más oculto de su territorio y de su larga historia social y natural (BERTRAND, 2008, p. 20).

Simon Schama⁶, em sua obra “*Paisagem e memória*” (1996), demonstra como o modo como vemos a paisagem foi historicamente construído, carrega séculos de memórias e infinitas “pegadas” do passado. De acordo com o autor, a paisagem é obra da mente, compõe-se de camadas de lembranças. Produto de uma cultura comum, nossa tradição da paisagem é uma construção a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões. Em cada árvore, rio, ou rocha – elementos constitutivos da paisagem – estão depositados séculos de memória. O autor expõe que a visão da natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo (SCHAMA, 1996).

⁵ Bertrand (2008) compara a “*paisagem-território*” (p. 20) – nos seus dizeres – com um *Iceberg*, que deve ser explorado além de sua linha de flutuação, sem esquecer que a paisagem, assim como um iceberg à deriva, impulsionado pelas correntes contrárias, “*desaparecerá un día en el océano de las memorias adormecidas que habrá que despertar*” (p.20).

⁶ Schama (1996) analisa as significações atribuídas à paisagem em diversas épocas e lugares, mostrando o que se conserva e o que se perde, sob a ótica culturalmente herdada da natureza. Ao evocar o poder mítico da água, das árvores e das rochas busca elementos que possam ser identificados: o rio, as rochas, o relevo, as edificações humanas.

A paisagem desempenha um papel fundamental no processo de criação, manutenção e consolidação de identidades territoriais. As pessoas se sentem parte da paisagem – ingrediente fundamental de seu sentido de lugar – e com ela estabelecem múltiplas e profundas cumplicidades (NOGUÉ, 2010).

Uma vez que a memória se sustenta na paisagem, há signos na paisagem que permitem a manutenção das lembranças. Os signos da memória, esses elementos remanescentes do passado que apresentam as “*diferentes rugosidades da paisagem*” – utilizando-se os dizeres de Santos (2002) – são aqueles sinais que possibilitam compreender as transformações ocorridas no tempo e dar sentido de continuidade histórica ao lugar. Esses signos da memória, uma vez valorados pela comunidade por seus atributos, constituem o que hoje se denomina patrimônio.

1.2 Patrimônio

Assim como “*paisagem*”, o conceito de patrimônio apresenta definições que variam de acordo com o campo de conhecimento do qual ele foi apropriado.

Uma de suas noções, baseada em Dominique Poulot (2009), é a de que o patrimônio corresponde a um conjunto de posses reconhecidas por uma sociedade, que devem ser identificadas como transmissíveis, desenhando um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado com a projeção de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e de afirmar uma continuidade⁷.

Segundo Marly Rodrigues (2000), a legitimação desse conjunto se faz em:

um campo de disputas simbólicas no qual se refletem as possibilidades de cada segmento social apropriar-se do passado e manter ou conquistar o acesso pleno aos direitos sociais, o que torna também um lugar de esquecimento, de exclusão, em constante mudança (RODRIGUES, 2000, p. 145).

⁷ Para Silvia Zanirato (2009) a conservação do patrimônio é uma forma de garantir o testemunho e o referencial dos valores culturais, simbólicos e de sua representatividade técnica e social. Proteção que se efetiva com envolvimento das comunidades que os detêm.

O patrimônio atualmente ocupa uma posição privilegiada nas configurações da legitimidade cultural, nas reflexões sobre identidade e nas políticas de vínculo social, abarcando um amplo universo de bens, que além de remeter ao passado, permitem a possibilidade de reivindicar uma transmissão (POULOT, 2009).

Dentre as definições conceituais, a concepção de Hùgues de Varine-Bohan (1974)⁸ – utilizada também por Carlos Lemos (1981) – norteia os objetivos aqui propostos.

Em sua acepção o patrimônio é composto primeiramente pelos os elementos pertencentes à natureza e ao meio ambiente. São os recursos naturais, que tornam o sítio habitável. Os rios, a água desses rios, os peixes, sua carne, os animais, as florestas as árvores, suas frutas, madeira. A terra, o clima, a paisagem que orienta e está cheia de símbolos, marcos e pontos de referência. Seja o ambiente natural ou urbano, representa o quadro da vida do homem, o meio formado pelo homem, herdado de gerações (VARINE-BOHAN, 1974; LEMOS, 1981).

O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos não tangíveis do patrimônio cultural, que compreendem toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu ambiente (VARINE-BOHAN, 1974; LEMOS, 1981).

O terceiro grupo de elementos reúne os chamados bens culturais, que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do ambiente e do saber fazer (VARINE-BOHAN, 1974; LEMOS, 1981).

A consideração desse conjunto faz com que não ocorram distinções hierárquicas entre os elementos considerados, permitindo considerar o patrimônio como um conjunto de objetos que, acima de suas características físicas, representam as relações entre os homens, cujo

⁸ Varine-Bohan (1974) foi diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) por mais de dez anos. De acordo com Marly Rodrigues (2000), em 1974, a realização de um curso para diplomados em arquitetura trouxe um arejamento das perspectivas patrimonialistas no Brasil. O evento contou com a participação de especialistas estrangeiros, entre os quais Hùgues de Varine-Bohan. De acordo com a autora, foi a primeira vez em que foi tratada a composição conceitual do patrimônio, discussão que até então encontrara forte resistência entre os especialistas. Ao discutir o conceito de patrimônio, Varine-Bohan, trouxe contribuições e abriu aos especialistas o caminho para a compreensão da complexidade e amplitude das ações preservacionistas. Admitindo as inúmeras interpretações do conceito e sua mutabilidade, abordando diferentes aspectos da questão preservacionista, tendo como ponto de partida o ponto de vista antropológico de patrimônio, entendendo a preservação como ação cujo alvo era o homem e não as coisas, ainda de acordo com a autora, Varine-Bohan colocou dúvidas sobre procedimentos técnicos considerados indiscutíveis colocando sempre em cheque a finalidade da ação preservacionista (RODRIGUES, 2000).

valor e realidade dependem da referência que é o homem. O homem que é o crítico final do conjunto cultural (VARINE-BOHAN, 1974; RODRIGUES, 2000)⁹.

Para Varine-Bohan (1974) “o patrimônio não é unicamente composto de coisas belas e boas, mas também formado de defeitos e erros” (p. 5), compreendendo “este pequeno mundo que o homem fabricou para si” (p. 5).

O homem está no centro de um conjunto de elementos que ele próprio compõe – elementos estes que constituem o patrimônio – não para admirar seu passado, mas para contribuir na construção e para dar uma continuidade cultural (VARINE-BOHAN, 1974).

Exposto o entendimento adotado sobre o patrimônio, seguem os procedimentos metodológicos, que são embasados pelos elementos aqui citados.

1.3 Procedimentos metodológicos

Para George Bertrand (2008) a paisagem requer múltiplas pesquisas e trabalhos de campo, necessitando confrontar uma massa de informações dispersas e distintas. O autor também fornece uma matriz de leitura e procedimentos para a análise e compreensão da paisagem, que inspiram os procedimentos adotados neste trabalho.

A matriz de leitura, heurística, sem pretensão taxonômica, tem a função de esclarecer a organização territorial da paisagem. Esta matriz é feita a partir dos dados iconográficos existentes ou elaborados para essa finalidade, como mapas, desenhos, diagramas, fotografias (atuais e antigas) e modelizações diversas, identificando ambiente material e imaterial regional e os conjuntos culturais correspondentes, o cenário de fundo, os lineamentos paisagísticos – como por exemplo rios e estradas – mosaicos e conjuntos paisagísticos, agrupados ao redor de um lugar de destaque, unidades paisagísticas de base,

⁹ De acordo com Rodrigues (2000), Varine-Bohan defendia o inventário com a concorrência de várias disciplinas e orientado nos conhecimentos dos moradores tradicionais da região. Seriam estudos sistemáticos, não para conservar tudo, mas para conhecer a tipologia e a inserção das formas nas regiões de modo a poder orientar as pessoas, não quebrando o desenvolvimento cultural de antes e depois, e para chegar a uma continuidade racional. De acordo com Varine-Bohan (1974), o inventário é feito quando os elementos estão em vias de desaparecimento, e não leva em conta elementos que possam se tornar importantes em um futuro não muito distante. Ainda sugere, estudos que definam domínios de intervenção urgente e de longo prazo, realizando estudos e inventários em regiões circunscritas, que considerem elementos em via de se modificarem, tendo em vista transformações que possam ocorrer, permitindo conhecer a situação cultural, em vista de um desenvolvimento.

elementos paisagísticos – como casas-sede, afloramentos rochosos ou grandes árvores (BERTRAND, 2008).

Essa matriz de leitura fornece embasamento para análise da paisagem, que além de recorrer à literatura, compreende também percursos pelo território (circulando, percorrendo, penetrando), multiplicando os ângulos e os pontos de vista, as escalas, as técnicas de observação, as diferentes velocidades e os momentos de contemplação, contemplando o olhar panorâmico – que abarca a maior extensão e a maior diversidade do território – o passeio, com paradas para análise e apreciação das diferentes facetas da paisagem, seja dos lugares de destaque, ou seja de elementos comuns. Pequenos itinerários, ou incursões nas interioridades da paisagem, somada a reflexão e contemplação pessoal (BERTRAND, 2008).

Assim, para entender o que foram essas paisagens pretéritas e suas características, é necessário recorrer à literatura bibliográfica, fotografias, documentos institucionais, cartográficos e jornalísticos, pinturas e os relatos orais, contrastando a observação da paisagem em situação atual com as diversas fontes – entre elas a fotografia – registros que permitem acessar as transformações havidas no espaço.

A fotografia, nesta análise, é interpretada como uma fonte que demanda crítica, pois, conforme Ana Maria Mauad (1996) é resultado de “um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionados culturalmente” (p. 7).

De acordo com Silvia Zanirato¹⁰ (2005), a fotografia é um recorte do meio espacial que não se limita ao campo visual. Para Mauad (1996, p. 10) “a análise histórica da mensagem fotográfica tem na noção de espaço a sua chave de leitura, posto que a própria fotografia é um recorte espacial que contém outros espaços que a determinam e estruturam” como por exemplo o espaço das vivências, dos comportamentos e das representações sociais.

Sua leitura deve ser referida a uma coletividade, complementada com outros saberes, fazendo parte de um contexto, conforme expõem Mauad (1996) e Zanirato (2005). As imagens visuais empregam técnicas diversas e são registros mecânicos de momentos que ao

¹⁰ A autora em seu trabalho baseia-se em Umberto Eco (1978), Ernest Gombrich (1986), Lorenzo Vilches (1992; 1993), Martine Joly (1996) para consulta as referências são: ECO, Umberto. *Tratado de semiótica general*. México, DF: Editorial Nueva Imagem: Lumen, 1978; GOMBRICH, Ernest. *Arte e ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 1986; VILCHES, Lorenzo. *La lectura de la imagen*. Barcelona: Paidós, 1992; VILCHES, Lorenzo, *Teoria de la imagen periodística*. Barcelona: Paidós, 1993; JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

longo da história o homem fixou nos mais variados suportes. A imagem guarda certa semelhança com o objeto que representa.

Mauad (1996) expõe que, a fotografia

é uma mensagem que se processa através do tempo, constituinte de unidades culturais, mas com funções sógnicas diferenciadas, de acordo [...] com o contexto no qual a mensagem é veiculada, e com o local que ocupam no interior da própria mensagem (p. 7).

Ainda segundo a autora, a fotografia se organiza a partir da “expressão” e do “conteúdo”, o “primeiro envolve escolhas técnicas e estéticas” (MAUAD, 1996, p. 10), e o segundo “é determinado pelo conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que compõem a fotografia” (MAUAD, 1996, p. 10). Ambos se correspondem no processo de produção de sentido na fotografia, sendo possível separá-los, porém para a sua compreensão, é necessário que estejam integrados (MAUAD, 1996).

Os recursos utilizados em sua composição interferem na leitura e na atribuição de sentidos, a imagem é uma forma de texto cuja composição depende, além dos elementos retratados, do contraste, nitidez, cor, iluminação, tonalidade, texturas, suporte em que ela se encontra, relações fundo-forma, bem como a disposição espacial dos objetos e sujeitos representados, o espaço que envolve as figuras, os planos, a perspectiva, o volume, a distância e as angulações adotadas pelo fotógrafo. O fundo atua como um contexto espacial em que as figuras se manifestam, decidindo que tipo de significação se deve atribuir à elas, se organizam e formam uma unidade (ZANIRATO, 2005).

A imagem captada é resultado de um processo que envolve diversos elementos, não só técnicos e estéticos, como os já citados, mas depende da visão de mundo de quem as capta. Seu conteúdo é latente, e o olhar para imagem não depende somente de sua estrutura visual, é também resultado da vinculação entre propriedades captadas pela fotografia, e entre o contexto e a visão de mundo de quem as observa, elementos que dependem de sua cultura, e fazem parte de sua experiência individual e de sua inserção na sociedade, como o seu conhecimento, sua história pessoal, sua memória e seus valores¹¹ (ZANIRATO, 2005).

¹¹ Nesse processo de olhar para a imagem, há também que se considerar as relações de semelhança estabelecemos entre outras imagens já conhecidas (ZANIRATO, 2005).

Há que se considerar a fotografia, simultaneamente, como imagem/documento – como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado, como condições de vida, infraestrutura local ou condições de trabalho – e como imagem/monumento – um símbolo que, no passado, a sociedade estabeleceu como imagem a ser perenizada para o futuro. Informando e conformando uma determinada visão de mundo (MAUAD, 1996).

A fotografia é uma forma de registro do patrimônio, bem como esta pode ser considerada um patrimônio. A fotografia registra um olhar sobre o patrimônio, olhar esse historicamente produzido, e mantém esse olhar para a posterioridade. Ela permite fixar no tempo uma dada imagem, uma vez que o patrimônio não é estático e sofre alterações, podendo, por exemplo, auxiliar no processo de restauro e recuperação de certos elementos patrimoniais.

As fotografias, assim como a literatura bibliográfica, permitem acessar as paisagens pretéritas e perceber as transformações havidas que deixaram marcas, testemunhos das histórias processadas no espaço e que constituem o patrimônio cultural da região em análise.

1.4 A região de estudos

A região de estudos está situada na porção oriental da cidade de São Paulo, especificamente aquela margeada pelo rio Tietê. Rio que atravessa o município e o estado de São Paulo na direção leste para Oeste.

O rio, nessa porção banha os distritos da Penha, Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Vila Jacuí, São Miguel Paulista e Jardim Helena. A porção oriental da cidade de São Paulo compreende hoje, o que chamamos de “Zona Leste”. Foi com a industrialização que a região começou a ganhar os primeiros contrastes que culminariam com o que ela se tornou hoje, contrastes acentuados pelo processo de periferização.

Em 1945, Aroldo Edgard de Azevedo nos forneceu uma análise da região em sua tese de concurso à cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde contemplou os Subúrbios Orientais de São Paulo.

Nessa época (1945), a região compreendia a porção suburbana da cidade de São Paulo, delimitada pelo “*triângulo*” formado pela várzea do Tietê e pelos vales do Aricanduva e do

Guaió (IMAGEM 1), paisagem constituída pelas colinas do terciário recobertas de vegetação rasteira e, pelas planícies quaternárias, com vegetação quase sempre arbustiva e higrófila, abrigando uma população que ali residia ou se dedicava às mais diversas atividades, seja nas indústrias, ou na agricultura (AZEVEDO, 1945).

Nessa região, à essa época constituíam-alguns núcleos, como *a sub-região da Penha e suas vilas satélites*, mais próxima da metrópole paulistana, apresentando colinas e vales densamente povoados, um aspecto urbanizado, e um papel como centro religioso. Os gêneros de vida eram ligados à exploração do solo e subsolo e à atividade industrial. *A sub-região de Itaquera*, apresentando uma topografia de colinas, habitat disperso, atividades agrícolas e a presença da linha tronco da *Estrada de Ferro Central do Brasil*. *A sub-região de São Miguel*, onde predominavam as planícies fluviais, e domínio da função industrial, com grande influência das vias de comunicação (*Variante da Central do Brasil e Rodovia São Paulo-Rio*). E, por fim, *a sub-região de Itaquaquecetuba e Poá*, mais distante da metrópole paulistana, com suas colinas e planícies, gêneros de vida variados, também apresentando estreita ligação às vias de comunicação (as duas linhas da *Central do Brasil* e a *estrada Poá-Itaquaquecetuba*) (AZEVEDO, 1945). Esses núcleos com o tempo vieram a dar origem aos bairros dessa imensa região tida hoje como periférica.

Essa imagem que nos fornece Azevedo (1945), foi radicalmente transformada até então. A época de sua análise corresponde a um período em que se intensifica a ocupação da região – conjuntamente com a intensificação da ocupação e crescimento da cidade de São Paulo – e que se seguiria nas décadas posteriores.

Imagem:

1.

1. Mapa da Região suburbana oriental da cidade de São Paulo por Aroldo de Azevedo, 1945.

Neste trabalho, a região é analisada em relação às paisagens atuais e pretéritas, num tempo que se situa entre os primórdios da colonização do Planalto Paulista a momentos bem atuais. A ênfase, nesta narrativa, é dada para as paisagens que conservam ou conservaram testemunhos e que remetem ao período das primeiras edificações coloniais do século XVI e XVII, à formação de sítios e chácaras que se seguiu nos séculos XVIII e XIX, culminando com a industrialização da região no início do século XX. Vamos ao entendimento mais detalhado dessa paisagem.

Capítulo 2

A escrita da paisagem na porção oriental da cidade de São Paulo

A geógrafa Elina O. Santos ao analisar o rio Tietê em “*A Cidade de São Paulo*” (1958) diz que muitas cidades do mundo têm sua vida estreitamente ligada às águas. Em São Paulo não foi diferente. As primeiras representações cartográficas mostram a Vila de São Paulo se assentando às margens do Tietê. Com o passar do tempo a cidade se espalhou pelos seus vales e vales de muitos de seus afluentes. Hoje, quem a sobrevoa, tem sua atenção chamada para faixas ora sinuosas, ora retilizadas, que constituem elementos marcantes na paisagem (SANTOS, 1958).

Os rios, seja serpenteando em uma planície ou rápido em corredeiras, sempre em frente, vão contornando obstáculos, conformando passagem, formando paisagens, não sozinhos, mas em conjunto com as diversas forças, que parecem um tanto contradizer com os planos dos homens. Homens que, com suas mãos desde “cedo” na nossa história aprenderam a caçar e pescar, a extrair e moldar com engenhosidade o barro que dali era retirado. As margens dos rios forneceram muito do material necessário à ocupação do espaço onde São Paulo se instalou.

Os séculos se passaram em uma cidade na qual as transformações ocorriam em um ritmo muito mais lento em relação à hoje, quando se observou sua espantosa aceleração e um vertiginoso crescimento dos seus limites. Apesar dos rios serem elementos marcantes na paisagem e estarem intimamente relacionados com a formação de São Paulo, a cidade em certo momento, passou a vê-los como incômodos, buscando se sobrepor à sua presença, e de certa forma sobrepondo-se à todos os elementos que identificavam suas margens e às outras formas de relacionamento com os rios.

Na medida em que se acelerou a urbanização em São Paulo, outras necessidades e interesses sobrepunham-se ao Tietê e seus afluentes, conforme nos mostra Janes Jorge em “*Tietê: O rio que a cidade perdeu*” (2006).

Os rios, que em suas cheias periódicas na época das chuvas, transbordavam naturalmente e ocupavam as várzeas, passaram então a ser vistos como entraves a serem superados, não

sem antes deles se extraírem todo barro e a areia necessários, soterrarem-se suas várzeas, modificarem seus cursos, e aproveitarem-se assim de suas margens.

No núcleo central da cidade os rios e as colinas deixaram de ser vistos, em suas periferias ainda é possível perceber o relevo, revolidado, marcado pelas mãos dos homens. Nele, os rios agonizam; carregam toda sorte de dejetos.

Ao longo do tempo foram feitas intervenções em seu traçado e em suas margens, sobretudo nas várzeas, onde houve a introdução de animais de criação, plantas domesticadas e exóticas, o corte das matas ciliares, a caça e a pesca contínuas. Assim, a flora e a fauna nativas diminuíram significativamente e muitas espécies foram atingidas (JORGE, 2006).

Contar a história das paisagens formadas ao longo de um rio nessa região é contar a história de parte da cidade que ali se edificou, é falar dos distritos que se estabeleceram em suas margens, das populações e das mãos que forjaram o espaço.

A planície de inundação e as suaves colinas que se erguem às margens do rio Tietê, abrigam a cidade que ali se edificou, em uma interação nem sempre positiva com o ambiente. Das modificações sofridas, permaneceram elementos, testemunhos que podem dizer sobre os que ali se instalaram, os usos que fizeram do ambiente e as modificações que conformaram a região. Entender esse processo é parte deste estudo.

2.1 O início da ocupação das terras indígenas no Planalto Paulista

O rio Tietê foi considerado pelos Jesuítas um dos principais motivos para instalação de um pequeno povoado em 1554 que acabou por se transformar, em 1560, na Vila de São Paulo. Sua história é intrinsecamente relacionada com as histórias das cidades que o margeiam e com as atividades humanas que se desenvolveram em seu entorno – e que culminaram com a degradação do rio.

Na época da colonização, ao rumarem para o planalto guiados pelos índios, os Jesuítas escolheram uma alta colina entre o Rio Tamanduateí e o Anhangabaú para construir a Igreja e a escola do Pátio do Colégio; um sítio defensivo e um pequeno templo na borda leste das colinas, voltado para a zona leste da cidade, onde iria se estabelecer a primeira zona rural

paulistana, com vistas para os campos de várzea e terraços na planície na qual se desenvolvia o Tietê – conforme Aziz Ab’Sáber (2006).

Suas margens nas imediações daquele primitivo povoado eram habitadas desde tempos imemoriáveis pelos indígenas, em especial os *Guaianazes*¹², que se utilizavam da banda dos terraços, próximo da linha d’água, estabelecendo suas aldeias, vivendo em locais de fácil acesso à água para o banho, beber e cozinhar, e peixe para a pesca¹³ (AB’SÁBER, 2006).

Eram nesses campos de várzea e terraços nos quais se desenvolvia o Tietê, a leste do recém-formado povoado, que se encontrava a região chamada pelos índios *Guaianazes* de Ururaí, nome em suposta referência ao rio Tietê.

Os *Guaianazes* ocupavam amplos espaços, com densidades de população relativamente baixas. As atividades que garantiam sua subsistência eram variadas, englobando a agricultura do tipo itinerante (coivara), a caça e a pesca. Essas atividades eram completadas pela coleta de produtos provenientes das matas da região. Em consequência disso, sua área de subsistência deveria ser necessariamente ampla (PETRONE, 1995). Suas tabas garantiam sua permanência enquanto houvesse nas cercanias caça e pesca suficientes. Escasseados os

¹² Antes da colonização europeia na região, Pasquale Petrone (1995) admite, de modo sistemático, a presença em terras do atual território paulista na sua frente atlântica, três grupos: Os *Tupinambá*, os *Tupiniquim* e os *Carijó*. Os primeiros viveriam na porção ao norte de São Sebastião; os segundo ocupariam a zona entre São Sebastião e Cananéia, enquanto os últimos ocupavam a área ao sul de Cananéia. Os três grupos, particularmente os *Tupiniquim* e os *Carijó*, estenderiam seus domínios amplamente para o interior. Os *Tupiniquim* ocupavam a área que conheceu os mais intensos contatos com os europeus. Segundo Plínio Ayrosa (1934 *apud* Petrone, 1995 - AYROSA, Plínio. *Os Primitivos Habitantes de São Paulo*. Conferência do Club A. Bandeirantes, nº 4, São Paulo, 15 de fevereiro de 1934), o grupo Tupiniquim sob a tradicional denominação de Guaianá, se comporia de três frações: a dos Guaianá propriamente ditos, que ocupariam a porção central da atual cidade de São Paulo, desde o litoral, até o sertão; a dos Guaianá-Tupinaqui, disposta ao sul, até a zona de Cananéia; e a dos Guaianá-Muiramomi, pelo vale do Paraíba e faixa litorânea até a zona de Ubatuba. As três frações formariam uma espécie de grande entidade amiga, solidária, em especial quanto aos esforços comuns necessários para enfrentar os *Carijó* ao sul e os Tamoios (Tupinambá) ao norte.

¹³ Para Azevedo (1959), tudo parece indicar que os nossos índios, sobretudo os “tupi”, preferem localizar suas aldeias em trechos elevados do terreno, ao pé das colinas ligeiramente elevadas, sobre um planalto aberto, em sítios eminentes e arejados, na vizinhança dos rios, rodeados de matas e terras férteis, o que parece constituir uma prática tradicional. A preocupação da defesa justificaria a escolha dos sítios dessas aldeias. A proximidade de um curso d’água constitui outro elemento característico da posição desses aglomerados, o que não significa que se ergam às margens dos rios ou ribeirões – como não apareciam na praia, em contato com o mar – geralmente nunca estão muito junto ao rio, sempre a algumas centenas de metros do curso d’água, num lugar elevado, sobre um planalto a mais de dez metros acima no nível da corrente.

meios de subsistência, abandonavam as habitações e emigravam até que topassem novo local favorável, o que os inclinava à dispersão¹⁴ (BOMTEMPI, 1970).

A vegetação da região do Planalto Paulista – com base nos relatos quinhentistas e seiscentistas¹⁵ da época da chegada dos primeiros europeus – era formada por campos que abrigavam capões de mato mais ou menos isolados, uma vegetação mista de mata e campo (PETRONE, 1995). Essas matas, conforme relato de Frei Gaspar da Madre de Deus¹⁶, no século XVIII:

[...] as quais sem artifícios não produzem árvores altas, senão em pequenos bosques distantes uns dos outros e dispersos por toda a campanha, a qual é um terreno desigual, cuja produção, espontânea e mais ordinária, consiste em fenos e arbustos rasteiros: capões de mato chamam no Brasil aos tais pequenos bosques (*apud* PETRONE, 1995, p. 38).

Essa área relativamente modesta, com vegetação mais aberta, em face ao denso revestimento florestal que recobria a maior parte do atual Estado de São Paulo, se constituía em um polo de atração do povoamento (PETRONE, 1995).

O Tietê fornecia fartas provisões de pescados e a caça era abundante ao longo de seu percurso, seus vales aluviais eram férteis (NÓBREGA, 1981). Era notável sua importância nessa primitiva paisagem e nos primeiros séculos da ocupação do continente pelo colonizador, não só como meio de transporte e fonte de abastecimento, favorecendo a agricultura e as atividades de mineração, sendo um atrativo de povoamento. Suas curvas serpenteantes pareciam encantar e localizar os indígenas em todo seu território, bem como os primeiros bandeirantes que aqui estiveram.

¹⁴ São citados aqui aspectos gerais sobre os Guaianazes do sudeste brasileiro, e que são aspectos comuns às diversas fontes citadas. Sobre o assunto, recomendo considerar Benedito Preziosi, em “Os indígenas do planalto paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas” (2000). O autor trata da polêmica da questão, da filiação da etnia – a qual defende ser *puri*, tendo intensas relações com os *tupis* – e sobre as descrições de Gabriel Soares de Sousa, e os relatos de outros cronistas, alertando sobre possíveis equívocos, e que foram evitados aqui.

¹⁵ De acordo com Pasquale Petrone (1995) as referências sobre a vegetação do Planalto Paulista são encontradas na documentação da Câmara de São Paulo e são confirmadas, e completadas, pelas informações contidas nas cartas de Jesuítas ou nos depoimentos dos primeiros cronistas. Cartas estas que acabam evocando a lembrança ao clima europeu, aparecendo uma região úmida, com numerosos mananciais e recursos alimentícios. Com a frequência, que nos séculos XVI e XVII se utilizou a expressão “O Campo”, ou “Campos de Piratininga”, é por si só suficiente para que seja aceita a presença de um revestimento que não deveria ser unicamente arbóreo.

¹⁶ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo*. Livraria Martins Editora, São Paulo, p. 119, 1953.

O Tietê era também, de acordo com Nóbrega (1981), evocando Cassiano Ricardo, uma seta a apontar o sertão. Era um convite, incitando a inclinação natural do homem pelo desconhecido, do qual nasceriam os conquistadores, bucaneiros, sertanistas, navegantes e andarilhos, *“nascido junto ao mar, o rio dava as costas pro mar e lá se ia embora, como que determinando que o homem fizesse o mesmo”* (NÓBREGA, 1981, p. 53). Os rios exercem a função de transportar, mas também de estabilizar e relacionar os grupos humanos. São vias de comunicação por excelência, mas também elementos de fixação (NÓBREGA, 1981).

Esses fatores favoreceram as primeiras instalações dos colonos e dos aldeamentos, servindo como de eixo de expansão da ocupação do colonizador português, que aos poucos foi se apropriando dessas terras. Logo foram surgindo aldeamentos e povoações à jusante e à montante do rio.

As origens mais remotas dos aldeamentos estavam no plano de colonização anterior à existência da própria vila de São Paulo. Os índios dispersos prejudicariam as pretensões dos missionários, que queriam cristianizá-los e habituá-los ao trabalho em um ritmo muito maior ao que estavam acostumados¹⁷. Dispersos, os índios voltavam para os antigos costumes. Urgia então habituá-los ao trabalho da terra e à fixação ao solo, uma vez que eram nômades. Eram então apartados em ajuntamentos próximos dos colonos, bem diferentes de suas tabas, bastante móveis. Os padres esforçavam-se para se reservarem as terras e obter as necessárias sesmarias¹⁸. Esses, além de facilitar da catequese, auxiliavam também na defesa do planalto (BOMTEMPI, 1969; BOMTEMPI, 1970).

Foi assim que surgiram os aldeamentos¹⁹, aglomerações resultantes da influência dos colonizadores sobre os nativos, formas especiais que conservavam, em certas partes,

¹⁷ Os aldeamentos além de facilitar da catequese, auxiliavam também na defesa do planalto (BOMTEMPI, 1969; BOMTEMPI, 1970).

¹⁸ A carta de sesmaria era obtida graças ao sistema agrário adotado pela Coroa Portuguesa desde os tempos medievais e correspondia a concessão de terras. No Brasil, após serem distribuídas as Capitanias Gerais, seus donatários passaram a distribuir terras. Depois disso, as dadas de terras passaram a ser feitas pelo Governador Geral, ou por meio de seus procuradores e locotenetes. A Câmara de São Paulo também conferiu datas de terras. As obrigações dos beneficiários eram poucas e claras, deveria ocorrer aproveitamento econômico do solo sob pena de ficarem devolutos os chãos e repassados a outrem (BOMTEMPI, 1969).

¹⁹ Embora algumas fontes consultadas usem indiscriminadamente os termos *aldeia* e *aldeamento*, adotamos aqui a conceituação exposta por Petrone (1995). O autor, embasando-se em Azevedo (1959) embora referindo-se aos núcleos que no passado foram sempre chamados de aldeias, utiliza-se o termo aldeamento. O termo “aldeia” foi trazido pelo colono português que aqui se instalou e está relacionado a uma forma particular de habitat rural concentrado, que foi utilizado para denominar as tabas indígenas, denotando um gênero de vida em contraposição com o urbano (cidade). De acordo com ele no tocante a núcleos de origem religiosa ou leiga,

elementos característicos das aglomerações indígenas – em detrimento das aldeias que se tratavam dos povoados construídos pelos próprios índios, com os recursos de suas técnicas e de acordo com sua cultura, sem a interferência de elementos da cultura do colonizador (AZEVEDO, 1959).

Nos dizeres de Azevedo (1959), os aldeamentos foram como “*embriões*” de muitas cidades que se formaram no território brasileiro, que com o passar do tempo se transformaram em povoados, vilas, até culminarem em cidades.

Para Bomtempi (1970) na gênese histórica das cidades brasileiras incluiu-se a transformação de aldeamentos de índios – surgidos no século XVI – em povoados de brancos, fenômeno de que resultaram muitos municípios e distritos de São Paulo.

De início, o povoamento procurou de preferência as margens²⁰ dos rios (JORGE, 2006). Nas margens do Tietê, em maior parte, estabeleceram-se numerosos aldeamentos, de forma que o rio, conforme Bomtempi (1970, p. 14), assumiu “a feição de um longo cordão umbilical ao unir ao núcleo irradiador aquela porção de rebentos populacionais”.

Foram se estabelecendo logo no primeiro século numerosos povoados, vilas e aldeamentos, rio abaixo e rio acima. Em relação à primitiva colina escolhida pelos jesuítas – seguindo essa linha, rio abaixo surgiram o arraial de Nossa Senhora da Expectação do Ó e o povoado de Parnaíba que, em 1625, foi erigido em vila. Rio acima a expansão foi mais rápida; antes do fim do século XVI erguiam-se os aldeamentos de Guarulhos, Itaquaquetuba, São Miguel e o povoado de Mogi das Cruzes convertido em Vila (BRUNO, [1953]1991; NÓBREGA, 1981; JORGE, 2006).

Em especial interesse aqui o aldeamento de São Miguel do Ururaí, que nos remete à fundação da Vila de São Paulo de Piratininga. O aldeamento, marco da ocupação da região

a expressão aldeamento serve para distinguir os aglomerados criados, dos tipicamente espontâneos. Os espontâneos são núcleos propriamente indígenas, as tabas, as aldeias indígenas. O termo “aldeamento” implica a própria noção de processo de criação de núcleos ou aglomerados, criado conscientemente, fruto de uma intenção objetiva provocada pela ação do colonizador. De acordo com Azevedo (1959) dentre os aldeamentos presentes no período colonial distinguem-se as *Aldeias do Colégio*, as *Aldeias de El-Rei*, e as *Aldeias* propriamente ditas ou *Missões*. As *Aldeias do Colégio* e as *Aldeias de El-Rei* instalavam-se nas vizinhanças das cidades e das vilas, congregando os índios “livres” – porém à serviço da igreja e/ou dos colonos – uma vez que os índios escravizados ou “resgatados” ficavam a serviço de quem os comprava. Já as *Missões* encontravam-se afastadas dos aglomerados urbanos, isoladas no sertão, ficando sua administração à cargo dos religiosos.

²⁰ Sempre evitando os trechos mais “*hostis*”, como as várzeas extensas e brejosas e os pontos mais elevados das colinas, geralmente com solos pobres (AZEVEDO, 1945).

oriental de São Paulo, foi formado em virtude da dissidência de um grupo dos *Guaianá*, motivada pela transferência de Santo André da Borda do Campo e seu pelourinho em 1560, para junto daquele primitivo núcleo e o afluxo de novos moradores para a região, que “*repercutiu no ânimo dos guaianases*” (BOMTEMPI, 1970, p. 21).

Parte dos dissidentes encontraram abrigo na antiga região conhecida como Ururaí²¹, às margens do rio Tietê, na desembocadura do ribeirão *Baquirivu* (sua variante: *Maquerobi*). Não demorou para que estes retomassem os antigos hábitos e investissem em conflitos armados contra a vila. Para apartá-los dos antigos costumes, os jesuítas realizaram esforços na região, com o erguimento de uma capela e a formação do aldeamento de São Miguel do Ururaí, em sesmaria que foi doada para os índios em 1580. Era uma sesmaria de seis léguas, que abrangia toda a margem esquerda do Tietê, com a presença de seus numerosos afluentes que engrossavam suas águas, como os rios Itaquera, Jacuí e Aricanduva²² (BOMTEMPI, 1970).

Tais medidas, além de estabilizar os índios no território, encontravam também outras razões, pois por diversas vezes os colonos se lançavam aos aldeamentos, à procura de terras, já que as existentes nas proximidades ao *Colégio* estavam todas ocupadas com lavouras e pastos. Os colonos, que já criavam objeções à tarefa dos padres, ameaçavam as lavouras dos índios e seus meios de subsistência. Porém, a cada dia se juntava mais gentio para os aldeamentos (BOMTEMPI, 1970).

Ururaí era um ponto estratégico de defesa, situava-se entre a vila e o sertão do Paraíba, aonde se encontravam índios considerados hostis. Os jesuítas, ora subindo o rio em toscas embarcações, ora embrenhando-se na mata, percorriam aqueles primitivos caminhos, formando novos aldeamentos e trazendo novos índios para os aldeamentos já existentes (BOMTEMPI, 1970).

Paralelamente à catequese, ocorriam as bandeiras de aprisionamento dos nativos, e de busca por ouro e pedras preciosas, que tiveram seu grande impulso no seiscentismo e

²¹ Outra parte dos dissidentes culminou com a fundação do aldeamento de Nossa senhora dos Pinheiros (BOMTEMPI, 1970).

²² Os índios de São Miguel estavam amparados pela carta de sesmaria de seis léguas em quadra conferida em 1580 pelo Capitão Jerônimo Leitão; Abrangendo desde a margem direita do córrego Ticoatira à margem esquerda do rio Guaió e da margem esquerda do rio Tietê até as proximidades da atual cidade de Santo André. Tal território continha quase que toda a porção oriental da atual cidade de São Paulo (BOMTEMPI, 1970).

prosseguiram até à metade do século XVII, quando os colonos bandeirantes começaram a fixar-se em sesmarias transformando os locais em que se situavam em sementeiras e pastos, levando todos os seus hábitos, mitos, crenças e lendas (BOMTEMPI, 1969).

Os índios postos sob o *Padroado Real*, em aldeamentos preconizados no Regimento de Tomé de Sousa, eram legalmente forros, livres e intangíveis em seu patrimônio. Apesar disso, e por mais que lhes fossem doadas sesmarias, haviam inúmeras objeções por parte dos colonos, que incursionavam arbitrariamente nos aldeamentos, apropriando-se do trabalho dos índios, submetendo-os à servidão, molestando-os e, construindo casas em suas terras e nas proximidades delas (BOMTEMPI, 1970).

Em 1592 a Câmara de São Paulo – por interesse dos colonos que queriam transformar os índios em mão de obra cativa – decretou sua a gerência dos aldeamentos e se apoderou da direção dos aldeados. Foi quando teve início a subjugação dos índios com a apropriação do seu trabalho e o esbulho de suas terras. Simultaneamente à perda da liberdade os índios de São Miguel vão sendo despojados de suas terras (BOMTEMPI, 1970).

A Câmara coibia a apropriação arbitrária de seu trabalho, não com o intuito de lhes proteger a liberdade, mas sim de empregá-los em outros serviços igualmente obrigatórios. Dessa forma os índios de São Miguel e de outros aldeamentos da Vila de São Paulo, quando não estavam sob às ordens da Câmara, na defesa e em obras e serviços públicos, como no conserto de pontes e caminhos, eram repartidos entre os colonos para trabalhos em suas casas, nas fazendas de criação e na lavoura, na mineração, nas capelas, no transporte de mercadorias e principalmente na exploração do sertão em busca de pedras preciosas, e no aprisionamento de mais cativos (BOMTEMPI, 1970; PETRONE, 1995).

Nesse processo, a paisagem, anteriormente indígena, começou a ser marcada por lavouras e pastos, sobretudo após o fato reafirmado pela Câmara de que os aldeamentos seriam dirigidos por ela, um passo importante para a dominação do trabalho indígena e controle de suas terras, por mais que estes estivessem protegidos. Tais fatos que se agravaram no decorrer dos séculos que se seguiram, culminando com a total extinção do aldeamento. Antes acostumados ao nomadismo, os índios foram forçados ao sedentarismo e aos costumes do colonizador. Tal ação iniciada pelos missionários jesuítas constituía um passo importante para o processo de urbanização – conforme Azevedo (1959).

Se as terras dos índios anteriormente já eram bastante procuradas, a descoberta de minas de ouro nas proximidades do ribeirão *Maqueribu* (atual *Baquirivu*) acentuou ainda mais a procura, atraindo novos colonos para a região. As minas, conhecidas como “*Lavras do Geraldo*” estavam no território de Guarulhos, próximas a São Miguel. Entretanto, a procura por pastos e lavouras impulsionou os colonos para a região e para as terras dos índios, terras que eram férteis e irrigadas pelos muitos afluentes do rio Tietê. Além do mais, há que se considerar que havia além das terras um “generoso manancial de mão de obra” (BOMTEMPI, 1970).

Efetuiu-se a fixação dos primeiros colonos nas terras outrora indígenas, pela via do apossamento puro e simples, sem título ou outras quaisquer formalidades de modo que logo se transformaram partes da sesmária dos índios em roças e pastos. Daí em diante houve um surto agrícola e pastoril da Vila de São Paulo da qual participa São Miguel, para cujos campos recebem o afluxo de novos moradores (BOMTEMPI, 1970).

Nos dizeres de Bomtempi (1969, p. 23) surgiram fazendas “na clareira aberta a machado, a casa de taipa de pilão. Depois, o amanho da terra, a semeadura e a colheita, enquanto se esparrama o gado nos pastos”.

O Aldeamento de São Miguel já possuía uma capela desde os primeiros tempos, em virtude da catequese; porém esta se tornou pequena e, provavelmente em condições precárias, dados os materiais e métodos rudimentares que eram utilizadas no princípio da colonização do planalto paulista. Assim, por volta de 1620, iniciou-se sua reconstrução, trabalhos que terminaram em 16 de junho de 1622, data que figura na vêrga da porta frontal da Capela (BOMTEMPI, 1970).

No tempo da reconstrução da capela, São Miguel já não era mais um mero aldeamento de índios. Sua funcionalidade mostrava mais um povoado de brancos, mais acentuadamente a partir de meados do século XVII, quando a Câmara passou a avocar o direito de aforá-las, assim como dominar os índios, com cada vez menos cautelas e obstáculos legais. Os aldeamentos tornaram-se mananciais de mão-de-obra para a mineração (BOMTEMPI, 1970).

Nesse tempo, a maioria das construções na Vila de São Paulo e suas cercanias eram feitas em taipa de pilão, ou em pau-a-pique, empregando o barro como a principal matéria prima, restam poucos testemunhos remanescentes desse tempo (BOMTEMPI, 1969; TOLEDO, 1981).

Em 1640 os jesuítas foram expulsos da Vila de São Paulo. Readmitidos em 1653 foram impedidos de intervir nas questões dos índios aldeados que, apesar de serem forros por lei, não deixaram de ser submetidos ao serviço obrigatório, sobretudo nos tempos do bandeirismo. Em fins do século XVII, os franciscanos assumiram o aldeamento de São Miguel. Não cessava a chegada de novos índios, sobretudo os já cativos; apesar disso o aldeamento, sobretudo ao avançar do século XVIII, tornando-se um depósito de mão de obra, em gradativa perda de importância, sobretudo à medida em que terminavam as bandeiras e ganhava destaque o emprego da mão-de-obra africana (BOMTEMPI, 1970).

2.2 Uma paisagem de povoados, fazendas, sítios e chácaras

Se as terras do aldeamento de São Miguel já vinham sendo apropriadas, o mesmo é verdadeiro para as terras de seu entorno. Um outra escrita processou no decorrer do século XVII, que culminou com o aparecimento de povoados de colonos e de fazendas na região.

Depois de longa e contínua subjugação dos aldeados, em sua liberdade e em suas terras, rumam ainda mais os colonos, tornando-se os senhores da região. São formadas roças e fazendas, pelos sesmeiros, titulares de aforamentos e os posseiros – existentes em grande quantidade – cujo interesse deixa de ser a busca de meios de subsistência. Há tempos vinham promovendo a paragem à um bairro de brancos e mestiços, precisamente desde o início do século XVII, quando já sentiam a necessidade de igreja maior (BOMTEMPI, 1970).

Nesse tempo expandem-se as plantações e os pastos para todos os lados, transpondo mesmo o Tietê. Novos aforamentos e regularizações de posse realizadas pela Câmara nesse período são indicativos da prosperidade dos cultivos na região (BOMTEMPI, 1970).

É no início do século XVII que são feitas as primeiras referências à região da colina da Penha, colina situada à margem direita do Aricanduva no ponto de convergência com o Tietê, nos limites de Ururaí, nas vizinhanças do povoado de *Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos* (originado de um aldeamento formado em 1560) (BOMTEMPI, 1969).

A região começava a ser povoada pelos primeiros colonos; povoamento que teve seu ponto central em uma fazenda, em uma ermida e curral de gado, existente desde 1667, onde ocorria a devoção popular por Nossa Senhora da Penha. Na segunda metade do século XVII

as terras da sesmaria começam a se ampliar e a receber cada vez mais habitantes (BOMTEMPI, 1969).

Consolidavam-se assim nas terras de São Miguel diversos povoados surgidos de fazendas seiscentistas, como Itaquera, Caguassu, Itaim (anteriormente Biacica), e tantos outros, assim como outras regiões povoadas mais intensamente no século XVIII, como Franquinho (BOMTEMPI, 1969; BOMTEMPI, 1970).

Ao redor da Capela de São Miguel, constituem os moradores uma comunidade, núcleo do cotidiano agrícola e pastoril da região. Em seus campos os lavradores e criadores têm residência fixa e habitual, embora mantenham casas também na Vila de São Paulo, onde permanecem apenas temporariamente, como nas festas religiosas e nos atos da vida pública (BOMTEMPI, 1970).

Em 1711, a Vila de São Paulo foi elevada à categoria de cidade. Os anos que se seguiram, marcaram ainda mais a apropriação das terras do aldeamento e sua decadência (BOMTEMPI, 1970).

Com o arrefecimento da mineração, ao longo do século, os aldeados foram dirigidos a outros trabalhos, principalmente à lavoura. Em vista do incremento da importação de mão-de-obra africana, diminuiu-se a importância do trabalho indígena como fator econômico. Porém estes continuaram sob a administração dos colonos, empregados nos mais diversos trabalhos, o que tornou-se cada vez menos frequente ao longo do tempo (BOMTEMPI, 1970).

O final do século XVIII assinalou o desaparecimento do aldeamento de São Miguel²³. Neste momento os aldeados estavam reduzidos à miséria, vagando sem destino pelas cercanias da capela. Estavam reduzidos devido a mortalidade, às fugas e à miscigenação. Por mais que houvessem planos de recuperação dos aldeamentos, e a transformações destes em freguesias, não surtiu efeito, principalmente quanto à aldeia de São Miguel, que continuou como tal (BOMTEMPI, 1970).

²³ Com a extinção dos aldeamentos e a transformação das aldeias em freguesias, os aldeados deviam ser incluídos na sociedade civil, sem sujeição a outras autoridades que não as comuns. Os índios que chegassem do sertão deveriam ser aldeados até serem assimilados, quando então ingressavam na sociedade comum. As terras que outrora foram dos índios eram incorporadas no patrimônio nacional. Foi mantido, portanto, o sistema de aldeamentos, só extinto realmente em adiantados anos do regime imperial (BOMTEMPI, 1970).

Os colonos e a Câmara de São Paulo sempre exerceram uma ação expansionista da vila, e apoderaram-se das terras de São Miguel, reservadas aos índios aldeados por títulos de sesmaria, no início por meio do apossamento, depois por força das autoridades, sobretudo o Governador-Geral. Sempre coexistiram o aldeamento e o bairro de brancos. Dominados os índios, assumiram a posse de suas terras e formaram um bairro nas cercanias da igreja, que ficou como centro comum dos aldeados e dos colonos (BOMTEMPI, 1970).

Com a decadência do aldeamento e a ausência dos aldeados no século XIX, que foram se dispersando, mais acentuadamente a partir de 1850, São Miguel tornou-se um bairro de brancos e mestiços, não só mamelucos, como também os oriundos da miscigenação de brancos com africanos, ou menos frequentemente destes com índios. O bairro que se formara na proximidade da capela não se manteve unicamente aí, e em diferentes épocas sofreu uma fragmentação, de que resultaram numerosas povoações adjacentes que chegaram ao século XIX, como simples paragens do bairro de São Miguel, as quais se juntaram outras, formadas ou salientadas nesse século como Jaguaporeruba, Itaquera, Caguassu, Jacuí, Biacica, Franquinho, Ponte Rasa, Casa Pintada, Lajeado, e outras de menor importância, todas no território de São Miguel. A linha divisória entre São Miguel e Guarulhos sempre coincidiu com o curso do rio Tietê (BOMTEMPI, 1970).

Em meados dos 1800, a região havia perdido a importância de outros tempos, assumindo o aspecto de um arraial, com o decréscimo de moradores, que se mudaram para a Penha e outros pontos da cidade. Os moradores dedicavam-se, nessa época, principalmente à lavoura, que havia decrescido consideravelmente em virtude de tantos anos de exploração do solo, limitando-se a região à pequenas roças. Para a grande lavoura se demandavam terras mais distantes (BOMTEMPI, 1970).

O transporte de passageiros e de cargas era feito por meio de cavalos e muares de sela; o transporte por carros de tração animal era inacessível à boa parte da população. Os carreiros e tropeiros se encarregavam do transporte de cargas. Quando pequeno o carregamento, empregavam-se a carroça e o carro de bois, em grande voga na época (BOMTEMPI, 1970).

Desta época se inicia a desordem das construções do casario e do arruamento, herança que nos lega até hoje. Para conter as desordenadas construções que ocorriam, sobretudo em São Miguel e Guarulhos, em 1810 os oficiais da Câmara determinaram que as edificações não deveriam ser construídas sem licença sob pena do embargo. Porém, tais providências legais

não surtiram efeitos, então “o casario formou-se à matroca, de que resultou aquela denunciada deformidade do arruamento”²⁴ (BOMTEMPI, 1970, p. 142).

Desde o início do século XIX muitas concessões de terra haviam sido abandonadas pelos seus titulares, ante a grande quantidade de terrenos devolutos os moradores da região não se davam ao trabalho de obter as necessárias datas para a respectiva ocupação²⁵ (BOMTEMPI, 1970).

Além de causar um crescimento disforme do casario, esse processo de ocupação arbitrária dos terrenos da região, originava muitos conflitos pessoais, com a construção de cercas de pau-a-pique apropriando-se de terrenos alheios, obstruindo caminhos e áreas públicas, e as margens do Tietê. Esse processo culminou com o arruamento oprimido por construções ao acaso, das quais poucas casas de taipa de pilão e em maior quantidade casebres de pau-a-pique (BOMTEMPI, 1970).

Em 1889, com a vitória do Movimento Republicano e a consequente laicização estatal, removeram-se as dificuldades do Governo do Estado criar distritos, de sentido administrativo meramente civil. Competente em matéria de divisão territorial, este ficava livre das despesas eclesiásticas. Em decorrência disso o Decreto número 170, de 16 de maio de 1891, criou o distrito de paz de São Miguel. Conjuntamente com o Decreto de promoção administrativa, a região recebia os primeiros sinais da arrancada de São Paulo, que atingiu a região após as três primeiras décadas do século XX, inserindo-lhe no âmbito urbano (BOMTEMPI, 1970).

No primeiro século de regime republicano foram bruscas as metamorfoses na paisagem urbana e social da capital paulista. Foram muitas as rupturas com o passado e do cotidiano na sonolenta vila dos tempos coloniais e do império, sobretudo a relação com o Tietê seus córregos e afluentes (MARTINEZ, 2006).

Não eram só as mudanças administrativas, mas modificações físicas. Em 1893, após estudos, houve uma tentativa de intervenção no leito do Tietê, com o objetivo de modificar seu traçado sinuoso visando o saneamento da cidade e o aproveitamento de suas margens, isso

²⁴ O arruador municipal era quem deveria proceder ao alinhamento sempre que fossem oficializadas as posses da terra, e executadas as taxas. Pelo fato dos moradores entenderem que eram desnecessários formalizar os títulos de propriedade, não era muito frequente a atuação dos arruadores (BOMTEMPI, 1970).

²⁵ Em 1828, o Governo Provençal delegou a Câmara o poder de conceder licenças para a ocupação de terrenos devolutos, porém não surtiram muitos efeitos.

no trecho entre a Ponte Grande até Osasco. Em 1940 avançam as obras de um novo projeto de retificação, que legaria a São Paulo a atual conformação geográfica do rio e de suas margens, permitindo a ocupação de áreas antes não valorizadas. Essas obras prenunciavam quais seriam as prioridades para o uso do rio nos anos seguintes, como a montagem de um sistema hidrelétrico e hidroviário (JORGE, 2006).

Se no período que vai desde a colonização até meados do século XIX as transformações que atingiam a modesta cidade de São Paulo eram lentas, no último quartel do século XIX ocorreu uma intensificação no seu ritmo. Houve então, um grande desenvolvimento econômico e uma expansão populacional e espacial da cidade, favorecidos sobretudo pela produção de café no interior paulista. As planícies fluviais, como a do Tietê, propiciaram a construção de estradas de ferro e de rodagem e, posteriormente a implantação de indústrias, e de uma intensa ocupação do solo.

2.3 As indústrias: outra dinâmica na paisagem

Nos primeiros três séculos de existência, São Paulo seguiu-se mantendo praticamente inalterada sua conformação inicial (JORGE, 2006). Quando com o passar do século XIX, a cidade passaria por intensas transformações. De acordo com Teodoro Sampaio²⁶ (s.d. *apud* AZEVEDO, 1945, p. 24-25):

A Capital transformara-se rapidamente. E, como por encanto, as suas planícies, ermas e sem valor em outro tempo, cobrem-se de edificações inúmeras, animam-se, povoam-se e passam a valer milhões. A velha cidade dos governadores e dos capitães-generais vê cair aos poucos, com as suas tradições esquecidas, os antigos e feios edifícios por onde tinham já passado os ultrajes de mais de três séculos, substituindo-se por edificações novas em cuja face se reconhece um sopro de elegância e de arte. A gente mais abastada levanta palácios pelos subúrbios, que de súbito se tornam cidades.

Com a avassaladora expansão do café no interior paulista, na passagem do fim do século XIX, ao início do século XX, que se deslocou do Vale do Paraíba e passou a predominar no planalto sedimentar antigo, São Paulo tem um novo destino. A cidade, que já era uma sede

²⁶ SAMPAIO, Teodoro. São Paulo no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. VI. p. 199, s.d.

política e ponto de articulação do território paulista, tornou-se parte do complexo agroexportador cafeeiro como centro financeiro, mercantil e ferroviário, desencadeando um processo acelerado de crescimento demográfico e expansão da sua área urbana (AZEVEDO, 1945; JORGE, 2006).

O número de habitantes cresceu rapidamente, havendo uma expansão acelerada da cidade, que se alargou para leste, sul e oeste. A zona urbana havia integrado seus antigos arrabaldes, ampliando-se mais no sentido Leste-Oeste, devido à presença do vale do Tietê, e mais restritas no sentido Norte-Sul, em virtude dos obstáculos oferecidos pelo relevo cristalino. No sentido leste a planura da várzea do Tietê favoreceu a ocupação pelas estradas de ferro e de rodagem, que atraíram povoamento e prolongaram a influência da metrópole (AZEVEDO, 1945).

Somado a isso, a partir de 1880 vê-se a chegada dos bondes; a multiplicação das vias férreas, tendo por fulcro o “sistema” São Paulo – Santos e que se intensificou nos últimos anos do século XIX; a entrada em massa do imigrante europeu²⁷; a criação do parque industrial paulistano em meados de 1920, exigindo grandes espaços para as fábricas, que se multiplicaram e o loteamento de grandes propriedades situadas na área suburbana, culminando no aparecimento de numerosas vilas, tipicamente residenciais²⁸ que surgiam da venda de antigas chácaras transformadas em loteamentos (tanto de características mais abastadas quanto populares) (AZEVEDO, 1945; DAMIANI, 2004).

Damiani (2004) evocando Pierre Monbeig (1953) diz:

A maior parte do tempo os novos bairros nasceram ao acaso. Com a morte de um dos proprietários das velhas chácaras, seus herdeiros, ao invés de conservá-la em comum, ou quase intacta, decidiam dividi-la em parcelas e a colocar para venda. [...] Às vezes [...] o próprio proprietário tomava a decisão de dividir e de vender a propriedade. [...] O hábito prevaleceu desde então [...] cada um loteava isoladamente, sem preocupação

²⁷ Sobretudo italiano, intensificada no mesmo período, quando recebeu quase 920.00 imigrantes, o que significou 97% do total entrado durante o século passado.

²⁸ Na segunda metade do século XIX o desenvolvimento da cultura cafeeira promoveu a economia nacional. A prosperidade dos fazendeiros tornava-se o fator econômico da expansão da capital, onde os empresários mantinham contato com intermediários e exportadores de café. Instaurado o regime republicano, intensifica-se a imigração de trabalhadores europeu, que teve início nos últimos tempos do regime monárquico, aumenta a população, instalam-se indústrias e cresce a cidade, abrangendo os bairros próximos e repercutindo nos mais distantes. Nos primeiros anos do século XX aumenta a população da cidade e dilatam-se os limites urbanos propriamente ditos. Houve um extraordinário aumento das construções verificado de 1901 a 1914, cujo índice decresce neste ano para retomar a linha ascensional a partir 1918 (BOMTEMPI, 1970).

urbanística, traçando as ruas o mais simples possível e preocupando-se, sobretudo, em lucrar [...] (MONBEIG²⁹, 1953, p.95-96, *apud* DAMIANI, 2004, p.35-36).

Tratava-se de uma transformação da vida rural. A cidade de São Paulo no século XIX era uma cidade envolvida e rodeada por chácaras, sítios, povoados paupérrimos e os antigos aldeamentos, marcados por uma economia de subsistência que tinham em São Paulo seu centro. Porém, possuíam um papel considerável na dinâmica econômica da cidade, pois forneciam-lhe todo o alimento necessário (DAMIANI, 2004; JORGE, 2006).

Concomitante a esses fatores houve uma extraordinária especulação urbana atingindo a região do centro da cidade que implicou na destruição das igrejas de taipa, e de edificações, da expulsão da população negra e parda de suas redondezas (DAMIANI, 2004).

Nesse momento, de acordo com Benedito Lima de Toledo (1981), a cidade de São Paulo passou por uma “segunda fundação”, onde a antiga cidade de taipa – e pau-a-pique – foi reconstruída integralmente com influência da arquitetura europeia. Em seus dizeres:

Poucas vezes na história do urbanismo terá ocorrido um fenômeno semelhante, uma cidade reconstruída duas vezes sobre o mesmo assentamento. A descoberta de uma cidade inteiramente construída de barro surpreendeu os viajantes no início do século XIX [...] Há um século, a cidade contava com trinta mil habitantes e, a partir do momento em que a ferrovia chegou com as novas terras produtoras de café, a cidade conheceu um crescimento incontrolado. Crises econômicas, revoluções, guerras, nada conseguiu infletir sua curva de crescimento. Com os imigrantes vieram novas técnicas de construir e a cidade foi reconstruída integralmente, disso resultando uma nova imagem: a metrópole do café (TOLEDO, 1981, p. 180).

A cidade de taipa e pau-a-pique foi então reconstruída com tijolos e encaminhava para abrigar uma grande concentração de fabricas, redefinindo o seu território (PEREIRA, 2002).

Aproveitando-se da planura da várzea do Tietê, em seus trechos não inundáveis, foi implantada durante a década de 1920 a *Variante da Estrada de Ferro Central do Brasil*, quem somente em 1932 foi aberta à população em geral, o que trouxe novos elementos de infraestrutura para região (AZEVEDO, 1945; JORGE, 2006).

²⁹ MONBEIG, Pierre. La croissance de la ville de São Paulo. *Revue de Géographie Alpine*, Grenoble, Institut de Géographie Alpine, Université de Grenoble, tome XLI, fascículos I e II, 1953.

A instalação da ferrovia provocou uma nova dinâmica de ocupação na região impulsionando uma crescente valorização mercantil das várzeas e terras baixas (JORGE, 2006). A chegada da linha férrea favoreceu a instalação de indústrias, que, aproveitaram

[...] as facilidades de transporte de matéria prima e escoamento da produção que as ferrovias ofereciam, bem como o menor preço relativo dos terrenos, [...] buscaram ocupar as várzeas e os terraços contíguos, em locais próximos aos caminhos ou estações ferroviárias, muitas vezes em lugarejos afastados do núcleo central, os subúrbios paulistanos [...] a proximidade de rios e córregos garantia o expurgo dos detritos industriais e o abastecimento de água (JORGE, 2006, p. 56).

Em 1920 foi implantada na região a Rodovia São Paulo-Rio, aproveitando-se em partes da antiga estrada de São Miguel, existente até então como caminho vicinal. Existiam ainda estradas de menor importância, como as que uniam São Miguel a Itaquera e a Lajeado e a Arujá, e Itaim a Lajeado – sobretudo no sentido Norte-Sul, servindo de complemento à rodovia e à via-férrea (AZEVEDO, 1945).

Esses fatores, somados à disponibilidade de terrenos planos, extensos, junto ao Tietê e seus afluentes, favoreceram a instalação das indústrias³⁰ como da *Companhia Nitro-Química Brasileira* (IMAGEM 2), em 1935, próximo ao córrego Itaquera, em 1941, da *Celosul* – unidade das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) (IMAGEM 3), próximo ao córrego Mongaguá e, em 1947, da Companhia Industrial São Paulo e Rio (*Cisper*), próximo à uma lagoa, formada por um córrego. Essas fábricas inauguraram um período em que se seguia, favorecendo a instalação de uma série de outras indústrias na várzea e suas proximidades até meados de 1980, muitas das quais persistem até hoje.

³⁰ As atividades industriais remetiam à meados de 1895, quando começaram a aparecer as fábricas na paisagem da região suburbana de São Paulo, porém o grande surto de crescimento industrial que ocorreu na cidade se deu no contexto da Primeira Guerra em 1914-1918, com o colapso das linhas de comércio internacional, iniciando o processo de substituição de importações, voltado para a produção nacional de bens de capital e consumo para o mercado interno. Nessa época a função industrial poderia ser semelhantemente encontrada em Pirituba e Perus, mas em escala bem menor, e ocupando uma área restrita, comparando com Santo André ou Osasco (AZEVEDO, 1945).

Imagens:

2. *Nitro-Química*, AZEVEDO, 1945.

3. *Celosul*, AZEVEDO, 1945.

Essas indústrias foram instaladas na região de São Miguel. A região da Penha, nessa ocasião, tinha pouca expressão na atividade industrial. Com exceção da fabricação de tijolos e barcos, não existiam mais do que doze fábricas na região. Essas fábricas abasteciam o mercado nacional e internacional, aproveitavam fornecedores de matéria prima próximos³¹ (AZEVEDO, 1945).

Com as indústrias, acentua-se também a corrente migratória nacional. Provenientes, sobretudo, dos estados da Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, os migrantes constituíram o operariado das indústrias da região, ou dedicaram-se às mais variadas atividades profissionais autônomas, servindo à população que ali se instalara (BOMTEMPI, 1970).

Com as fábricas e a linha férrea, regiões que eram até então pouco habitadas, resultaram em núcleos habitacionais movimentados e com um grande comércio local, com loteamentos e infraestruturas trazidas pelas próprias indústrias, em virtude da distância dos grandes centros urbanos³². Dentre esses núcleos surgidos estavam, nas imediações da *Companhia*

³¹ Dentre essas fábricas destacam-se, na porção setentrional, a *Fabrica de Giz Brasil*, situada à margem da via férrea e próxima à Avenida Guarulhos; na região da colina da Penha, existiam dois estabelecimentos. Porém é na porção meridional que existiam um número mais elevado de instalações, em Guaiaúna onde instalaram-se fábricas desde 1929, já distante da Várzea do Tietê, em virtude da continuidade da zona industrial localizada nas proximidades e pela presença da linha tronco da “Central do Brasil” (AZEVEDO, 1945).

³² Antes da instalação da *Nitro-Química* em São Miguel, a pequena povoação distribuía-se ao redor das olarias, nas proximidades do Tietê, e desde 1925 já se ensaiavam loteamentos próximos ao rio (BOMTEMPI, 1970).

Nitro-Química, a *Vila Nitro-Química*, prolongando-se em direção ao sul pela *Vila Americana*. Do outro lado da via-férrea na várzea Tietê, a *Cidade Nitro-Química* destinada aos operários e continuada para leste pelo *Parque Paulistano*. Na várzea do Itaquera, ao longo da Rodovia São Paulo-Rio, existiam outras vilas operárias como a *Cidade Nitrooperária* e a *Vila Curuçá* (AZEVEDO, 1945; JORGE, 2006).

Nas proximidades da *Celosul*, progredindo em virtude da fábrica, surgiu o *Jardim Matarazzo* com seus elegantes *bangalôs* e bairro operário, absorvendo o antigo núcleo formado em torno da capela da Cruz Preta, construída no século passado (AZEVEDO, 1945)

Nos arredores da Cisper também cresceram os loteamentos urbanos, dando origem à *Vila Cisper* e ao *Parque Cisper*.

Com o advento desses loteamentos urbanos na região, entraram em larga escala as terraplanagens e as movimentações, de terra, para aplainação dos terrenos, ruas e avenidas.

Com a imigração em massa, a região oriental da cidade de São Paulo recebeu também muitas famílias afeitas ao trabalho do campo. Com a necessidade de abastecimento da cidade, ocasionado por seu crescimento populacional, desenvolveram-se algumas regiões propícias à horticultura e à fruticultura, onde muitas capoeiras cederam lugar aos grandes pomares, tocados por portugueses, e japoneses³³ (BOMTEMPI, 1970).

Na região oriental da cidade de São Paulo, formaram-se duas “Colônias” de imigrantes japoneses³⁴, uma na várzea (IMAGENS DE 4 À 7) e outra mais distante, em Itaquera, com melhor infraestrutura³⁵. A “Colônia” existente na várzea era modesta e situava-se entre Engenheiro

³³ Desde 1920, havia formado em torno da cidade uma zona hortense, com a multiplicação de culturas de legumes e flores. As chácaras, que apareceram no próprio perímetro urbano, multiplicaram-se através da região da Cantareira e nas vizinhanças da Penha e estenderam-se muito além, na zona da “Central” – na região de Cotia e Itapequerica da Serra, culturas maiores (batatinha, milho, feijão, mandioca, arroz, frutas) apresentavam muita importância (AZEVEDO, 1945).

³⁴ Em 1895, os governos do Japão e do Brasil assinaram o Tratado de Amizade Brasil-Japão responsável pela vinda dos imigrantes japoneses, para trabalhar nas lavouras de café. Em 1908, desembarcaram no Brasil, no porto de Santos, os primeiros imigrantes japoneses. No início do século XX o Japão vivia uma crise econômica, gerando desemprego e miséria, decorrente de sua modernização na segunda metade do século XIX. Essas transformações levaram a inúmeras revoltas camponesas e a enormes deslocamentos populacionais do campo para os centros urbanos. A emigração era incentivada pelo governo, como uma alternativa à superpopulação e numa perspectiva de ocupação expansionista, devido à limitação espacial de seu território. Ao mesmo tempo, no Brasil, faziam-se esforços para substituição da mão-de-obra escrava por assalariados e vivia-se a época da expansão cafeeira (SHISIDO, 1998; IPHAN, 2010).

³⁵ Com os anos, as colônias presentes nas várzeas deixaram de existir, e os colonos e seus descendentes vieram a se mesclar no conjunto urbano, perdendo cada vez mais costumes e tradições de seu local de origem. Tanto

Goulart e Comendador Ermelino, com uma cultura de legumes mais ou menos extensa, não longe da via-férrea, dando uma característica diferente à paisagem. Os lavradores nipônicos possuíam baixíssimo padrão de vida, igual ou inferior, ao “*caboclo rude*” da época. Suas habitações eram de pau-a-pique ou de barrote, e seus depósitos ou celeiros e seus chiqueiros de porcos eram extremamente rudimentares. Sob suas ordens, trabalhavam mestiços brasileiros (AZEVEDO, 1945).

Imagens:

4-6. *Japoneses nos arredores de Comendador Ermelino e suas rústicas instalações de cultivo, AZEVEDO, 1945.*

7. *Vendedora japonesa conserva hábitos do seu país de origem, AZEVEDO, 1945.*

Na região da Penha havia a presença marcante dos Ibéricos. Os portugueses predominavam na Penha propriamente dita, e os espanhóis apareciam em muitas de suas “*vilas*” satélites (como na Vila Esperança e Vila Matilde). A maioria dessa população trabalhava na Capital,

para as colônias presentes em território paulistano, quanto as presentes em território da cidade de Guarulhos. Em Itaquera a colônia japonesa persistiu, e a região é conhecida pela produção de hortaliças, plantas de jardinagem, pomares, avicultura e piscicultura.

como operários, comerciários ou funcionários públicos de pequena categoria, mas um número considerável exercia suas atividades na própria região trabalhando na lavoura, nas olarias, na construção de barcos (IMAGENS DE 8 À 11), nas fábricas e no pequeno comércio, dando um tom característico à paisagem na região (AZEVEDO, 1945).

Imagens:

8.

9.

10.

11.

8. Família de portugueses que trabalha na fabricação de barcos na Penha, AZEVEDO, 1945.

9-10. Hortelão português em suas áreas de cultivo e cultivo de flores, AZEVEDO, 1945.

11. Picota ou cegonhas, armações típica das chácaras portuguesas na região para a extração de água dos poços, AZEVEDO, 1945.

Para erguer as fábricas, casas e outras edificações que surgiam incessantemente nessa região e na cidade de São Paulo, era preciso explorar os rios e várzeas em busca de argila, areia e pedregulho. Dessa forma, além de servir às áreas de cultivo, o Tietê foi amplamente explorado. Além disso, o rio contribuiu com a expansão industrial, tanto pela geração de energia elétrica e abastecimento de água, quanto pelo expurgo dos detritos industriais. Ao

mesmo tempo em que a cidade destruía seus rios e córregos, as atividades industriais e o aumento populacional demandavam cada vez mais o consumo de água. Tudo isso culminou com os mananciais paulistas englobados pela crescente urbanização (BOMTEMPI, 1970; JORGE, 2006)

Aspecto marcante da paisagem, a várzea do Tietê abrigava inúmeros portos de extração de areia e olarias (IMAGENS DE 12 À 14), atividade que remontava, sobretudo em São Miguel, aos tempos da Capitania. O trabalho das olarias prosseguiu durante o século XIX e multiplicaram-se consideravelmente no século XX, cujas várzeas eram um extenso manancial de matéria prima (BOMTEMPI, 1970). A zona das olarias ia da Penha à Suzano. O tráfego³⁶ de barcos de tijolos que desciam pelo rio e o número de olarias e fornos nas margens do rio eram sempre crescentes (BOMTEMPI, 1970; NÓBREGA, 1981).

Imagens:

12. Olaria, AZEVEDO, 1945.

13. Mulher e criança trabalham no pátio de secagem de tijolos, AZEVEDO, 1945.

14. Extração de barro por carroça, AZEVEDO, 1945.

³⁶ Enfileiravam-se no rio os barcos de pequeno porte, cujo comprimento não vai além de 20 metros, a largura entre 3,5 e 4 metros e o calado a 0,80 metros, em plena carga (BOMTEMPI, 1970).

Imagens:

15-16. Retirada e transporte de areia em Porto Ribeiro, Engenheiro Goulart, nota-se a utilização de um caminhão, AZEVEDO, 1945.

17. Barco pronto para o transporte de tijolos, AZEVEDO, 1945.

18. Transporte de tijolos por barco no Tietê, AZEVEDO, 1945.

19-20. Pequenos estaleiros às margens do Tietê, AZEVEDO, 1945.

As olarias retiravam o barro das várzeas para a fabricação das telhas, tijolos e manilhas que abasteciam os centros consumidores, eram extraídos, escoados e descarregados em portos nas margens do Tietê (IMAGENS DE 15 À 20). Estas olarias consumiam uma quantidade considerável de lenha, já que os tijolos precisavam ser assados depois de secos³⁷. As matas existentes na região, pouco exploradas durante o século XIX, começam a ser abatidas para atender a atividade oleira. Concomitantemente, havia a necessidade cada vez maior de madeira para suprir as demandas das construções, assim como o comércio de lenha e carvão vegetal (BOMTEMPI, 1970; JORGE, 2006).

Além dos terrenos mais baratos, da disponibilidade de argila e lenha das matas próximas, a atividade era favorecida pelo transporte fluvial³⁸, que começaria a perder força nas décadas de 1940, 1950 com o advento dos caminhões e da malha rodoviária³⁹ e, em virtude das obras ocorridas no rio (BOMTEMPI, 1970; JORGE, 2006).

Até a década de 1950 o transporte fluvial era imprescindível para os materiais de construção e para as mercadorias processadas nas várzeas. Além desse tipo transporte, as embarcações eram utilizadas para o transporte de pessoas e para o lazer (JORGE, 2006). O tráfego de tijolos ainda persistia, na descrição de Sylvio Bomtempi, em 1970, de modo particular na altura de São Miguel, onde ainda se viam “*as velhas olarias, testemunhas da arrancada da cidade e do despertar do bairro*” (p. 158).

Mello Nóbrega (1981, p.93), ao falar sobre o transporte dos tijolos na região diz:

Até hoje, pelos meandros caprichosos do Tietê, que se ligam pelos canais de rega e pelas calmas lagoas deixadas pelas enchentes, trafegam as barcas carregadas até a borda, letas e pesadas, à força do varejão, carregado materiais para os arranha-céus da cidade.

³⁷ Inicialmente os tijolos eram utilizados para ladrilhar os pisos das construções. Em fins do século XIX, as telhas coloniais cederam lugar às telhas planas francesas, as “*Marseille*” (JORGE, 2006).

³⁸ Que se sem registro, a navegação do rio foi interrompida em 1922, devido à uma grande enchente na região procedendo-se então a dragagem e a limpeza de suas margens desde o “instituto disciplina” até São Miguel (BOMTEMPI, 1970).

³⁹ O surto rodoviário da década de 1940, mudou a geografia das zonas de expansão industrial da cidade, favorecendo a instalação de indústrias ao longo das rodovias, gerando uma nova expansão ao longo da via Anchieta, a sudeste, e em Guarulhos, ao longo da via Dutra, a nordeste, ainda na várzea do Tietê, guardando proximidade com a região que focalizamos, situando-se na margem oposta do rio. Este processo foi intensificado nos anos 1950, com a inserção definitiva da cidade no circuito da grande produção industrial multinacional (ROLNIK, 2001).

Sobre os barqueiros que escovam os tijolos pelo rio (NÓBREGA, 1981, p.93),

Como viajam esses barqueiros humildes, herdeiros sem glórias nem aventuras, dos antigos heróis das monções? Em grandes batelões, com capacidade de 30 toneladas de carga e calado de até 1 metro e dez, com o comprimento de até vinte metros, boca de 3 e meio a 4, movidos por varas ferradas, desprovidos de qualquer conforto, ao sol, e à chuva. Salvante os pontais, ligados por passadiços de tabuado, para o vaivém contínuo dos homens curvados sobre os espontões que impelem os cascos carregados de areia e tijolos até o rés das águas, não há abrigo senão na pequena camarinha da popa, com o carvename à mostra, abafada, úmida e suja. À proa, o fogareiro de carvão, em que se cozinha o almoço. E o ancorote de água potável, que a do Tietê é poluída pelos esgotos da cidade e pelos despejos das indústrias que fumegam às suas margens. Um homem ao travessão do leme e dois curvados aos varejões compõem a reduzida equipagem desses barcos. Fincadas as longas varas no fundo lodoso do rio, os barqueiros apoiam a outra extremidade no ombro e caminham curvados, da proa para a popa, cada qual de seu lado. Retiram os espontões, refazem o caminho ao inverso, até o pontal traseiro do batelão, arrastando as varas, para, tornando a firmá-las recomeçar a manobra estafante, por hora seguidas, descalços, silenciosos, resignados.

Sobre as consequências para os barqueiros (Nóbrega, 1981, p.94),

As mãos e os peitos desses barqueiros são deformados de calosidades e as hastes dos espontões, desde o conto até quase à ponta guarnecida de ferro, reluzem como envernizadas pelo atrito, que lhes gasta todas as rugosidades, torneando-as, alisando-as, brunindo-as.

Se aproveitavam de todo o barro que era extraído em suas margens. Nas cavas abandonadas – lagoas formadas pela exploração de areia e barro – e nos antigos meandros do rio, o poder público despejava toda sorte de resíduos urbanos (JORGE, 2006).

Somado à isso, as numerosas indústrias que o margeavam, aproveitavam do rio para despejar seus detritos. Para Jacob Penteado (1962 *apud* JORGE⁴⁰, 2006, p. 2009),

[...] não se pode mais chamar de rio aquele canal de águas sujas, poluídas e tornadas perigosas pelos detritos das numerosas indústrias que o margeiam e pelo lançamento dos canos de esgoto, águas servidas das tinturarias, desde São Miguel, onde se encontra a Nitro-Química até os últimos limites da cidade.

⁴⁰ PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma época)*. São Paulo: Martins Fontes, 1962.

Com isso, no fim dos anos 1950, o Tietê agonizava com a crescente poluição de suas águas, e com as obras de retificação e viárias. Muitos paulistanos se afastaram do Tietê e dos demais rios na região, não tendo mesmo porque se aproximar deles (JORGE, 2006).

Mello Nóbrega (1981, p. 221) ao evocar Alcântara Machado⁴¹ diz que:

O Tietê deu a São Paulo quanto possuía: o ouro das areias, a força das águas, a fertilidade das terras, a madeira das matas, os mitos do sertão. Despiu-se de todo o encanto e de todo o mistério: despoetizou-se e empobreceu por São Paulo e pelo Brasil.

Nesse momento a região guardava uma relação suburbana com a cidade. A palavra subúrbio, conforme Simone Pallone (2005), significa etimologicamente o espaço que cerca uma cidade. De acordo com a autora “a palavra traduz uma situação intermediária entre cidade e campo e não uma condição sócio-econômica” (p. 11). Os subúrbios são caracterizados pela baixa densidade de ocupação, que por essa razão, podem abrigar propriedades que necessitem de maior espaço. Em São Paulo, os subúrbios foram as aglomerações formadas a partir da construção da linha férrea que ligava a capital ao interior. Com a industrialização, por exemplo, formaram-se subúrbios industriais e operários (PALLONE, 2005).

Para Azevedo (1945), o conceito vulgar da palavra subúrbio corresponde ao de “arrabalde ou vizinhança de uma cidade ou de qualquer povoação”, o que, em princípio, satisfaz e aproxima-se do conceito geográfico⁴². Entretanto, a proximidade do centro urbano não basta, é necessário que haja certa interdependência entre a cidade e os seus subúrbios, uma relação ativa e passiva entre uma e outros, em suas palavras: “de fato, cumpre verificar a existência de um permanente contato da população que neles vive, através de suas atividades costumeiras, do que produz e do que consome” (AZEVEDO, 1945 p. 29-30), Dentro desse critério, a área suburbana em São Paulo estendia-se em um raio variável através da bacia terciária, tanto para leste quanto para oeste, chegando a ultrapassar os seus limites (AZEVEDO, 1945).

Os subúrbios de São Paulo, sobretudo em sua porção oriental, possuíam funções industriais, residenciais e agrícolas em relação ao centro urbano. A agricultura, comum nessa área, se via

⁴¹ Sem demais referências à obra.

⁴² Azevedo (1945) baseia-se na definição de Caldas Aulette, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, tomo II; e Laudelino Freire, *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. V. s.d..

presente nas chácaras que forneciam produtos hortifrutigranjeiros aos habitantes de toda São Paulo. A função industrial era menos expressiva para o conjunto, ainda que presente na região da Penha e de São Miguel (AZEVEDO, 1945).

Era portanto uma paisagem bastante modificada em comparação com período anterior. Pallone⁴³ (2005), afirma que, com o crescimento das cidades o que antes era suburbano, virou urbano. Conforme a mancha urbana se amplia, as áreas que antes se enquadravam nesses critérios, com uma intensa ocupação e urbanização, passaram a se caracterizar como bairros; mas nem por isso deixaram de ser chamadas de subúrbios. Até o início do século XX, o termo subúrbio era utilizado para todas as áreas periféricas da cidade, independente do uso do espaço. Com as reformas urbanas, a partir das primeiras décadas do século passado, a palavra subúrbio passou a ser usada para designar as áreas servidas pela ferrovia.

2.4 Paisagem periférica

No processo de metropolização dos anos 1960-70, surgiu no contexto brasileiro o termo periferia. Para Pallone⁴⁴ (2005), esse termo carrega um sentido político, econômico e social que o subúrbio não possui. De um lado estaria o centro econômico de poder da cidade, do lado oposto, a periferia; um par dialético que faz parte dos fundamentos da teoria do desenvolvimento econômico.

Conforme Rosalina Burgos (2008), a formação territorial da periferia urbana da metrópole paulistana se deu integrada ao processo de industrialização-urbanização-metropolização da cidade de São Paulo, que levou à transformação dos subúrbios paulistanos em periferias, num período histórico diretamente vinculado à reprodução da classe trabalhadora e no processo de industrialização sob o modelo fordista de produção. Neste contexto, a urbanização da periferia urbana foi produzida segundo os fundamentos desiguais dessa sociedade, enquanto local de reprodução da força de trabalho (BURGOS⁴⁵, 2008).

⁴³ Utilizando-se da informação pessoal de Nelson Nóbrega Fernandes (s.d.).

⁴⁴ Utilizando-se de informação pessoal fornecida por Manoel Lemes da Silva (s.d.)

⁴⁵ A autora baseia parte das suas colocações em Seabra, 2004. Para maiores informações sugere-se consultar a obra de Rosalina Burgos (2008), citada nas referências deste trabalho.

Com o crescimento metropolitano, os terrenos desocupados passam a ser ocupados massivamente pela indústria, comércio e moradia, surgiram bairros predominantemente residenciais e, nesse contexto, a região passou a ser denominada como periferia.

Esses espaços, surgidos na paisagem urbana em meados da década de 1950 e avançando de maneira significativa nos anos 1960, foram produzidos segundo um padrão periférico de crescimento, aglomerados fora e distante do centro da cidade propriamente dita, – caracterizados pela autoconstrução – clandestinas ou não, carentes de infraestrutura, onde passou a residir crescente quantidade de trabalhadores (BURGOS⁴⁶, 2008).

No período de 1940 a 1970 tornou predominante a expansão da periferia sob o binômio loteamento-ônibus correlato ao binômio subúrbio-estação, numa lógica espacial estruturada em função do deslocamento de trabalhadores dos “bairros dormitórios” para os locais de trabalho (BURGOS⁴⁷, 2008).

Nas décadas de 1950 a 1970 houve uma diminuição da imigração estrangeira e um aumento expressivo na migração interna. A população migrante, de origem nordestina, atraída pelo avanço econômico da cidade, encontrou abrigo nas periferias da cidade, ocupando diversas áreas, as famílias ocupavam os espaços como podiam, e conforme seus meios (ROLNIK, 2001).

As indústrias não cessaram de instalar-se na várzea, nas proximidades da linha férrea, concentrados na região de Ermelino Matarazzo⁴⁸ (BACAICOA, 2008).

Na década de 1970 foram implantados grandes conjuntos habitacionais na Zona Leste de São Paulo. Nesta época, sob o regime militar, predominaram as políticas habitacionais que deram origem a inúmeros conjuntos habitacionais, sem deixar de existir contanto a “autoconstrução” e a favelização, que permanecem como continuidade da desigualdade social deste processo histórico (BURGOS, 2008).

⁴⁶ A autora baseia parte das suas colocações em Bonduki e Kowarick, 1979. Para maiores informações sugere-se consultar a obra de Rosalina Burgos (2008), citada nas referências deste trabalho.

⁴⁷ A autora baseia parte das suas colocações em Langenbuch, 1971 e José de Souza Martins. Para maiores informações sugere-se consultar a obra de Rosalina Burgos (2008), citada nas referências deste trabalho.

⁴⁸ Em 1950, a *Badoni do Brasil Metalúrgica* instalou na região a fábrica de botijões para gás, de 1973 a 1993 passou a chamar *Badoni ATB*, mecânica pesada que fabricava componentes para usinas hidroelétricas, absorvida pela *Dedine* em 1993; em 1954 foi fundada a Bann Química Ltda., pela família Bann de origem chinesa, iniciando suas atividades na área de importação e comercialização de produtos químicos, corantes e produtos para borracha; na década de 1960 foi fundada por Alfredo Mathias a *Fábrica de Azulejos Keralux*, hoje inexistente; em 1976, foi fundada a fábrica de cimento *Soeicon AS*, por *Antonio Sommer Champalimaud*, cujo nome fantasia era *Cimentos Liz*, em 2005 unificou o nome para *Cimentos Liz* (BACAICOA, 2008).

A cidade se espalhou vorazmente, ocupando morros e várzeas e conurbando com municípios vizinhos, na maioria das vezes por meio de loteamentos irregulares e casas autoconstruídas, sem a participação do Poder Público (ROLNIK, 2001).

Foi nesse período que entrou na pauta da gestão da cidade o controle da poluição. O tema apareceu pela primeira vez no debate público por meio dos trabalhadores da fábrica de cimento Perus, um dos maiores focos poluidores do ar da cidade, sobretudo na década de 1970. Além da poluição da atmosfera, havia a poluição águas. Desde o início da implantação do sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos na cidade, no final do século XIX, os rios e córregos tinham recebido a totalidade da carga poluidora dos dejetos industriais e domésticos da cidade. Outro fator agravante é que os efeitos do padrão periférico de crescimento reduziram a porcentagem de domicílios ligados à rede, aumentando em centenas de vezes o volume coletado e jogado nos rios. Foi somente no final dos anos 1960, que ocorreu a percepção dos efeitos da poluição (ROLNIK, 2001).

Na década de 1980, em meio à desconcentração industrial e fatores como o uso massivo do automóvel, aumento da violência urbana e disseminação dos condomínios fechados, acentuou-se a saída das camadas de maior renda da cidade e dos bairros centrais. Observou-se também a intensificação das atividades informais, seja no comércio ou nas atividades produtivas. O centro foi convertido em um local de trabalho e consumo (BURGOS, 2008).

A partir da década de 1980, com a preocupação advinda da conservação ambiental resultou que parte das áreas de várzea passou a ser protegida por instrumentos normativos específicos.

Em 1976 projetado pelo arquiteto Ruy Otake, em áreas remanescentes da várzea do Tietê, foi criado o Parque Ecológico do Tietê (PET)⁴⁹. Desde sua criação o Parque foi administrado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE).

O Parque foi criado com vistas a proteger as áreas de inundação amortecer as cheias da várzea do rio e utilizar as margens para o lazer e preservação da fauna e flora. Sua criação se deu em áreas das antigas chácaras de cultivo, assim como de extrações de areia e argila e das olarias. Possui dois núcleos, um em Engenheiro Goulart, outro em Barueri. O núcleo de

⁴⁹ Criado pelo Lei Decreto Estadual Nº 7868 de 1976.

Engenheiro Goulart abrange parte da cidade de Guarulhos e São Paulo, nos distritos de Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Vila Jacuí e São Miguel Paulista.

Em 1983 para controlar a vazão do Tietê foi criada a Barragem da Penha, tornando-se um limite entre o trecho retificado e o trecho ainda sinuoso do rio.

Em 1987 foi criada a Área de Proteção Ambiental da Várzea do Tietê⁵⁰ em áreas sujeitas à inundações anuais, englobando o Parque Ecológico do Tietê, abrangendo 12 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Seu primeiro trecho, inicia a partir da Barragem da Ponte Nova em Salesópolis passando por Biritiba-Mirim, Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Guarulhos e São Paulo, onde sofre uma interrupção a partir da Barragem da Penha e retorna somente em Osasco, passando por Carapicuíba, Barueri e Santana do Parnaíba, terminando no reservatório Edgard de Souza.

2.5 A escrita atual e seus testemunhos

A paisagem se apresenta de maneira multifacetada, permite múltiplos olhares e nuances de cada observador e de cada observação. Em uma primeira vista este lado da cidade margeado pelo Tietê, parece rude, cru, tosco, caótico, bucólico. Em alguns momentos ele parece ofensivo.

Essa região se caracteriza, grosso modo, por construções unidas, muito próximas, quase sem espaço entre elas, ruas tortuosas, ou retas demais. As casas aproveitam-se ao máximo o espaço dos lotes, casas quase que grudadas umas nas outras, com poucos espaços ajardinados e muitas vezes próximas à corpos d'água. Janelas com grades, casas marcadas por pequenas reformas e modificações, quase nunca terminadas, que ocorrem à prazo. Quando termina uma reforma outra já é necessária. Casas com tijolos expostos, sem reboco, ou recobertas por chapiscos de cimento, ou uma cobertura colorida texturizada; uma variedade de cores e formas. Algumas apresentam sacadas, ornadas por balaústres. Calçadas disformes, poucas árvores, raras as ruas que não são asfaltadas. Uma diversidade de construções, cada uma feita à sua maneira, construídas em sua grande maioria, à vontade de seus donos, à revelia das normas construtivas e da fiscalização pública. Muitas vezes, essas

⁵⁰ Criada pela Lei Estadual Nº 5598 de 1987 e regulamentada pelo Decreto Estadual Nº 42837 de 1998.

reformas e novas construções, tem como base construções antigas, que recebem uma nova “caiação” e reforços na estrutura.

Erguem-se nessa paisagem ainda poucos edifícios, de altura modesta nos primórdios, começam a tomar maiores proporções.

As imagens (IMAGENS 21 à 26) permitem vislumbrar aspectos da urbanização dessa região; é possível ver características das construções quase sempre autoconstruídas, e as repercussões ambientais que esse processo gera.

Imagens:

21-26. Aspectos da urbanização e suas implicações, retratos da Vila Cispar, MORCELLI, D.C. et al. In: *Jornada Itinerante*, 2010.

Todavia, essa escrita manteve alguns elementos do período pretérito. Coexistem, por hora, poucas casas antigas. São habitações que não abrigaram personalidades históricas, não presenciaram grandes eventos, nem são testemunhos excepcionais da arquitetura, mas são testemunhos de um outro tempo, que atestam diferentes modos de *saber fazer* e de apropriação do espaço. Estas casas, em sua maioria posteriores a 1920, perduram até serem demolidas para a criação de novos condomínios – surgidos da divisão de pequenos terrenos em lotes menores ainda – ou que o tempo e o abandono as leve para o chão. Os condomínios com casas unidas tornam-se cada vez mais frequentes nessa paisagem.

Das formas edificadas, uma delas, ocorrente em maior número, é a que se denomina favela. A favela é também um modo de saber fazer dentro da lógica da cidade que exclui espaços e pessoas. Ela é carregada de identidade, de valor sentimental, e de um modo específico de construção – é onde moram os hábeis construtores das casas e edifícios das pessoas mais abastadas; onde vizinhos juntam-se para ajudar a construção, assim como a encher laje. Aproveita-se de terrenos por hora rejeitados, contaminados, com riscos de deslizamentos ou às margens de rios e córregos sujeitas ao alagamento.

A favela mostra um jeito de ser, um saber fazer, se adaptando, soterrando os restos do que a cidade rejeitou, em um estado de construção constante, formando testemunhos à sua maneira. Por que não pensá-la como um patrimônio? Uma herança incômoda para alguns, uma tradição para muitos outros. É um patrimônio dos movimentos de moradia, das conquistas populares, da comunidade que nela habita.

Se fizermos o trajeto do trem rumo à leste, até as últimas estações, notaremos um número significativo de tendas, que preferem a planura da várzea, e sua relativa proximidade com os corpos d'água. Estas se diferem das demais habitações da várzea, propriamente dita, por suas técnicas construtivas e por seus habitantes, muitas vezes hostis ao contato. São os acampamentos ciganos. Feitas de lona, essas tendas refletem a instabilidade presente nas ocupações ciganas, porém alguns acampamentos encontram-se há bem mais de vinte anos no mesmo local. Permanecem ignorados na cidade. Muitos de olhos e cabelos claros, de olhar triste, pele amorenada, fala lenta e marcada, e dentes dourados. As mulheres usam saias ornadas, surradas pelo uso e viajam sentadas em círculo ao chão do trem, não raras vezes são enxotadas.

As tendas na paisagem são marcas de uma história, um testemunho das diferentes ocupações do espaço. Evidencia como que alguns testemunhos podem ser tênues na paisagem. Elas, assim como outras ocupações tratadas neste capítulo, expressam formas de apropriação do espaço na região, fruto da dinâmica nele presente, evidenciam mudanças.

Essas dinâmicas deixaram alguns testemunhos, marcas que configuram as rugosidades, que, em certos momentos, foram consideradas como patrimônio.

Capítulo 3

As rugosidades presentes na paisagem

As transformações que ocorreram ao longo dos séculos na paisagem às margens do rio Tietê deixaram remanescentes das histórias ali ocorridas, remanescentes que nos trazem elementos do passado e se tornam pontos de reflexão. Analisar esses vestígios é o objetivo deste capítulo em particular, dessas rugosidades que insistem em se fazer presente na dinâmica da paisagem. Para isso, nele são apresentados os testemunhos das dinâmicas de ocupação do espaço, do período de colonização até o momento atual.

Na história ocorrida nessa paisagem, desde os primórdios do período analisado, os seus primitivos habitantes foram levados ao sedentarismo, contidos em um aldeamento. Esses aldeamentos também se transformaram e em seus lugares surgiram sítios e chácaras de criação e cultivo. Uma nova transformação se verificou no início do século XX, quando a região recebeu a linha férrea e, seguida a ela, as primeiras indústrias. O decorrer do século XX apresentou ainda dinâmicas que se expressaram em numerosa ocupação habitacional e serviços que aflorou ao lugar, então chamado periferia.

As heranças compreendem às marcas que persistem no tempo e que são expressas nas capelas e casas-sede bandeiristas do século XVII, nas igrejas dos séculos XVII e, nas construções mais recentes, nos testemunhos do período industrial.

3.1 Os vestígios do período de colonização e de um passado de Sítios e Chácaras

Os quatro séculos de ocupação da área resultaram em modificações constantes na paisagem. Sítios arqueológicos dos primeiros momentos de ocupação da região permaneceram até a segunda metade do século XX. A partir de então, em face da velocidade da ocupação da área, sem um planejamento coerente desse espaço, boa parte dos testemunhos foram perdidos. Os últimos trinta anos, sobretudo, foram danosos para os remanescentes resultando em sua destruição e degradação.

Dos testemunhos do período colonial, todos os remanescentes foram construídos em taipa de pilão, ainda que recebessem em épocas posteriores pequenos acréscimos de adobe, tijolo

e outros materiais. As construções feitas em pau-a-pique ou outros materiais que se degradam facilmente não persistiram, não somente pela fragilidade do material construtivo, como pela falta de interesse em sua manutenção. Esses elementos da primeira fase da ocupação na região analisada são: as ruínas da Casa Sede do Sítio Mirim, a Capela de São Miguel e a Fazenda da Biacica, todos do século XVII. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Penha de França, também possivelmente do século XVII e do início do século XIX a igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França.

3.1.1 As ruínas da casa sede do Sítio Mirim

Nas proximidades do Jardim Pantanal, às margens do rio Tietê e da linha férrea, em uma colina com vistas para a planície de inundação e a cidade de Guarulhos, existem algumas ruínas: paredes em adiantado estado de degradação, assim como monturos de barro. Estes são os vestígios da Casa sede do Sítio Mirim – ou Sítio Comboratybi ou Corumbataí, como em algumas fontes – construída no século XVII, em taipa de pilão, que aos poucos os depredadores, as formigas e as águas vão dissolvendo. Essas ruínas estão hoje situadas em área territorial pertencente ao distrito de Vila Jacuí, administrado pela subprefeitura de São Miguel Paulista.

Meus pais e avós contavam que aquelas ruínas eram de uma antiga hospedaria que havia abrigado Dom Pedro I e tinha sido construída pelos índios. Fato reafirmado por seus antigos moradores que contam que a Casa sede do Sítio Mirim foi um antigo ponto de paragem, venda e hospedaria que servia aos tropeiros, vindos do rio de Janeiro. Por ocasião da independência, em 1822, serviu de abrigo para Dom Pedro I e sua comitiva e também foi ponto importante de apoio para os exploradores de ouro, para os tropeiros, e para aqueles que navegavam o Tietê.

Dentre as estórias que ouvi sobre essas ruínas, está a que o imaginário popular atribuiu sobre a passagem de Dom Pedro em 1822 pela região. Segundo esse imaginário, o Imperador teria se instalado no local com sua comitiva por ocasião da Independência. Conta-se que Dom Pedro teria gritado por independência de fato, em uma situação bem mais singela do que aquela que a historiografia consagrou e que esse fato se deu ao sair do Sítio Mirim, às margens do rio Tietê e não às margens do Ipiranga como se tornou clássico.

Ainda de acordo com o relatos populares, havia no Sítio Mirim ferros utilizados para prender os escravos⁵¹.

As informações mais antigas sobre a construção remontam a 1750, quando nela residiu o guarda-mor Francisco de Godoy Preto – de acordo com os processos de tombamento (CONDEPHAAT, 2011; IPHAN 2011).

Não se sabe ao certo a data de sua construção, que se constituía um exemplar único no conjunto das casas bandeiristas, por apresentar diferente disposição de planta e de soluções construtivas. A casa foi construída em taipa de pilão em paredes relativamente delgadas (50 cm de espessura) e telhado em duas águas. Apresentava uma área interna dividida em pequenos ambientes, diferente do padrão típico da época – que era o grande salão central para o qual se voltavam cômodos localizados em suas laterais – uma varanda em forma de "L", ao longo de duas fachadas consecutivas – com uma parede de taipa que a envolvia em determinados trechos, visto que uma coluna não ofereceria estruturação capaz de resistir aos esforços do telhado. Sua planta é praticamente retangular, não fosse o cômodo situado fora dele em uma de suas laterais, em sua fachada Oeste, que rompia com a regularidade do perímetro retangular das construções do período (CONDEPHAAT, 2011; IPHAN 2011).

Waldir Augusti no livro *Memórias de Ermelino Matarazzo* (2012), evoca um trecho do inventário de Maria Pires de Camargo, de 1782, presentes em um artigo da *Revista do Arquivo Municipal* de São Paulo:

Por hum citio no bayrro de Sam Miguel com cazas de três lانسos parede de taipa de pillam cubertas de telhas com quatro camarinhas e fora também dois lانسos divididos de paredes de taipa de pillam Cubertas de telhas com caibros de paus Roliços e Ripas de mais Repartimentos e Senzalas fora com seu muro ao redor da caza (*apud* NASCIMENTO, 1986, p. 119)⁵².

As atividades do sítio incluíam criação de gado, produção de aguardente e culturas de subsistência (AUGUSTI, 2012).

⁵¹ Em visitas ao local onde outrora estava o sítio, foram encontrados artefatos de ferro em avançado estado de degradação, que não puderam ser identificados como pertencentes à cavalaria ou à contenção dos escravos.

⁵² NASCIMENTO, Silvia Haskel Pereira. Sítio Mirim: algumas considerações sobre sua história. In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo, vol. CXC VII, n. 113, 1986.

Desde 1750 até meados do século XX, diversos documentos foram lavrados transmitindo a posse do Sítio Mirim para diferentes proprietários e herdeiros (AUGUSTI, 2012).

Na década de 1940 a casa, apesar de habitada, encontrava-se mal conservada e bastante modificada em relação à sua arquitetura original. Em 1964 foi realizado um levantamento sobre o local e feitas as primeiras intervenções no imóvel visando sua proteção e restauração, cintas e colunas de concreto foram introduzidas nas paredes que ameaçavam ruir. A construção, bastante degradada, e uma área no entorno foram tombadas pelo IPHAN em 1973; em 1975, o imóvel foi desapropriado pela prefeitura⁵³ tombadas ex-officio pelo CONDEPHAAT em 1982 e, em 1991, pelo CONPRESP. Na década de 1980 foi realizado um estudo arqueológico coordenado por Margarida Andreatta, do Museu paulista, da Universidade de São Paulo com a participação do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH).

Em 1973, uma reportagem da Folha de São Paulo (LIMA, 1973) denunciava o abandono e o interesse pelo terreno, por parte de uma construtora que atuava na linha férrea, assim como as manifestações contrárias por parte de Luís Saia⁵⁴, então diretor regional do Departamento do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN). A construção quase foi demolida e bem como seu terreno invadido terraplanado, apesar do tombamento pelo IPHAN.

No decorrer da década de 1970, quando a construção ainda estava de pé, foram retiradas telhas, janelas e madeiramentos da casa do sítio, que foram aproveitados pelos moradores para a construção de moradias precárias que rodeavam o local.

Imagens presentes na reportagem citada mostravam a construção sem seu telhado, iniciando seu estado ruinoso (LIMA, 1973).

Desde então, a degradação da construção avançou consideravelmente, visto que a taipa sem algum tipo de cobertura se degrada mais facilmente, culminando com o seu estágio atual⁵⁵. As ruínas, sem proteção alguma, estão ameaçadas de desaparecerem, e com elas, as memórias desse sítio.

⁵³ De acordo com Augusti (2012) sob o Decreto Lei nº 12.499, publicado no Diário oficial do Município de São Paulo em 30 de dezembro.

⁵⁴ Atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁵⁵ A exposição da taipa mostra o emprego de cacos de cerâmica na constituição da parede. Nos arredores do sítio existem muitos cacos de cerâmica.

Desde as primeiras iniciativas de proteção à esse remanescente, sua conservação é um dilema e divide interesses. Por vezes, movimentos da comunidade, visto o avançar do seu estado de degradação, reivindicaram algum tipo de ação imediata, ou até mesmo a reconstrução da casa. Outras vezes, alegando o abandono do espaço, a população reivindicou o terreno para a construção de moradias populares, assim como houve moradores que reivindicavam o terreno para a construção de uma estação de trem.

3.1.2 A Capela de São Miguel Paulista e Pátio da Matriz

Situada no atual distrito de São Miguel Paulista, em uma colina próxima ao rio Tietê, com ampla visão da várzea, está a Capela de São Miguel (IMAGENS 27 À 30). Construída em terras do antigo aldeamento de *São Miguel de Ururáí*, administrado pelos jesuítas nos séculos XVI e XVII, e pelos franciscanos a partir do fim do século XVII.

A primeira capela, edificada no século XVI, por volta de 1580, foi substituída pela atual em 1622. Por volta de 1620 iniciou-se a construção desta, em local que, segundo Bomtempi (1970), pode não ter sido o mesmo sítio primitivo.

A Capela foi construída com todas as características seiscentistas: um edifício alpendrado, em nave única, capela-mor e teto de telha vã, com madeiramento aparente, cobertura em duas águas; as paredes em taipa de pilão, que receberam mais tarde alguns acréscimos de adôbe, usual no século XVIII para reformas. É o único exemplar de igreja alpendrada que restou das que existiam em São Paulo nos primeiros séculos de colonização (CONDEPHAAT, 2011; IPHAN 2011).

O alpendre, comum às construções da época, ocupa toda a largura da fachada, prolonga-se com a parede do lado direito da igreja, possui empena com o óculo entre as duas janelas do côro, na parte fronteira possui poiais⁵⁶. Em seu interior encontram-se peças em jacarandá, torneadas, entre as quais sobressai a original bancada da comunhão, o escoramento de madeira, o arcaz e os dois pequenos oratórios da sacristia, o púlpito, servindo também de tribuna de honra, e a pia batismal (BOMTEMPI, 1970; CONDEPHAAT, 2011; IPHAN 2011).

⁵⁶ Bancos de terra batida (BOMTEMPI, 1970).

Em 1691, por determinação do conselheiro Diogo Barbosa Rego, a igreja sofreu reparos. No século XVIII, sob a orientação dos franciscanos por Frei Mariano da Conceição Veloso, utilizando-se da já citada alvenaria de adobe, o pé-direito da capela elevou-se de 4 para 6 m, ficando a cobertura da varanda lateral em nível inferior, o que possibilitou o surgimento das janelas do coro, ocorrendo também a construção da capela lateral (CONDEPHAAT, 2011; IPHAN 2011).

O edifício da capela foi tombado pelo IPHAN em 1938, incluindo todo o seu acervo – um dos primeiros bens tombados no Estado de São Paulo. Também foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1974 e em 1991 pelo CONPRESP. Foi restaurada entre 1939-1941 e novamente em 1959-1960. Recebeu a partir de 1959 obras de organização de seu entorno, executadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo (CONDEPHAAT, 2011; IPHAN 2011). Passou por nova restauração em 2006-2010⁵⁷ e, atualmente, além de cumprir a funcionalidade religiosa, abriga um museu aberto à visitação pública.

Em 2004, em reportagem do *Jornal da Tarde* (BALOGH, 2004), evidenciou a degradação da capela e seu entorno. A capela estava com infestação por cupins, paredes rachadas, problemas na fiação elétrica e ameaçada pelo trânsito intenso de veículos em seu entorno, depredadores e pichadores. Um segurança pago por uma universidade da região era responsável pelo cuidado do local. A reportagem menciona ainda o projeto de restauro da capela por iniciativa de seu pároco *Padre Geraldo Antônio Rodrigues*, e da comunidade.

Ainda a reportagem ressaltou fatos ocorridos em décadas anteriores: em 1952, oito imagens da capela, do século XVII e XVIII foram atiradas ao chão por um depredador e, em 1999, o telhado foi destruído durante uma apresentação popular, pelos participantes que a assistiam em cima do telhado da capela (BALOGH, 2004).

⁵⁷ Esse restauro revelou ornamentos nas paredes interiores da Capela ocultos pelos altares laterais.

Imagens:

27.

28.

27. Fachada da Capela de São Miguel, 2011 – Acervo da própria igreja.

28. Parede do altar lateral. Reformas recentes revelaram as pinturas que estavam ocultas, 2011 – Acervo da própria igreja.

29.

30.

29. Cariátide esculpido na mesa de comunhão, 2011 – Acervo da própria igreja.

30. Bancada de comunhão, 2011 – Acervo da própria igreja.

Segundo Roseli Stella (2008), havia um Hospício franciscano instalado junto à capela de São Miguel em meados de 1730, com cômodos suficientes para quartos, refeitórios e oficinas. Na década de 1930, parte desse edifício abrigou uma pensão ocupada por trabalhadores recém-chegados para a trabalharem na construção da *Cia. Nitro-Química*. A construção do hospício existiu até meados do século XX (STELLA, 2008).

No último século, a capela teve diversos usos. No fim do século XIX e início do XX, uma escola primária funcionava no alpendre lateral – conforme relatos de moradores na década de 1940. Nas décadas de 1950 e 1990, moradores de rua foram abrigados dentro do templo. No fim da década de 1970 o *Movimento Popular de Arte* – movimento proveniente da comunidade local – realizou atividades culturais, na igreja e na praça. Na década de 1980, a capela também abrigou escritórios de Direitos Humanos, do menor e da Pastoral Operária e uma biblioteca (BRITO, 2008).

O terreiro frontal da igreja, em meados do século XIX, era conhecido como “*Pátio da Matriz*”. Nele se encontrava o “*Cruzeiro de São Miguel*”, do qual restou apenas a cruz, removida para o cimo da torre da nova igreja. Ao redor do pátio estabeleciam-se algumas casas de negócio e tavernas, e era local de residência dos *principais* do bairro (BOMTEMPI, 1970).

No largo da igreja se realizavam as festas e procissões e era o local onde se enterravam os mortos, de acordo com a informação do Fiscal João Duarte de Godói à Câmara em 1838. Conforme citado por Bontempi, houve considerável sepultamentos no entorno da capela de São Miguel. Também nesse pátio, em diversas ocasiões, ocorriam arruaças e tropelias, assim como corridas de cavalo (BOMTEMPI, 1970).

Ao longo do século XX, a praça foi palco de manifestações populares, de movimentos sociais e cerimônias religiosas de diferentes religiões. Em 1992 o terreiro frontal da igreja passou por uma reforma por parte da administração municipal, ganhou um palco em formato de chapéu de couro e recebeu a denominação de “*Praça do Forró*” em homenagem a comunidade nordestina, expressiva na região, e aos encontros de sanfoneiros que ocorriam no local desde a década de 1960. Com o restauro da capela em 2006, o palco foi demolido, e o nome que se firmou foi “*Praça Padre Aleixo Monteiro Mafra*”, onde hoje ocorrem cerimônias religiosas.

Nas diversas construções e reformas que ocorrem no local ao longo do século XX nas proximidades da capela, conforme relatam moradores antigos, foram encontrados muitos vasos e cacos de cerâmicas, assim como ossadas. Esses locais foram terraplanados e não se foi encontrado nenhum registro desses materiais.

Sondagens arqueológicas, realizadas em virtude do restauro indicam a existência de sítios arqueológicos no interior da capela – com a presença de sepultamentos – e nas imediações da construção (BRITO, 2008).

3.1.3 A Fazenda e a Capela da Biacica

A fazenda da Biacica era mantida pelos Carmelitas e remonta à terras outrora pertencentes a Domingos de Góes, que recebeu duas sesmarias, uma em 1610 e outra em 1611 depois a Lopo Dias, que as legou então, em 1621, à Província Carmelitana do Rio de Janeiro. Nela os carmelitas desenvolveram lavouras, com o emprego de numerosos índios que traziam do “sertão”. Nas primeiras décadas do século XIX a fazenda deixou de ser produtiva e entrou em decadência, vindo os proprietários a arrendar parte de suas terras (BOMTEMPI, 1970; DPH, 2007).

Nessas terras, no século XVII – supostamente desde 1682 – foi construída, próximo ao rio Tietê, uma capela de taipa, com características luso-brasileiras, sob a invocação de Nossa Senhora da Estrela de Biacica (BOMTEMPI, 1970).

Desde a apropriação da sesmaria, a Fazenda da Biacica foi limite entre São Miguel e Mogi das Cruzes. A Câmara de São Paulo sempre tentou alargar os limites até a margem do Guaió, o que provocaria nos séculos seguintes motivo de disputa entre São Paulo e Mogi (BOMTEMPI, 1970).

Na década de 1930, *Levén Vampré*, o então proprietário da chácara, aproveitou a construção da antiga capela como parte central de uma casa de linhas neocoloniais para uso de veraneio, acrescentando compartimentos laterais e uma grande varanda central (DPH, 2007).

Atualmente a entrada da casa se dá por uma via que possui um conjunto de árvores e palmeiras imperiais que adornam o caminho até a frente da casa. Na porta, de aproximadamente três metros, é possível ver a data de “1682” gravada no arco superior, data presumida da construção da antiga capela. Nela se vê um alpendre frontal que protege as

paredes e dois painéis de azulejos portugueses que figuram dois momentos da história do Brasil: na direita de quem olha a casa de frente está representada a chegada dos Portugueses em São Paulo em 1532, e na parede esquerda, os índios sendo catequizados pelos jesuítas em 1554 (IMAGENS 31 À 34) (BOMTEMPI, 1970; SÃO PAULO, 2009a).

Além da residência-sede, existem na chácara outras edificações em estilo neocolonial e outras estruturas, ainda que de tempos relativamente recentes⁵⁸.

Entre 1944 e 1978, a família *Fontoura* foi proprietária do imóvel e ali residiu, associando seu nome à chácara (DPH, 2007).

Em décadas recentes a construção foi depredada e algumas peças foram furtadas. Foram perdidos elementos como a escultura da índia Bartira, de João Batista Ferri, também se perderam torneiras, pias e placas de bronze, às quais temos a descrição de Bomtempi (1970). Ao lado direito da porta havia uma placa de bronze, figurativa de um bandeirante, com a inscrição “21-6-1611” e “Domingos de Góes”, referente à data de concessão da segunda sesmaria por Gaspar Conqueiro e, do outro lado, uma placa figurativa de um padre com um índio, com a legenda “1621 – província Carmelitana”, em referência ao ano em que os frades tornaram senhores das terras, recebidas de Lopo Dias e antes pertencentes a Domingos de Góes.

Em 1994 a chácara foi tombada pelo CONPRESP⁵⁹. Em 2004 foi incluída como Zona especial de preservação cultural (ZEPEC) no Plano Regional Estratégico das Subprefeituras (DPH, 2007). A resolução de tombamento pelo CONPRESP aplica-se aos elementos constituidores daquela Chácara: a área verde de porte arbóreo e ajardinamentos, a residência-sede e seus pertences (banco neocolonial, painéis de azulejos, relevos de bronze da varanda, móveis, talhas e quadros existentes na área da antiga Capela), a escultura “Bartira”, de João Batista Ferri, e eventuais sítios arqueológicos; assim como a estrada de acesso à chácara⁶⁰ (CONPRESP, 2011).

Atualmente a chácara está pouco cuidada. Seus últimos proprietários foram a família *Jereissati* e não foram encontradas referências sobre a atual propriedade do imóvel. Segundo

⁵⁸ Não há informações nos documentos e referências consultados sobre estudos arqueológicos nas imediações da construção.

⁵⁹ Preocupação que Mário de Andrade expressara em 1937, quando a visitou como técnico do IPHAN (que na época era denominado por SPHAN).

⁶⁰ A imagem da padroeira da Capela, de acordo com o DPH, foi transferida para a Capela de São Miguel nos primeiros anos do século XX (DPH, 2007).

notícia publicada no Jornal “O Estado de São Paulo” (MAZZITELLI, 2011), em 2011 a construção seria demolida para a implantação do *Parque Linear Várzeas do Tietê*. A área que seria destinada à recuperação da várzea, porém isso não aconteceu e resolveu-se integrar a Chácara ao parque.

Imagens:

31.

32.

31. *Estrada da Capela Adornada por Palmeiras*, TRAVESSO, Gilberto, 2009.

32. *Capela da Biacica* TRAVESSO, Gilberto, 2009.

33.

34.

33. *Azulejos Portugueses (lado direito da capela): Chegada dos Portugueses em São Paulo em 1532 (nota-se a ausência de uma das placas de bronze furtadas)*, TRAVESSO, Gilberto, 2009.

34. *Azulejos Portugueses (lado esquerdo da capela): Índios sendo catequizados por Jesuítas em 1554 (nota-se a ausência de uma das placas de bronze furtadas)*, TRAVESSO, Gilberto, 2009.

3.1.4 A Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Penha de França

Presente na colina, no núcleo inicial do primitivo distrito da Penha, está o conjunto formado pelas três igrejas: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Penha de França, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França e a Basílica de Nossa Senhora do Rosário da Penha de França. No núcleo urbano antigo encontram-se algumas casas que datam dos 1920, ano que figura em muitas fachadas. Da colina é possível ver uma série de outras torres de igrejas, expressivas na paisagem que se abre para os rios Aricanduva e o Tietê, para a linha férrea, o metrô, assim como para a cidade de Guarulhos.

A igreja Nossa Senhora da Penha foi erguida na colina da Penha, voltada para a Sé. Sua construção data de 1682, proveniente do culto e da devoção à Nossa Senhora em uma ermida de curral de gado, ponto inicial de povoação do distrito. A igreja e o culto surgiram de uma lenda, conforme Bomtempi (1969) evocando a narrativa transcrita por Leonardo Arroyo⁶¹ (1954). Segundo essa narrativa, no século XVII, em 1600, um viajante francês católico que rumava de São Paulo ao Rio de Janeiro, carregando na bagagem uma imagem de madeira, de Nossa Senhora, trazida de sua terra natal, pernitoou na colina onde hoje é o bairro da Penha. Pela manhã, reuniu suas coisas e retomou a viagem. Na noite seguinte percebeu que havia perdido a imagem. Retornou e encontrou a imagem no alto da colina onde havia dormido. Recuperou-a e seguiu viagem, mas na noite seguinte sentiu novamente a sua ausência. Mais uma vez retornou à colina e encontrou a imagem no mesmo local. Entendeu então que se tratava de uma mensagem avisando-o de que ali deveria ser erguida uma capela em homenagem a Nossa Senhora.

Ao longo de sua existência a imagem foi bastante procurada por fiéis e em inúmeras ocasiões foram feitos transladações para a Sé, em virtude da seca e das epidemias de varíola em São Paulo (BOMTEMPI, 1969).

Atualmente a imagem encontra-se no altar da Basílica Nossa Senhora do Rosário da Penha, construída entre 1957 e 1967. De maiores propensões, na proximidade da igreja velha, se tornou o novo centro religioso.

A *Gazeta do Tatuapé*, do ano de 2002, ressalta a mobilização popular para a proteção da edificação, remetendo a fatos ocorridos em 1982, quando uma forte chuva provocou a

⁶¹ ARROYO, Leonardo. *As igrejas de São Paulo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954.

queda de uma das paredes do templo, que já tinha problemas de infiltração. Julgando ser a única solução viável, a administração regional decidiu demolir a construção, o que resultou em uma série de manifestações populares contrárias. Os sinos já haviam sido retirados e os equipamentos postos no local para a demolição, quando os moradores e as associações locais conseguiram uma liminar na justiça para impedir a demolição da igreja. Salva a construção, os moradores iniciaram a reforma, reconstruindo a parede e a pintura da igreja. Em 2001 houve uma nova reforma em um dos lados da igreja.

Em 2004 o CONPRES P iniciou o processo de tombamento da Igreja, e das construções presentes no centro histórico do bairro (CONPRES P, 2011).

A imagem (IMAGEM 35) permite visualizar alguns aspectos da igreja, uma construção em estilo neoclássico.

Imagem:

35.

35. Igreja Nossa Senhora do Rosário da Penha de França, MORCELLI, D.C., 2012.

3.1.5 A igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, no Largo do Rosário, conhecida também como “*Igreja dos Escravos*”, ou apenas “*Igreja do Rosário*”, foi construída por volta do início do século XIX, em taipa de pilão, e recebeu numerosas modificações posteriormente (IMAGEM 36) (BOMTEMPI, 1969; CONDEPHAAT, 1982).

A igreja do Rosário foi construída por que os negros eram proibidos de entrar na igreja principal. Em 1802, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França uniu esforços para fundar e erigir sua capela privativa. Uma foi construída de costas para a outra. Enquanto a Igreja da Penha foi construída voltada para a Sé, a do Rosário foi construída voltada para a porção oriental da cidade de São Paulo. Contam-se as estórias de que o dinheiro arrecadado para a construção foi proveniente de esmolas recolhidas durante cinco anos.

A igreja possui apenas uma nave, capela-mor, galeria lateral e sacristia. Em 1838 quando os pertences da capela foram inventariados, existia apenas uma cruz de prata pesando duas libras. No final do século XIX foram construídos a torre e o frontão e, data deste período, o seu estilo eclético com tendências ao classicismo. Internamente observam-se retábulos e uma dependência destinada aos ex-votos. Em 1920, à igreja foi acrescentado um anexo e, nos anos de 1962 e 1969, sofreu pequenas reformas. No largo sempre ocorreram grandes festas religiosas, sobretudo de São Benedito e novenas (BOMTEMPI, 1969; CONDEPHAAT, 1982).

Em 1982, por reivindicação da comunidade, a igreja foi tombada pelo CONDEPHAAT. Há doze anos ocorre no local ocorre a Festa do Rosário, reavivando antigas tradições da comunidade.

Imagem:

36.

36. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, à sua frente está o Largo do Rosário, MORCELLI, D.C., 2012.

Esses são os elementos que expressam algumas das rugosidades mais antigas ainda presentes na paisagem. Outros testemunhos, de período posteriores também se encontram no local.

3.2 Testemunhos da época da industrialização

No século XX, dos anos de 1921 a 1926, foi instalada a ferrovia na região, nas áreas planas, às margens do rio Tietê. Com ela vieram as indústrias. Essas serviam-se da água do Tietê, e nele jogavam seus dejetos. Com as indústrias foram atraídos novos habitantes para o local, em virtude do emprego, e da moradia, em ares que lembravam o campo e que pareciam ensejar uma vida melhor.

A função industrial predominante na região e as indústrias, conforme nos mostra Aroldo de Azevedo em 1945, contrastavam com a planura na várzea do Tietê na qual se viam as fábricas instaladas ao sopé das colinas, com “suas altas chaminés e suas estruturas de concreto armado”, que faziam “desaparecer as modestas olarias e as pequenas extensões cultivadas” (p. 129).

Elementos que não se findavam por aí:

Resta-nos, apenas, deixar acentuado que, embora viesse dar tanta vida a um lugarejo que só vivia das recordações do passado, sua presença tem muito de desagradável para a população do lugar: é que as fumaças que se desprendem de suas altas chaminés, repletas de enxôfre e de cloro, criam uma atmosfera algo sufocante, o que constitui fator negativo para a formação de um núcleo de povoamento estável e numeroso em São Miguel (AZEVEDO, 1945 p. 137-138).

O cheiro dos gases industriais perduraram por longo período e até momentos bem atuais, emitido tanto por algumas das velhas fábricas ainda atuantes na região, quanto pelas novas construções fabris que ocuparam a várzea do Tietê. Vejamos algumas dessas construções.

3.2.1 Companhia Nitro-Química

Em 1935 instalou-se na região a *Companhia Nitro-Química Brasileira*. Suas origens estão relacionadas à crise econômica de 1929 e ao fechamento de uma grande fábrica de seda artificial existente nos Estados Unidos e pertencente à “*Tubize Chatillon Corp.*”. A crise resultou em sua remoção para a América do Sul adquirida por proprietários do Estado de São Paulo e iniciada a sua construção em 1935, abrangendo uma área de 200.000 m², próxima à estação ferroviária, na própria várzea do rio Tietê (AZEVEDO, 1945; BOMTEMPI, 1970).

De acordo com o relato de Azevedo (1945), nas instalações da fábrica trabalhavam mais de 4000 operários, dos quais 1200 eram mulheres. Os trabalhadores vinham diariamente da Capital pela via-férrea ou procediam do próprio local ou vizinhanças (Itaquera, Itaim, Poá). A produção fabril consistia em seda artificial, algodão-pólvora e outros produtos químicos (ácido sulfúrico, ácido clorídrico, sulfatos, nitratos etc.). Boa parte da matéria-prima manipulada vinha de outros países (ácidos e enxofre dos Estados Unidos, salitre do Chile), mas sua produção era destinada ao consumo interno (Azevedo, 1945).

A fábrica construiu na região toda a infraestrutura necessária como casas para os funcionários, berçário e clube (já não existente); e resultou em núcleos habitacionais e comércio local.

Antes da instalação da *Nitro-Química* a povoação distribuía-se ao redor das olarias, nas proximidades do Tietê. Com a chegada dessa fábrica reforçaram-se os números

populacionais, a região ganhou arruamentos e vilas operárias, abrigando sobretudo os trabalhadores da indústria (AZEVEDO, 1945; BOMTEMPI, 1970).

Por seu papel na construção do bairro, algumas instalações foram tombadas pelo CONPRES P em 2012. Segundo esse órgão, em virtude da importância econômica, social e cultural do conjunto e seus elementos arquitetônicos, por ser um registro das transformações geradas pela industrialização e aglutinador de valores, testemunho de técnicas construtivas tradicionais e dos processos produtivos dos primórdios da industrialização paulista; além disso o tombamento ressalta a importância de alguns prédios e elementos constitutivos da fábrica como referenciais na paisagem histórica do bairro de São Miguel Paulista (CONPRES P, 2012).

O processo de tombamento recaiu sobre a Primeira e a Segunda chaminé da caldeira, a segunda casa de força, a antiga portaria principal e ao antigo refeitório, em frente à ferrovia e a Chaminé de emissão de efluentes (CONPRES P, 2012).

O tombamento atendeu a uma mobilização da população desde 2003, que reivindicava para o local a constituição de um centro cultural e espaço de memória no local. Atualmente a fábrica encontra-se em funcionamento, e está passando por reformas.

3.2.2 Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – Celosul

Inaugurada em 1941, a “*Celosul*”, produtora de papel celofane, era pertencente às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM). Construída integrada ao ramal ferroviário (*Estação Comendador Ermelino*), abrigou em sua unidade química a produção de papel celofane, feito a partir da viscose, das quais a celulose e o ácido sulfúrico eram insumos básicos para a sua produção.

Ocupava uma área de 8000 m², com cerca de 150 operários, provenientes principalmente de São Miguel e de diversas regiões da cidade (AZEVEDO, 1945).

A indústria atraiu para o local de suas instalações uma nova população (principalmente imigrantes italianos, alemães e ingleses), serviços variados e infraestrutura necessária para o seu funcionamento, favorecendo à formação de vilas e loteamentos, impulsionando o crescimento do que viria a se tornar o distrito de Ermelino Matarazzo.

No início da década de 1970 a *Celosul* viveu seu ápice entrando em decadência alguns anos depois com a crise no grupo Matarazzo. Passou então a ser administrada por uma cooperativa formada por seus antigos funcionários persistindo até hoje.

Entre 1914 e 1915 começaram a adquirir terras⁶² para a construção da indústria, loteamento e criação de bairros operários dando origem aos primeiros núcleos de habitação (BACAICOA, 2008). Esses loteamentos deram origem ao Jardim Matarazzo, um dos pontos centrais de início do distrito que conhecemos hoje por Ermelino Matarazzo:

Para os lados do poente, o Jardim Matarazzo é o aglomerado de maior importância, embora esteja ainda em formação pois surgiu há uns 5 anos. Assenta-se sobre as colinas vizinhas à estação de Comendador Ermelino e progrediu em consequência da instalação da Fábrica “Celosul”. É uma pequena cidade que surge, com seus elegantes bangalôs e seu futuro bairro operário. Teremos ali, dentro em breve o que se registrou em São Miguel, inclusive a absorção do antigo núcleo formado em torno da capela da Cruz Preta, construída no século passado (AZEVEDO, 1945, p. 135).

De acordo com o depoimento do meu avô Valentim Morcelli, em 1951, ano de sua chegada em Ermelino Matarazzo, existia na região apenas a infraestrutura fornecida pela Celosul: a fábrica, a estação, a vila industrial Matarazzo para os operários, um hotel para abrigar diretores estrangeiros envolvidos na produção de papel celofane, um centro escolar para atender os filhos dos trabalhadores e um cinema. O restante era só “mato, trilhas e rios”.

De acordo com seu relato, a maioria dos funcionários da fábrica residia em São Miguel, “e que, aos poucos, com o tempo, foram comprando terrenos em Ermelino”. O “bairro” de Ermelino em si, conforme relata, possuía poucos moradores (uma população por volta de 1000 pessoas) e em uma região concentrada. As ruas – assim como a Avenida Paranaguá, uma das principais do distrito e as estradas – eram de terra batida, sem calçadas ou calçamento, com muito pó. Muito esburacadas, forneciam inúmeras dificuldades de trânsito (em geral), principalmente quando chovia. Os ônibus só passavam na região de 3 a 4 vezes por dia. Existiam muitos estrangeiros (principalmente argentinos, alemães, italianos), por causa da necessidade de mão de obra especializada por parte da indústria, que não era encontrada facilmente no país. A ocupação local iniciou-se lentamente, apesar da grande

⁶² Em 1920, as IRFM passam a extrair argila na região e instalam uma cerâmica para a produção de tijolos, telhas e manilhas.

demanda por terrenos, crescendo posteriormente com a vinda de migrantes do nordeste do país. De acordo com o depoimento de Helena Morcelli, sobrinha de Sr. Valentim Morcelli, a única via que era pavimentada na região, com paralelepípedos, era o caminho que ligava a Celosul à Chácara de veraneio da família Matarazzo, em parte correspondente a atual Rua Abel Tavares.

Nas imagens (IMAGENS DE 37 À 42), é possível visualizar parte das estruturas da *Celosul*, muitas delas em tijolinho aparente, característica bastante utilizada por arquitetos italianos na época.

Imagens:

37-40. Parte das estruturas internas da Celosul, MORCELLI, D.C. 2012.

Imagens:

41. Entrada da Celosul, MORCELLI, D.C. 2012.

42. Brigada anti-incêndio da fábrica, MORCELLI, D.C. 2012.

A fábrica teve um papel fundamental na ocupação da região. Teve aspecto relevante na paisagem, na qual as chaminés tomavam proeminência. É testemunho de técnicas construtivas tradicionais e dos processos produtivos dos primórdios da industrialização paulista, e um registro das transformações geradas pela industrialização.

A fábrica não é tombada, e não foram encontradas referências à estudos para seu tombamento.

Dentre outras estruturas do período fornecidas pela indústria, restam no bairro a Vila Operária, algumas casas destinadas aos funcionários mais abastados, o prédio do antigo Grupo Escolar, hoje bastante modificado abrigando um hospital, uma antiga delegacia com poucas modificações, hoje servindo como residência, na qual ainda se veem as celas, outras construções de antigos cinemas, mercearias e hotéis. Muitos elementos foram demolidos em décadas recentes ou passaram a ter outros usos. Dentre esses elementos citados merecem destaque a Vila operária e a Chácara da Família Matarazzo.

3.2.2.1 Vila Operária

A Vila operária – ou Vila Matarazzo – foi construída para abrigar os operários da fábrica “Celosul”. Foi tombada pelo CONPRESP em 2004. A vila possuía originalmente casas térreas; hoje no primeiro quarteirão há 20 casas, no segundo quarteirão há 14 casas originais, e uma construída em tempos recentes, e 7 casas ainda se encontram no terceiro conjunto.

Boa parte das casas da Vila está bastante modificada, apenas as três primeiras casas da lateral direita do primeiro quarteirão guardam feições mais próximas das originais, apesar de avarias no forro. Algumas das casas se tornaram sobrados. O conjunto possui uma arborizada praça frontal (IMAGENS 43 E 44).

Imagens:

43. Vila operária da Matarazzo, MORCELLI, D.C. 2010.

44. Duas casas da vila que guardam suas feições originais, MORCELLI, D.C. 2012.

3.2.2.2 Chácara Matarazzo

A casa de veraneio da família Matarazzo foi construída por volta de 1926 na chácara da família, em uma alta colina, nas proximidades da Celosul. Conforme relatam os moradores antigos, a casa foi construída com matérias e construtores vindos da Itália, e com tijolos provenientes das olarias da região.

A chácara apresentava além da casa de veraneio uma antiga baia e armazém, uma casa anexa de décadas posteriores, assim como um canil que funcionou no local em décadas posteriores. Em suas dimensões originais a chácara chegava até as proximidades com o rio Tietê, com uma estrada de acesso à Cumbica na Cidade de Guarulhos, onde hoje há um

viaduto, em substituição ao antigo pontilhão. Ao longo do tempo a chácara foi loteada, e o nível do terreno aumentado, soterrando alguns pequenos muros.

O imóvel, situado em posição estratégica, está em um mirante privilegiado, que permite observar a várzea do Tietê, a fábrica Celosul, toda a Zona Norte da Cidade de São Paulo, Guarulhos, Serra da Cantareira e o Pico do Jaraguá.

Da construção mais antiga geminava um outro casarão, de construção posterior, sem ligação entre ambos. Em seu interior possuía elementos originais, assim como um escritório na lateral direita, cuja entrada se dava por uma falsa estante de livros. Supostamente existiram estruturas subterrâneas que foram modificadas em décadas posteriores. Apresentava árvores remanescentes que faziam parte de um conjunto paisagístico.

Fotografias aéreas, provenientes do levantamento aerofotogramétrico comemorativo do IV centenário da cidade de São Paulo, realizadas em 1954-1956, consultadas no Instituto de Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo, mostram as dimensões originais da chácara, que alcançava o Tietê e a ligação com a ponte da Cumbica.

Do outro lado da chácara, na várzea do Tietê, conforme o relato dos moradores mais velhos, havia uma criação de porcos para o fornecimento de banha para as IRFM. Havia também na várzea a criação de búfalos, que foram abandonados e acabaram retornando ao estado selvagem.

Posteriormente a chácara foi propriedade da família *Nasser*, antigos funcionários da fábrica, quando enfrentou seu abandono.

No ano 2000, por reivindicação da comunidade, a chácara foi adquirida pela prefeitura⁶³ e foi criado o Parque Municipal “*Ermelino Matarazzo*” – também chamado Parque *Dom Paulo Evaristo Arns*. A casa mais recente passou a abrigar a sede do parque e o casarão mais antigo a *Associação dos Deficientes de Ermelino Matarazzo* (ACDEM).

Na transformação da chácara em Parque houve ações que descartaram boa parte de material, como antigos elementos de ferro.

Em 2012 houve uma reforma que alterou o piso original, os lustres e as janelas, assim como outros elementos originais da construção. O telhado foi totalmente modificado e a estrebaria

⁶³ A chácara foi adquirida via compensação ambiental.

foi transformada em banheiro público, com rampas de acesso à deficientes. Parte do solo foi revolvida, o que favoreceu ao descarte de material que conferia algum potencial arqueológico. Uma antiga torre que abrigava a caixa de água foi totalmente demolida e houve o aterramento de uma antiga fossa e dos poços d'água (IMAGENS 45 À 49).

Imagens:

45.

45. Entrada do Casarão da Chácara, MORCELLI, D.C. 2012.

46.

46. Estrebaria, antes da reforma, MORCELLI, D.C., 2011.

47.

47. Estrebaria, em 2012, durante a reforma, onde foi transformada em banheiro público MORCELLI, D.C., 2012.

Imagens:

48. Parte traseira do casarão em reformas, neste momento procedia-se a troca de suas janelas, nota-se a caixa-d'água, que foi demolida, 2012, MORCELLI, D.C., 2012.

49. Parte traseira da casarão após as reformas em 2012, MORCELLI, D.C., 2012.

3.2.3 Companhia Industrial São Paulo e Rio – Cisper

Em 1947 foi instalada na região a *Cisper*, fábrica de vidros fundada no Rio de Janeiro, pelos engenheiros Olavo Egídio de Souza Aranha e Alberto Monteiro de Carvalho. Em 1949 a empresa começou a funcionar, produzindo garrafas em série. Com três máquinas, produzia vidro na cor verde para a *Companhia Antarctica Paulista*. A abundância de mão-de-obra e terrenos a baixo preço na região favoreceram sua escolha para a instalação dessa nova fábrica. Com o tempo os terrenos no entorno da fábrica foram vendidos e surgiram loteamentos, dando origem à Vila Cisper e ao Parque Cisper (PONCIANO, 2001; SÃO PAULO, 2007).

Em 1962 a Owens Illinois – com sede em Ohio, USA – adquiriu parte das ações do Grupo Monteiro Aranha, tornando-se sócia majoritária. Atualmente continua em funcionamento (IMAGEM 50).

Imagem:

50. *Companhia Industrial São Paulo e Rio, Morcelli D.C., 2012.*

3.2.4 Catedral de São Miguel Paulista

Até o início da década de 1950, a Igreja Matriz de São Miguel Paulista ficava na antiga capela, e não comportava a demanda. No início de 1952 foi assentada a pedra fundamental da nova Matriz, inaugurada em 22 de agosto de 1965, nas proximidades da antiga capela. Em 1989 passou a ser a Catedral da Diocese de São Miguel. Três anos depois foi realizada uma grande reforma, com a troca do telhado, reforços na parede, criação de um novo altar de granito, um anexo com uma capela e sacristia e bancos de madeira. Os motivos religiosos ganharam imagens em entalhe de madeira que narram a Paixão de Cristo, vitrais com as imagens de Nossa Senhora e dos arcanjos São Miguel, São Rafael e São Gabriel, além do restauro de uma escultura de Cristo Morto (CPDOC São Miguel, 2008).

O templo, em formato de cruz, abriga painéis do pintor *Cláudio Pastro*, numa releitura do simbolismo da Igreja Bizantina. Nas laterais, estão representadas a ressurreição e o batismo de Cristo. No altar-mor está representado o Apocalipse de São João, Capítulo XXI e no fundo da igreja (entrada) é feita uma composição representando uma síntese dos 500 anos de evangelização das Américas (CPDOC São Miguel, 2008).

Em sua entrada há uma pequena escadaria, que simboliza a penitência, o átrio, com o painel dos 500 anos de Evangelização das Américas, simboliza a reflexão, e permite a entrada para a igreja, por meio de três arcos, representando a Trindade.

3.2.5 Casarão Kuhn e estruturas de extração de areia e fabrico de tijolos

Esses elementos estão em áreas remanescentes da várzea do Tietê, inseridos no Parque Ecológico do Tietê, projetado por Ruy Otake e criado em 1976, e desde então administrado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE).

O casarão e suas estruturas são testemunhos dos diversos usos do território nessa região de várzea, formando um conjunto relevante. O Casarão Kuhn (em referência à seu antigo proprietário João Kuhn), em estilo colonial, foi construído possivelmente na década de 1940, (IMAGEM 51) são encontradas no Parque as ruínas de estruturas de extração de areia (IMAGEM 52 E 53), uma delas contendo uma bomba de combustível para abastecimento de barcos na região e antigo porto de areia, assim como imóveis e antigas olarias (IMAGEM 54). Este ainda guarda em sua vegetação eucaliptos, resquícios de um tempo em que essas árvores eram plantadas para fornecer lenha para a região, principalmente para as olarias, e utilizadas também para o reflorestamento. O Parque conta ainda com um museu com um acervo de peças indígenas e outras peças com referências ao Rio Tietê, como a draga a “*Holandeza*” de 1950, que trabalhou de 1950 à 1996 na retificação e desassoreamento do rio Tietê.

Além desses elementos, sua paisagem, composta por espécies de fauna e flora nativas e exóticas, é relevante, testemunho das transformações na região, guardando lagoas que se formaram em decorrência da extração de areia e argila, que serviram de aterro em tempos posteriores, possuem toda uma fauna e flora – peixes, plantas e aves aquáticas – que se adaptaram ao distúrbio provocado pela ação humana.

Imagens:

51. Casa Kuhn, MORCELLI, D.C., 2009.

52-53. Aspectos das ruínas de antiga extração de areia das margens do rio Tietê, MORCELLI, D.C., 2012.

54. Antiga Olaria nas margens do Rio Tietê, MORCELLI, D.C., 2012.

O Parque Ecológico do Tietê, além de conter as cheias do Tietê, possui fins de lazer e recreativos. Esses usos recreativos nos remetem ao Clube Esportivo da Penha, antigamente situado às margens do Tietê, e citado a seguir.

3.2.6 Clube Esportivo da Penha

Fundado em 1930, o Clube Esportivo da Penha representa um antigo uso do Tietê para o lazer e fins recreativos. Mas, mais do que isso, é um remanescente do antigo traçado do rio Tietê.

O clube foi formado a partir de um grupo de dissidentes do “Regatas da Penha” liderados por Plínio Augusto de Camargo, que discutiam a formação de um clube rio acima. Por volta de 1953 o traçado do rio foi mudado, ficando o clube distante do mesmo, remanescendo apenas uma lagoa, que foi aproveitada pelo clube para continuar sua existência.

Apesar das dificuldades de sua manutenção, a comunidade através de campanhas conseguiu manter o clube. Nos anos que se seguiram o clube ganhou ginásios e piscinas em substituição aos antigos cochos no rio Tietê. Abrigou também, desde a sua criação bailes de carnaval. Em suas estruturas atuais, além dos espaços para prática de esportes, destacam-se a bica d’água, bosque, capela, coreto, a ilha e o lago alimentado por nascentes, remanescentes do antigo trajeto do rio Tietê.

3.3 Um conjunto patrimonial e sua multiplicidade

Os remanescentes aqui citados são considerados representativos tendo em vista as características e as transformações ocorridas na região. Nesse conjunto de remanescentes também se encontram as casas mais simples – englobadas por um processo de urbanização caótico e avassalador – das quais restam poucas informações sobre elas, porém são relevantes testemunhos de outro tempo, distribuídas sobretudo nos núcleos habitacionais mais antigos, como na Penha, Ermelino Matarazzo e São Miguel.

Dessas casas antigas, vale mencionar o casario situado na *Avenida Gabriela Mistral* – antiga *Estrada da Conceição*, posteriormente em 1930 denominada *Avenida de Guarulhos*, e em

1957 recebendo seu nome atual – nela está situada uma edificação conhecida como “a primeira padaria da Penha”, funcionando desde antes 1930 e algumas casas dessa época.

Merecem destaque também, ainda na Penha a *Escola Estadual Santos Dumont*, construída em 1913 pelo arquiteto *Hércules Beccari*. Ainda há que se considerar elementos mais modernos, mas marcantes na paisagem como a Basílica Nossa Senhora do Rosário da Penha de França, construída entre 1957 e 1967, a Escola Estadual da Penha, projetada pelo arquiteto *Eduardo Corona*, no ano 1952, tombada pelo CONDEPHAAT desde 2009, o Edifício *Rossi-Leste*, construído em 1962, o primeiro edifício da Penha, projetado pelo arquiteto *Marcelo Aciolly Fragelli*.

Em São Miguel se encontra a *Associação Cultural Islâmica*, conhecida como Mesquita, fundada em 1978 na Vila Rosária ponto de encontro dos árabes muçulmanos, sobretudo descendentes dos primeiros membros da comunidade árabe do início do século XX que chegaram na região, em geral mascates, e que acabaram por firmar comércio na região (CPDOC São Miguel, 2008).

Merecem destaque elementos como os mercados (Mercado Municipal da Penha e o Mercado municipal de São Miguel), os cemitérios (como o cemitério da Penha onde data de 1899 o início de arrecadação de terras e o cemitério da Saudade em São Miguel Paulista onde data da década de 1960 a arrecadação de terras, em virtude da desativação de um cemitério existente na região desde 1901; principais cemitérios da região), não por suas esculturas, ou obras de artes, mas por seu caráter simbólico, comuns a todas as crenças, ou os templos e as igrejas das mais variadas denominações.

Há que se considerar também o traçado da linha férrea, ou traçado do Tietê e suas relações com os habitantes dessa região, ou marcos importantes para a história do rio como a barragem da Penha, e a estação de tratamento de esgotos, estruturas que marcam uma nova postura de relacionamento com o rio. Ou até mesmo a *Escola de Artes Ciências e Humanidades*, fruto das lutas por educação na região, instalada nas margens do Tietê em 2005.

O que dizer de diversos testemunhos, ou histórias que deixaram marcas sutis, ou elementos que possuem um caráter simbólico dentro das comunidades que os detém.

Testemunhos que, apesar de ainda sobreviverem, correm riscos de desaparecimento em face da dinâmica da região e dos desafios para sua proteção. São testemunhos das histórias e das diferentes formas de ocupação do espaço. Discutir os desafios para a manutenção desse legado é o objetivo do próximo Capítulo.

Capítulo 4

Lembrança e esquecimento – “Tabula Rasa”

O espaço é apropriado e transformado pelo homem, nele há uma dinâmica constante de desconstrução, permanência e produção de rugosidades. Algumas rugosidades insistem em se fazer presente na dinâmica da paisagem; porém existem transformações que se fazem de tal monta a produzir o que se denomina *Tabula rasa*. Isso significa que houve transformações que apagaram as marcas que outrora estavam no espaço transformado.

Para Clarissa Moreira (2004), no estudo da cidade e da questão urbana, o termo *Tabula rasa* corresponde a um posicionamento de ruptura em relação às experiências e concepções anteriores; um espaço a ser preenchido. *Tabula rasa* seria, portanto, a intenção de transformar a cidade e de criar algo novo – decidindo sobre seu passado, presente e futuro – destruindo suas partes ou sua totalidade, ou ainda abandoná-la, e fazer uma nova cidade ou novas partes dela.

Conforme já mencionado, a cidade de São Paulo é uma cidade em que constantemente ocorre *Tabula rasa* em seu passado, nos dizeres de Benedito Toledo de Lima (2007), sua “escrita” é raspada de tempos em tempos, ocorrendo por diversas vezes sua “reconstrução” mudando consideravelmente as feições da cidade. Também para Leonardo Benevolo (1980), São Paulo é uma cidade que se transforma rapidamente, a ponto de apagar as marcas da geração anterior.

No transcorrer deste trabalho apresentamos como ao longo dos séculos paisagem da região às margens do rio Tietê se modificou. O recorte inicial foi do século XVI, no qual os primitivos habitantes foram contidos em aldeamentos. Esses aldeamentos e seus arredores também se transformaram e em seus lugares surgiram sítios e chácaras de criação e cultivo. Uma nova transformação se verificou no início do século XX, quando a região recebeu a linha férrea e, seguida a ela, as primeiras indústrias. O decorrer do século XX apresentou outras dinâmicas que se expressaram em numerosas habitações e serviços que afloraram no lugar, então chamado periferia.

Essas dinâmicas deixaram testemunhos e memórias na paisagem. Porém, a aceleração das transformações urbanas, sobretudo nas últimas décadas, tem levado à destruição de muitos vestígios; sobretudo vestígios em que havia interesse em sua proteção.

Há testemunhos que se perderam, ou tiveram pouca persistência na paisagem e que se sabe de sua existência através de outros registros – como em relatos e fotografias – e também são importantes para entender a história havida na região.

Com vistas a contemplar esses testemunhos, dos quais persistem memórias associadas a eles, e entender um pouco mais a dinâmica da região (em suas mudanças e permanências) é que este capítulo se apresenta. Vejamos então alguns dos testemunhos que deixaram de existir na paisagem.

4.1 Os testemunhos “apagados”

A Casa da Moenda (ou Engenho) teria sido erguida pelos índios do aldeamento de São Miguel no século XVI e era o último indício do ciclo do açúcar na capital. O sítio seria até mais antigo do que a Capela de São Miguel do Ururaí (1622). O Engenho era pertencente ao Sítio Piraquara, um testemunho histórico, arquitetônico, e cultural relevante, que se tornou em ruínas, dando lugar a um bairro de organização caótica.

Sobre as características da edificação, Luis Saia (1967) diz:

[...] um pequeno engenho distante uns 30 quilômetros de São Paulo e uns 200 metros da morada principal: um retângulo dividido em três partes, a central onde se encontrou vestígio de dispositivo para o engenho de moer e dois compartimentos extremos, destinados a trabalhos complementares. Das habitações da indiada escrava ou mestiça não se encontrou vestígio algum e tudo leva a conjecturar fossem construídas com técnica rudimentar mestiça, possivelmente pau-a-pique (SAIA, 1967, p. 232).

Em 1976, a Casa da Moenda foi tema de reportagem do *Jornal da Tarde*, quando parte da construção já havia desabado. Restavam apenas alguns pedaços das grossas paredes de taipa. Na imagem (IMAGEM 55) se veem as vigas da porta principal que provavelmente era ladeada por aberturas protegidas por balaústres de madeira, o que tornava o local mais arejado. Havia também na década de 1970 uma janela original, com os grossos batentes já apodrecidos. A frente do engenho ficava para o lado do Rio Tietê.

Imagem:

55. Imagem do Engenho do Sítio Piraquara presente em reportagem de 1976, VENTURA, 1976.

Originalmente, o conjunto era formado por um salão onde havia o engenho no meio da casa e por depósitos. Era o último indício do ciclo do açúcar na capital. Servira ainda no século XX como moradia e estabelecimento comercial. A casa do Engenho Piraquara recebeu atenção na década de 1940, de Luiz Saia⁶⁴ (VENTURA, 1976).

No *Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo* é possível encontrar fotografias da edificação, datadas do ano de 1972 – por fotógrafo desconhecido – onde é possível ver a moenda e aspectos da construção, assim como vestígios de outros elementos pelo terreno, inclusive a capela. Em alguns trechos as paredes de taipa haviam sido complementadas com tijolos, sobretudo a parede frontal, também retratada na imagem da reportagem anteriormente citada (IMAGEM 55).

Ao evocar a memória do sítio, o memorialista Marino Bacaicoa (2008) traz elementos do processo de tombamento pelo CONDEPHAAT, onde consta a descrição do sítio, presentes no inventário do Padre Manuel de Souza em 1854: casas de vivenda, paredes de pilão cobertas

⁶⁴ Nessa época Luiz Saia era diretor da seção paulista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Apesar dos estudos, o tombamento do sítio pelo referido órgão não se efetivou.

de telhas e casas de fabrico de farinha, também de paredes de pilão cobertas de telhas; com as terras a ele pertencentes, fazendo frente para a várzea do Tietê, assim como uma capela construída pelos índios da região dedicada a Bom Jesus de Pirapora.

Relatos do memorialista indicam ainda, que até a década de 1960 havia peças de engenho e moagem de cana, alambique, pilões para moer grãos e outros objetos e mobiliário antigo. Havia ainda uma Capela em homenagem à Bom Jesus de Pirapora, datada de 1854. A degradação do sítio ocorreu entre 1960 e 1980, culminando com o arruinamento do local (inclusive da capela), em função do abandono e depredação, resultando, hoje, no seu total desaparecimento (BACAICOA, 2008).

Waldir Augusti no livro *Memórias de Ermelino Matarazzo* (2012), evoca os relatos de Dona Deolinda Paulino⁶⁵, nascida em 1921 no Sítio Piraquara, que recorda “nesta fazenda tinha muita coisa, fazia pinga, tinha muita fruta, tinha muita mandioca, fazia farinha de mandioca, tinha uma máquina de debulhar milho”. Dona Nair Pinheiro, prima de Dona Deolinda, que residiu no Sítio Piraquara desde 1938 também se recorda: “tinha um alambique enorme e as paredes eram de taipa de pilão e foram feitas pelos índios” (AUGUSTI, 2012, p. 35).

O Sítio Piraquara e as demais terras de seus familiares cederam lugar à bairros, vilas, instalações industriais e centros comerciais. Quase nada restou das antigas construções. Dona Deolinda recorda desde antes do primeiro loteamento ser implantado na região, e comenta sobre a venda das terras de sua família, se recorda que seu avô deu um pedaço de terra para cada filho, e ainda sobraram remanescentes, no entanto, a família Matarazzo comprou a maior parte das terras (AUGUSTI, 2012).

Seus antepassados moravam na região há muito tempo, grande parte de seus familiares residiram nas terras do Sítio Piraquara e possuíam terras nas imediações⁶⁶ (AUGUSTI, 2012).

Ambas, neste relato coletado por Augusti (2012) ainda descrevem a capela do Bom Jesus de Pirapora, feita pelos índios, marcava “1915” na entrada, data de uma reconstrução/reforma feita com tijolos. A porta da capela era voltada para a moenda e de costas para a estrada de ferro, simples, sem degraus (AUGUSTI, 2012).

⁶⁵ Poucos meses após o relato, Dona Deolinda veio à falecer.

⁶⁶ Dona Deolinda e Dona Nair recordam da presença dos índios e escravos na região (AUGUSTI, 2012).

Augusti (2012) refere-se à duas imagens sacras, uma delas representando o Divino espírito Santo e a outra imagem do Senhor Bom Jesus de Pirapora esculpida em argila, que teriam sido feitas pelos índios. A primeira sob a guarda de Dona Nair, a segunda aos cuidados do *Padre Antônio Marchioni*. Segundo seu relato, a moenda de cana utilizada na extração de garapa para fabricação de aguardente, atualmente sob a guarda da Paróquia São Francisco de Assis de Ermelino Matarazzo. Não foram encontradas referências sobre destino dos outros pertences também tombados.

Bastante degradado, em 1984 houve o tombamento do Sítio Piraquara pelo CONDEPHAAT. Em 1991 houve o tombamento ex-officio do lugar por parte do CONPRESP, tombamento revogado em 1992 diante do desaparecimento da construção.

Em 1997 o CONDEPHAAT revogou o tombamento do Sítio Piraquara por interesse da Prefeitura de São Paulo (CONDEPHAAT, 2011). Em 2003, o terreno do Sítio Piraquara (que conferia um potencial arqueológico, com uma área de 7.242,00m²), foi declarado área de interesse social e desapropriado por força do Decreto Estadual nº 47.753 de 8 de abril de 2003 (São Paulo, 2009b), e cedidos à *Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo* (CDHU) para implantação de um Programa Habitacional. O Programa foi implantado e não foram encontrados registros se houve algum tipo de prospecção arqueológica ou resgate.

Este não é o único caso de um remanescente, que mesmo legalmente protegido, acabou por se perder. O já referido Sítio Mirim (IMAGEM 56) e sua Casa Sede, na Vila Jacuí, nas proximidades do Jardim Pantanal e do Sítio Piraquara, é um outro exemplar, do qual hoje só se veem ruínas. De acordo com Bacaicoa (2008) os herdeiros do Sítio Piraquara eram os mesmos do Sítio Mirim.

Imagem:

56.

56. Ruínas do Sítio Mirim, MORCELLI, D.C, 2012.

Se por um lado existem bens que são demolidos, por outros há casos de bens que são por diversas vezes, reconstruídos no mesmo local, como a primitiva Capela da Cruz Preta.

Num antigo caminho utilizado por tropeiros, missionários franciscanos deixaram no côncavo de uma árvore uma pequena cruz, datada de 1850. O local se tornou de significativa devoção popular, de acordo com a ata do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), elaborada por Affonso A. de Freitas, Edmundo Krug e Geraldo Ruffolo no ano de 1927:

Na primeira parte da ordem do dia o sr. Presidente traz ao conhecimento do Sodalicio que, a convite do sr. Franklin da Silva Jardim, o Instituto Historico, representado por uma comissão constituída dos srs. Affonso A. de Freitas, drs. José Torres de Oliveira, José de Paula Leite de Barros e Major Firmino Augusto de Godoy, visitou a 1^ª. do mez corrente, o sitio Paranaguá e o Oratorio da “Cruz Preta” que s eergue (sic), seguramente há quase um século, no Caminho velho da Penha e São Miguel. Principia o sr. presidente recordando sua comunicação, de ha tempos, ao Instituto, sobre o curiosissimo culto da “Cabeça do Bom Jesus”, praticado no bairro do Cabuçú, arredores da Capital, e afirma ser a devoção da Cruz Preta, do caminhos velho de São Miguel, não menos interessante e curioso, si não pela origem ao menos pela natureza do altar elevado ao Santo Lenho.

Ainda segundo o relato do IHGSP:

Trata-se do aproveitamento do concavo de uma árvore aberto na altura de 1,20 centímetros acima do solo e a devoção popular colocou, convertendo-o, em nicho ou altar, uma tosca e pequenina cruz outrora preta e presentemente azul; “uma cruz pequinitica mas muito milagrosa”, na phrase pitoresca e na convicção sincera e inabalavel do velho “Paranaguá” crioulo do sitio que lhe conferiu autonomasia e onde nasceu, contando hoje 73 annos de idade. A elle deve a Commissão um punhado de informações de interesse quanto ao especimen derradeiro da Cruz Prta (sic) e à constituição do singular oratorio.

Prossegue o documento explicando as razões da consideração do local:

“Desde que se conheceu por gente”, informa o velho Paranaguá, assistiu as rezas da Cruz Preta, puxadas pelo capelão Pedro velho “crioulo do Arujá”, hoje de idade de 114 annos. O nicho curioso foi cavado no tronco de corpulenta árvore no tempo em que o caminho para São Miguel cortava no local, a floresta virgem; derribada esta a golpes de machado do trabalhador caboclo, apenas permaneceu ereta, especimen derradeiro da mata secular campeando solitário no centro dos cultivados, a árvore – capella respeitada, por isso mesmo pela mão do homem. Afinal é a árvore previligiada victima do proprio isolamento, sendo a sua pujante copada abatida por irreverente raio que a cortou pelo tronco e na altura precisa para deixar intacto o nicho e incólume a cruz milagrosa que ainda lá se conserva.

Nessa ocasião, considera o relato, já se via a degradação pois:

Mãos devotas que levantaram uma pequena capella para resguardo do nicho tradicional, mas deixando, por lamentavel inadvertencia, a base do tronco, já morto, exposta ás intemperies e ás formigas que nella se vão installando, commodamente e aos poucos minando-a em vasto formigueiro.

Em certa ocasião, quando a árvore ainda abrigava em seu interior a pequena cruz, choveu muito forte e um raio partiu a árvore, restando apenas o tronco e o cõncavo, reservatório de águas da chuva. Muitos diziam que a água ali acumulada era benta e havia curado dores de cabeça, garganta e no corpo de algumas pessoas. As orações dos devotos ocorriam sempre no dia 03 de Maio, dia da Santa Cruz. Para proteger o tronco das intempéries foi construído um abrigo provisório, até que os proprietários do local doaram o terreno para que fosse construída uma igreja (AUGUSTI, 2012).

Em 1920 foi construída a capela da Cruz Preta, abrigando o tronco. Em 1939 a Companhia Comercial e Imobiliária de São Paulo, que adquiriu o terreno para loteamento urbano, reconstruiu a capela (AUGUSTI, 2012).

Em 1954, o conde Francisco Matarazzo Junior decidiu doar um terreno para a construção de uma igreja em honra à São Francisco de Assis, em um antigo cruzeiro. Porém, em 1959, em alternativa à construção de uma nova igreja, foi reformada a antiga Igreja da Cruz Preta, em 1959, mudando sua denominação. Em 1967 ocorreu uma nova reforma e em 2002 a igreja foi demolida para ser em 2006 inaugurado um novo templo em seu local (IMAGEM 57 E 58). Esse histórico da Igreja foi retratado nas pinturas de Mateus Santos (seis pinturas do ano de 2001 à 2002).

Nos anos 1970, com a chegada de padres pertencentes à uma congregação americana, o tronco foi jogado fora. Religiosos, levaram o tronco escondido, até uma plantação de Eucalipto, resguardando-o da chuva, onde permaneceu por algum tempo, retornando à igreja reconstruída, porém desaparecendo a cruz de seu interior (AUGUSTI, 2012).

Imagens:

57.

58.

57. Atual Igreja de São Francisco de Assis em 2012, em sua última construção, edificada no local da primitiva árvore partida, MORCELLI, D.C., 2012.

58. Parte do tronco da Cruz preta, revestido por verniz, resguardado dentro da igreja, MORCELLI, D.C., 2012.

As fontes d'água havidas na região também merecem ser destacadas. Uma das fontes conhecidas, próxima à capela da Cruz Preta, era a *fonte de São João*, ou *fonte radioativa*, cuja água era também tida como milagrosa e utilizada para lavar os olhos. Essa fonte foi aterrada em virtude da contaminação por fossas dos loteamentos urbanos que se espalharam na região. Consta na Ata do IHGSP (1927) que:

Em tempo oportuno a Comissão de visita á capella da Cruz Preta apresentará relatorio minucioso sobre o interessante oratorio e tambem sobre a “Fonte de São Miguel” visitada na mesma ocasião.

Vale ainda menção ao filho do republicano Silva Jardim, proprietário de terras na região, constante nessa Ata:

Encerrando suas declarações, o sr. presidente consigna todos os agradecimentos d Comissão pelas gentilezas recebidas, durante a excursão, ao sr. Franklin da Silva Jardim, proprietário da Villa Paranaguá e legitimo herdeiro do animo decisivo e gênio empreendedor do saudoso propagandista republicano Silva Jardim, seu pae e da tradicional fidalguia e trato dos Andradas seus avós.

Esses são alguns dos exemplos de testemunhos que já não mais existem, mas esses não são os únicos. Se os testemunhos que nos remetem aos tempos coloniais foram destruídos em décadas recentes, outros que remetem à um passado de sítios e chácaras, porém edificadas em períodos mais recentes, como nos séculos XIX e XX, tiveram o mesmo destino, como por exemplo a Casa de campo do republicano Silva Jardim, citado na ata do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1927).

Sem data precisa da origem da construção, a casa da família Silva Jardim era feita de madeira, em estilo normando e em 1982 foi matéria de uma reportagem na Folha de São Paulo. Segundo o jornal, temia-se que a casa fosse destruída:

Da chácara, que já ocupou um quarteirão, restam três mil e quinhentos metros aproximadamente. Que destoam dos pequenos lotes populares, de no máximo, 250 m², nos quais se erguem casas modestas. Tomada por árvores cinquentenárias, imponentes, uma vegetação diversificada, e até uma pequena horta e pomar, que cercam a bela construção de estilo normando, em madeira, a antiga casa de campo da família do Republicano Silva Jardim, localizada no centro de Ermelino Matarazzo, na zona Leste, depois de despertar a cobiça de várias imobiliárias e construtoras, está mobilizando a população local que decidiu lutar por sua preservação.

Segundo esse jornal, os receios de que a casa fosse destruída se deviam à pressão imobiliária, “temendo que a qualquer momento os proprietários não resistam ao assédio dos construtores e negociem” a área. E vale mencionar ainda a ação de

José Carlos de Oliveira, um aposentado de 52 anos, 25 dos quais vividos ali, decidiu começar, sozinho, uma batalha difícil. Ele quer que a Prefeitura de São Paulo desaproprie a área, preserve-a como está e crie nela um recanto infantil [...].

Na reportagem citada (IMAGEM 59), há uma foto, em preto e branco, que permite visualizar a construção que havia, já bastante degradada:

Imagem:

59. Notícia da Folha de São Paulo contendo imagem da casa da Família Jardim em 1982, foto de GUIMARÃES, Geraldo, 1982.

Em meados dos anos 1970, ainda servindo de residência da família, a casa ganhou fama de mal assombrada, fato ressaltado pelo estilo da construção, o avanço da degradação e da vegetação – inclusive de uma figueira que nasceu dentro de um dos quartos, que ramificava com seu tronco saindo pela janela. A fama era ainda reforçada pelo fato dos antigos donos pendurarem brinquedos velhos nas árvores ao redor da casa.

As manifestações em prol da proteção da construção persistiram durante a década de 1990, onde movimentos defendiam sua proteção e criação de uma casa de cultura no local. Nenhuma das manifestações logrou êxito. Data daí o início de sua degradação, culminando com seu abandono e legando o terreno à vândalos e usuários de entorpecentes. Em meados da década de 1990, o terreno foi transformado em “passeadouro público”, denominado passeadouro “*Miguel Bompan*”⁶⁷.

No fim da década de 1990 a construção foi demolida pelo Poder Público, mesmo assim restavam alguns materiais espalhados pelo terreno, como cacos de azulejos e louças, banheiras, tijolos, objetos pessoais como talheres. Não há registro de nenhum trabalho arqueológico. Em 2008, por ocasião da criação do Parque Linear do Rio Mongaguá, o terreno recebeu obras que eliminaram os poucos materiais restantes. Atualmente o terreno contém árvores nativas, e faz frente a um *Boulevard*, às margens do Córrego Mongaguá, que o liga ao parque linear. A imagem (IMAGEM 60) permite ver o lugar onde outrora estava a casa.

⁶⁷ Mesmo após a criação do passeadouro, persistiram as tentativas populares da construção de uma casa de cultura no local.

Imagem:

60.

60. Terreno que ocupava a antiga casa da Família Silva Jardim, hoje um passeioiro, MORCELLI, D.C., 2012.

Outro testemunho das ocupações da região recentemente demolido foi o Casarão da Família Faleiros, também conhecido como Castelinho do Engenheiro Goulart. No ano de 2010 esse imóvel foi destruído para a construção de prédios de apartamentos. Uma carta encaminhada ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP, sob presidência de Déa Ribeiro Fenelon) por Wagner Leandro Pereira, em 08 de abril de 1992, presente nos arquivos da Biblioteca Rubem Borba de Moraes, em Ermelino Matarazzo, indica a descrição do imóvel, e o que seria um pedido de vistoria com vistas à proteção do referido casarão:

O “Castelinho” [...] Casa-sede de uma pequena chácara, [...] às margens do Tietê com vista privilegiada de grande área verde que possuía a região, a várzea do rio com suas lagoas e, logo atrás de Guarulhos, a Serra da Cantareira. As informações aqui contidas consegui com os moradores e, na sua maioria, com o “Seo Zezé”, morador na região a aproximadamente 55 anos.

Segundo o autor do pedido,

O imóvel foi construído aproximadamente em 1940, inclusive os irmãos e o pai de “Seo Zezé” trabalharam na obra, a qual foi feita a pedido do Sr. Arantes, chefe de família muito rica e dono da chácara. Conta ainda “Seu Zezé”, que um dos filhos do Sr. Arantes fôra um

médico muito conhecido na região, Dr. Mauro Arantes. EM (sic) seguida, a família Arantes vendeu o imóvel à família Faleiros, segundo informações são os atuais proprietários. Atualmente não moram mais no local. O chefe da família Sr. Osvaldo Faleiros, morreu em seu quarto quando já moravam no centro da cidade, próximo a Praça da Sé, deixou a viúva e dois filhos como herdeiros. Não era extensa esta chácara, possuía o terreno que possui (sic) hoje. No fundo do terreno existem ainda hoje, duas casas da mesma época. O terreno nunca foi murado, sempre foi cercado por uma cerca de doze fios de arame enfarpado.

O escrevente do documento fornece ainda outras informações que permitem entender um pouco mais as transformações ocorridas nesse espaço:

Possuía em seu terreno uma lagoa de mais ou menos 300 metros de comprimento por 60 ou 70 de largura, a qual surgiu do represamento do córrego que corre pelo vale do Jardim Castelo, onde, no alto deste loteamento, nascia em local conhecido como “Biquinha”. O imóvel funcionou na década de 70, como casa dos Excepcionais, dirigida por uma moça que viera da Tchecoslováquia. Segundo os moradores ele promovia trabalhos artesanais (sic) com crianças excepcionais e com a população do bairro. É nessa época que o Castelo recebe um número maior de visitantes, alguns ainda se lembram de passear pela sacada e seus cômodos.

A preocupação da comunidade com o destino do imóvel não era novidade, afirmava o autor do pedido:

Cogitou-se, certo momento em que o imóvel encontrava-se desocupado, transformá-lo em cassino, o que gerou polêmica e movimentação por parte da população que acabou impedindo que tal coisa acontecesse. Funcionou no terreno da chácara, colada a uma das paredes do Castelo, uma fábrica de blocos. O dono da fábrica alugou o terreno e o imóvel, cedendo alguns cômodos para os funcionários e suas famílias. Hoje com o fechamento da fábrica alguns funcionários e suas famílias já foram embora, restam três. A última informação que conseguimos foi da esposa de um dos ex-funcionários. Segundo ela, o dono da fábrica tem insistido em que eles devem se retirar pois a proprietária do imóvel pretende vendê-lo ainda este mês (04/92). Descobrimos com os moradores e observando fotos aéreas de 1952, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, que o imóvel situava-se na antiga estrada do Cangaíba, a qual terminava em outra propriedade rural, pelo que pudemos observar, muito importante por outro caminho antigo (hoje Av. Olavo Egídio de Souza Aranha – V. Cisper), também termina nesta propriedade, infelizmente não conseguimos descobrir a quem pertencia esta segunda propriedade.

O pedido de proteção do imóvel é justificado em face da:

A importância maior do Castelo surge no momento em que ele demonstra uma forma de ocupação que ocorreu em determinado período histórico no crescimento da cidade. O uso rural remonta outra época, época esta em que a cidade não alcançava os limites que alcança hoje e este local (Engenheiro Goulart) situava-se no Cinturão Verde da Cidade, o qual naquele período histórico, alcançava mais a Sudeste o bairro de Itaquera. A valorização do imóvel consistia no seu uso como casa-sede de uma chácara no meio de tantas outras pequenas chácaras que existiam na região, demonstrando o valor que tinham essas terras para a cidade, para a região e a própria subsistência destes pequenos proprietários.

Além das descrições do casarão e da antiga chácara, o escrevente destaca a articulação popular para a manutenção da edificação:

Esses fatos demonstram o valor histórico e cultural que possui o imóvel para a região e para toda a cidade. Existe uma preocupação de se preservar esta história e uma intenção ainda maior que nos une aos outros grupos culturais e ambientais da Zona Leste, a idéia de se trazer para a região um Museu da Zona Leste, região onde não existe um só museu de história, talvez esteja aí inserida uma proposta de uso para o Castelo de Engenheiro Goulart.

Não obstante as reclamações dos moradores, o imóvel foi vendido e a casa foi demolida e em 2010, em seu lugar foi construído um conjunto de edifícios residenciais. As imagens (IMAGENS DE 61 À 63) permitem vislumbrar alguns aspectos do que foi a construção.

Imagens:

61.

61. Fachada do Casarão da Família Faleiros, em 2010, antes da construção ser demolida; que mistura elementos modernos e neoclássicos. Nota-se a varanda, as escadas laterais, os três óculos, os abacaxis símbolo de poder e status, SILVA, Andréia, 2010.

62.

63.

62. Lateral da casa, em 2010, com paredes evidenciando os tijolos utilizados em sua construção, SILVA, Andréia, 2010.

63. Parte traseira da casa, em 2010, SILVA, Andréia, 2010.

É comum serem encontradas nessa região de várzea arquiteturas isoladas, remanescentes de construções industriais. Em uma área plana, próxima ao Tietê, em local vizinho à *Escola de Artes Ciências e Humanidades*, há ruínas de uma antiga instalação industrial, provavelmente uma indústria cerâmica, na qual onde ainda restam uma chaminé (IMAGEM 64) e um muro de pedra na área da linha férrea.

De acordo com o relato dos moradores antigos, já em meados da década de 1940 a indústria já não estava mais em funcionamento. Fotografias aéreas, provenientes do levantamento aerofotogramétrico comemorativo do IV centenário da cidade de São Paulo, realizadas em 1954-1956, consultadas no Instituto de Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo, mostram a edificação.

Em meados dos anos 1980, ainda existiam alguns vestígios das paredes da construção em adiantado estágio de degradação, conforme pode ser visto em um documentário denominado “*O Folclore de Engenheiro Goulart*” de Jércio Tanjoni. Hoje, além da chaminé, restam vestígios pouco claros da estrutura da fábrica. Até o ano de 2011 era possível ver vestígios do piso e sua estrutura em meio à vegetação e materiais variados, porém estes foram aterrados recentemente em obras de terraplanagem.

Apesar das pesquisas, não foram encontradas referências exatas sobre o nome, data de fundação, período de funcionamento ou produtos fabricados, sendo necessária uma pesquisa histórica mais profunda e uma análise dos vestígios que ainda restam da fábrica.

Conforme acreditam os moradores locais, o seu funcionamento ocorreu até meados dos anos 1920, antes da chegada das principais indústrias na região. Sua existência se justificaria pela demanda local por cerâmicas variadas (inclusive tijolos) para as construções de São Paulo para as próprias instalações da Matarazzo.

Em áreas próximas as essa, existe outra chaminé, mais modesta, que foi integrada à algumas residências, vestígio das construções da fábrica de Cerâmicas *Keralux*, em cujo terreno ocorreu um loteamento irregular.

Imagem:

64. Chaminé de uma indústria desconhecida com sua área industrial aterrada. Nota-se a pichação e as rachaduras na parte superior da construção, MORCELLI, D.C, 2012.

Esses exemplos aqui mencionados expressam o fazer de *Tabula rasa* na região, que tem apagado memórias, histórias e com elas os sentidos de identidade e singularidade que caracterizam a região. Isso tem se passado com os testemunhos das paisagens pretéritas e, espantosamente, com aqueles testemunhos que foram considerados um dia de expressiva relevância para a memória e a história do local, tanto é que receberam o título de patrimônio protegido, sendo inscritos no livro do tombo. Se a conservação depende do reconhecimento do pertencimento coletivo, como anda esse reconhecimento na região em estudo? Para responder isso há que se ater ao histórico da proteção do patrimônio no país e na cidade de São Paulo em particular.

4.2 A proteção ao patrimônio na cidade de São Paulo

No país, a proteção ao patrimônio cultural – bens caracterizados pelo seu valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e até mesmo afetivo – ocorre por meio do tombamento, um instrumento jurídico pelo qual o Poder Público determina que os bens sejam parte do patrimônio coletivo, sejam eles bens públicos ou privados. Trata-se de um procedimento que declara ou reconhece o valor cultural a bens que, por suas características, passam a ser conservados no interesse da coletividade. É um ato administrativo, com a inscrição do objeto no livro do tombo. Os efeitos jurídicos sobre o patrimônio tombado restringem a alienação, a alteração da paisagem da vizinhança e a modificação do bem. Obrigando o proprietário a conservá-lo, ocorrendo sanções administrativas e penais conforme a legislação pertinente, caso haja alteração, demolição, dano ou depredação do bem (SILVA, 2003).

O tombamento encontra amparo no Decreto-Lei nº 25, de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, reafirmado pela Constituição de 1988, que dispõe no 1º parágrafo do artigo 216 que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (IPHAN, 2006; SILVA, 2003; ZANIRATO, 2011).

A Constituição de 1988 afirma ainda, no artigo 30, que “compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. Com isso, a responsabilidade pela proteção passou a ser uma ação compartilhada nas escalas federal, estadual e municipal (IPHAN, 2006).

Seu processo de reconhecimento para uma sociedade ou grupo social passa pelo aval de conselhos presentes nas diversas escalas de poderes, cabendo em primeiro lugar ao seu proprietário a conservação e eventual restauração do imóvel, havendo sanção caso sua determinação seja descumprida (ZANIRATO, 2011).

O tombamento é uma das figuras jurídicas que amparam as ações de defesa do patrimônio cultural, expressa a supremacia do interesse público sobre o privado. Não altera a propriedade do bem, não elimina as possibilidades de transação imobiliária e não impede as reformas e a adaptação de imóveis para novos usos, mas obriga o proprietário a submeter qualquer proposta de alteração aos órgãos responsáveis pelo tombamento (ZANIRATO, 2011).

A ação estatal de proteção do patrimônio se efetiva mediante a mobilização social que leva o governo a adotar políticas de proteção. Para isso é necessário que a população se identifique com os elementos a serem conservados e estes sejam representativos. O reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens acarreta esforços comuns para sua conservação e, quanto mais coletivo e representativo eles forem, mais protegidos estarão (ZANIRATO, 2011).

A compreensão desse ato pela sociedade é importante não só para limitar a atividade do setor construtor e especulador do solo, mas como para reivindicar novos usos dos bens culturais, compatíveis com as necessidades sociais. A defesa, manutenção e conservação do patrimônio deve ocorrer não somente devido à antiguidade, estética e excepcionalidade, mas também por sua dimensão social e intangível, pelos efeitos sociais consubstanciais ao processo de desaparecimento de tais bens (ZANIRATO, 2011).

Porém a manutenção deste legado não se dá sem desafios, e sem que as comunidades se posicionem em relação a conservar ou destruir esses testemunhos para que novas escritas se façam. Esses fatores consistem, na problemática da manutenção dos testemunhos das diferentes formas de ocupação do espaço.

A cidade de São Paulo possui bens tombados no âmbito municipal, estadual e federal, e bens tombados em mais de uma esfera. São Paulo, nos dizeres de Benedito Toledo de Lima (1981) tem sua escrita "*raspada*" de tempos em tempos. Essas transformações ocorridas na cidade, de acordo com Zanirato (2011), favorecem ao esquecimento do patrimônio cultural, sendo que o processo de produção do espaço na cidade de São Paulo consiste num dos maiores empecilhos para a conservação do patrimônio cultural edificado em face da exigência indeclinável do desenvolvimento econômico social sempre apregoado.

A eficácia da proteção dos bens patrimoniais em São Paulo, de acordo com Zanirato (2011), é algo questionável. Na região em estudo, as ações de proteção dos testemunhos do passado considerados como patrimônio ocorreram sob os auspícios do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP).

Essa somatória de órgãos parece indicar que o patrimônio cultural da cidade encontra-se bem protegido, porém, existem bens edificados legalmente protegidos que se encontram em estado de degradação, assim como há bens que tiveram sua inscrição nos livros-tombo averbada com termo de cancelamento, o que se designa como “*destombamento*”. Muitas vezes a ineficácia da proteção patrimonial em São Paulo se explica diante da incessante busca pelo novo e da rejeição do que é visto como arcaico (ZANIRATO, 2011).

A incidência de bens destombados, de acordo com Zanirato (2011) é um indicativo dessa fragilidade das medidas destinadas a proteger o patrimônio, e da importância da exigência do desenvolvimento econômico social. Isso indica que sua defesa provoca diferentes opiniões e interesses e está intimamente relacionada com o modelo de cidade que se aspira, pois envolve a manutenção ou não dos testemunhos materiais do passado (ZANIRATO, 2011).

O destombamento foi instituído no Brasil em 1941, por meio do Decreto-Lei nº 3.866, que retirou a proteção à um jardim no Rio de Janeiro, o Campo de Santana, de 1873, e a duas igrejas do século XVIII, medida adotada para a ampliação da Avenida Getúlio Vargas. Da mesma forma, o governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969, no artigo 8º, afirmou que o destombamento poderia ocorrer quando ficasse comprovado que “resultara de erro de fato quanto à sua causa determinante, ou por exigência indeclinável do desenvolvimento econômico social do Estado” (ZANIRATO, 2011).

Em 1981 a Lei Estadual nº 519/81 incluiu no artigo 6º que um “bem tombado poderá ser destombado por ato do Governador do Estado, ouvido o Conselho Estadual de Tombamento”. Essas medidas acabaram por contribuir para que o destombamento se convertesse em uma prática disseminada pelo país (ZANIRATO, 2011).

A cidade de São Paulo possui exemplos desastrosos da conservação do patrimônio, bens que foram relegados a interesses particulares, tornando os órgãos de proteção ao patrimônio na cidade verdadeiras aberrações, principalmente quando se encontra o indicativo de bens destombados e bens não reconhecidos apesar de manifestações populares.

A atuação dos órgãos de proteção ao patrimônio nos últimos anos tem demonstrado que suas funções encontram-se desvirtuadas, visto os casos de destombamento, e destruição dos bens protegidos. Ao contrário do que prevê a legislação, a proteção ao patrimônio, está relegada ao abandono e a ação econômica sem regras, o que resulta em que um imóvel

tombado não mereça a devida conservação, visto o caso dos Sítios Piraquara e Mirim. Do mesmo modo, há inúmeros elementos que expressam as memórias, as histórias do lugar, as rugosidades da paisagem e que não são reconhecidos como importantes ao ponto de vista de serem conservados. Se sua conservação depende do reconhecimento do pertencimento coletivo, como anda esse reconhecimento na região em análise? Para responder isso há que se ater ao histórico da proteção do patrimônio na cidade de São Paulo.

As primeiras iniciativas de proteção ao patrimônio na cidade de São Paulo se deram em 1931, com a criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN). Em 1968 foi criado no âmbito estadual o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico⁶⁸. Em 1985, foi criado no âmbito municipal o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo⁶⁹. Os três órgãos de preservação atuam concomitantemente na cidade de São Paulo⁷⁰.

Do órgão federal que atuou primordialmente em São Paulo, resultou o reconhecimento de edificações remanescentes do povoamento do litoral, as casas rurais bandeiristas, sedes de antigas fazendas de café, capelas e igrejas dos seiscentos, como representações máximas do passado paulista, valorizando sempre elementos arquitetônicos. Porém as razões que nortearam os tombamentos diziam respeito apenas os especialistas, distanciados do cotidiano da maioria da população. Essa proteção era concebida com o pressuposto de uma ameaça de destruição, quase sempre atribuída pelos que escrevem a História, àqueles que nela não são incluídos (RODRIGUES, 2000).

O entendimento do Serviço de proteção do patrimônio foi o de que tais elementos mereciam ser protegidos, pois remetiam à formação do país, e expressavam, em suas arquiteturas, histórias que remontavam ao bandeirismo, à cafeicultura e à industrialização (ZANIRATO, 2011).

Ou seja, eram considerados patrimônio pelo IPHAN, os bens considerados testemunhos de fatos históricos memoráveis ou aqueles dotados de valores artístico e documental. Na região

⁶⁸ CONDEPHAAT, instituído pela Lei nº 10.247, de outubro de 1968.

⁶⁹ CONPRES, instituído pela Lei nº 10.032, de dezembro de 1985.

⁷⁰ Estruturalmente, sobre a deliberação de tombamento, um órgão acata o tombamento do outro em instância superior.

de estudos foram tombados pelo IPHAN o sítio Mirim, e a Capela de São Miguel Paulista, bens que remetiam à história da fundação e ao sincretismo cultural. Nos estudos ainda constavam o Sítio Piraquara e seu engenho, e a Capela da Biacica.

A criação do CONDEPHAAT, em 1968, “inscreveu-se nos contornos do culto cívico ao passado e da consagração pragmática deste mesmo passado, enquanto produto de consumo cultural valorizado com a indústria do turismo” (RODRIGUES, 2000, p. 34). Os bens selecionados pelo órgão para tombamento (por mais de duas décadas), assim como no IPHAN, traduziram o entendimento de que mereciam ser conservados os testemunhos de fatos históricos memoráveis ou aqueles dotados de valores artístico, documental e turístico. Rodrigues (2000) divide o órgão em três momentos de práticas que definem a sua política (dos anos de 1969 a 1975, de 1975 a 1982 e de 1982 a 1987).

Os anos de 1969 a 1975, foram marcados pela tradição, na qual os conselheiros possuíam uma visão nostálgica do passado, não considerando a vida urbana contemporânea como expressão cultural. A única forma de manutenção do patrimônio era o tombamento e para eles o estilo eclético ou qualquer estilo estrangeiro não era valorizado, apenas a arquitetura tradicional, o que não deixou de ser questionado. A proteção se fazia sem a participação da sociedade (RODRIGUES, 2000).

Os anos 1975 a 1982 trouxeram mudanças quanto à conservação, com a inserção do meio ambiente como um bem a ser protegido. O conselheiro Aziz Ab’Sáber inseriu o tombamento como medida de proteção ao meio ambiente⁷¹ e o patrimônio foi entendido em sua dimensão urbana. Nesse momento a cultura passou a ser entendida como “*coisa viva*”, a arquitetura “*menor*” passou a ser valorizada (RODRIGUES, 2000). Segundo Rodrigues (2000) apesar dos esforços do órgão, o período foi marcado pela falta de cooperação do poder público.

Desde 1975, começaram a surgir conselhos municipais de proteção ao patrimônio e a mobilização da ação pública, mas a legislação e a estrutura do CONDEPHAAT permaneceram inalteradas (RODRIGUES, 2000).

⁷¹ A organização de um serviço de patrimônio o estado de São Paulo se deu concomitantemente com a discussão de um serviço nacional, por questões políticas não foi levado à diante; questão que gerou uma diversidade de opiniões. Inclusive sobre a competência do estado tomar os bens (RODRIGUES, 2000).

Entre 1982 a 1987, com a criação de conselhos comunitários em cidades históricas, a discussão com a comunidade, e a criação de um grupo de apoio, o patrimônio passou a ter um papel social mais amplo do que representar o passado (RODRIGUES, 2000).

Até a década de 1980 grande parte dos pedidos de tombamento eram advindos de órgãos públicos. Em geral, os argumentos dos solicitantes eram os da passagem de personagens históricos pelo espaço que se pretendia consagrar como patrimônio ou a posição nobiliárquica do seu proprietário. Com o passar do tempo, alguns pedidos de tombamento começaram a apresentar argumentos referentes à memória de um grupo social ou local, e também a importância da manutenção das condições ambientais⁷². O aparecimento desses argumentos correspondeu à ampliação do entendimento social sobre o patrimônio que, de acordo com Rodrigues (2000), se não foi de todo acompanhada por uma renovação no CONDEPHAAT, foi parcialmente assumida por ele (RODRIGUES, 2000).

Em 1985, foi criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRES. Apesar do longo trabalho de discussão, de preparo da legislação e das suas implicações, o conselho criado em 1985 sofreu mudanças estruturais, de acordo com os relatos de Déa Ribeiro Fenelon (1992), que foi presidente do órgão e diretora do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH)⁷³.

A proposta de lei que foi levada a diante pelo corpo técnico do Departamento sofreu grandes modificações na gestão Jânio Quadros, mudando essencialmente a composição do conselho. Na proposta inicial o Conselho era composto por cerca de trinta membros, representando não só a comunidade ligada à questão da preservação, mas à sociedade civil, as associações de classe e as universidades. Assim, com as modificações, o CONPRES passou a ser um Conselho que tem a maioria de seus membros representando o Poder Executivo. Houveram várias tentativas de mudança e retorno às propostas originais, com maior participação civil (FENELON, 1992).

Esse órgão, assim como o federal e estadual, entende que a conservação é um assunto de técnicos e que os valores que justificam a conservação de um bem são aqueles que remetem

⁷² De acordo com Rodrigues (2000) o CONDEPHAAT foi o primeiro órgão no Brasil à realizar a preservação de áreas naturais por meio do tombamento.

⁷³ A mudança se refere a Lei Nº 10.032/85, que instituiu o conselho, alterada pela Lei Nº 10.236 de 16 de dezembro de 1986.

à história e à arte. Com isso, a população não se vê representada no conselho, assim como a arquitetura vernacular, das pessoas comuns, dos fatos do cotidiano, não é vista como patrimônio.

Essa questão somada à velocidade da ocupação na região leste de São Paulo, sem um planejamento adequado, explicam as dificuldades na manutenção das rugosidades que permitem leituras das diferentes ocorridas na região em análise. Sob o signo da *Tabula rasa*, os testemunhos das paisagens pretéritas possuem pouca garantia de sobrevivência na paisagem atual.

Considerações Finais

Ao decorrer deste estudo foram contempladas as principais transformações ocorridas na paisagem da porção oriental da cidade de São Paulo. Longe de ser um estudo absoluto este é um direcionamento, um caminho que se apresenta e abre inúmeras possibilidades de complementação. Longe de ser uma descrição completa desse universo de testemunhos, é uma tentativa de sistematização.

Percorremos a partir da introdução os aspectos teóricos sobre paisagem, patrimônio e memória. Trouxemos a história da paisagem e nessa lógica, a escrita atual da paisagem, dos testemunhos que persistem e de testemunhos que sobrevivem em outras memórias.

Mostramos que no século XVI, com a colonização da região, foram formados os aldeamentos. Apesar de não haver testemunhos significativos atuais na região, sabemos que as construções eram rudimentares, feitas de madeira ou pau-a-pique, substituídas por construções de outros materiais ao longo do tempo, como taipa e tijolo. Essas construções se situavam em torno de um núcleo, formado pela capela e seu largo, e outras aglomerações próximas, e algumas áreas de cultivo.

Essa paisagem gradativamente transformada, ainda no século XVI e durante o século XVII e XVIII quando as terras foram sendo apropriadas e formadas fazendas e sítios, com um aumento das áreas de cultivo e de criação de animais. Destacavam-se as construções de taipa, das quais ainda temos alguns remanescentes na região, massacrados pela intensa urbanização.

No fim do século XIX outras transformações ocorreram, que culminaram com a chegada da linha férrea nos anos iniciais do século XX e, logo após, as indústrias, que favoreceram ao grande adensamento urbano. Coexistiram as olarias fumegantes e as indústrias com a sua chaminés. A várzea era marcada pelas alvercas e lagoas formadas em consequência da retirada de argila do margens Tietê, e o rio, sofria com a crescente degradação que iniciara nesse trecho. Ocorrem então mudanças abruptas, conjuntamente com o apogeu industrial que a região viveu nos anos 1960-70, ocorrem então discontinuidades. Há um grande aumento da população. Reina a paisagem urbana herança da transformação desse tempo.

Neste momento todos os vestígios de tempos passados competem pela sobrevivência em uma cidade marcada pela ânsia da modernidade.

Este período é particularmente relevante para entendermos a degradação de muitos dos remanescentes e o não envolvimento da comunidade com a proteção de vários testemunhos. A ineficácia da política de proteção, o aumento da velocidade das transformações, associado à não participação da população na manutenção desse legado, culminaram com o abandono do patrimônio na região. Também há que se considerar, neste período, o considerável aumento da sofrida população migrante, sem vínculos com o local, preocupada com suas necessidades mais básicas, como moradia, não se identificava e não se via representada no patrimônio da região.

O que há de significativo nesse legado de remanescentes na região? Primeiramente as igrejas e as habitações (sedes de fazendas) do período bandeirista, testemunhos da função primordial na colonização e ocupação do planalto paulista e da região. Os bens do fim do século XIX e início do XX, expressos nos núcleos urbanos, nas indústrias e nas estruturas a elas associadas, no traçado da linha férrea, na conformação das margens do Tietê e do traçado do rio. Muitos remanescentes são relevantes não por sua arquitetura ou excepcionalidade, nem por sua monumentalidade, mas por seu caráter simbólico e de manutenção das tradições. Todos esses bens são marcos de outras concepções de cidade que São Paulo viveu. São signos do passado, frutos e expressões das mudanças na paisagem.

Todos esses testemunhos apresentam-se como patrimônio, herança coletiva daqueles que constituíram a história da região. Esse legado presente na paisagem requer sua proteção em nome da nossa relação com o passado. Proteção que tem se dado problemática, tendo em vista que ela não se efetiva, tendo como exemplo casos de bens tombados que se tornaram ruínas, ou sofreram modificações culminando com a perda de referenciais importantes.

O tombamento por si só não é garantia da sobrevivência do bem, nem deve ser necessariamente a única forma de proteção. Como está posto, sobretudo sem o maior envolvimento da comunidade em geral na tomada de decisão e na participação na manutenção desse legado, a proteção não é garantida. Se um bem é coletivo, depende do reconhecimento da comunidade, porque não considerar a participação da comunidade detentora e preservar o bem em uso?

Nessa região, o reconhecimento desses bens pela comunidade fica em segundo plano, dadas as necessidades básicas e funcionais local, não havendo a preocupação em inserir esses elementos em suas demandas; ocorrendo sempre *Tabula rasa*. Transformando o tombamento em diversas instâncias algo sem ação prática e facilmente revogável, sem ação protetiva.

Entendemos que a paisagem é dinâmica, que as transformações e o processo de apagamento das formas anteriores ocorre como algo normal, pois a sociedade não é estática, e o espaço e, a paisagem também não o é. Porém, na forma e na velocidade que essas transformações ocorreram e ainda ocorrem na cidade de São Paulo, particularmente na região estudada, é danoso para a história, para a memória e para o próprio processo de ocupação do solo urbano.

Dentro dessa lógica, o patrimônio parece uma contemplação daquilo que se vai perder, resquícios cada vez mais distantes, esmagados pelo adensamento urbano, pela ânsia pelo novo na cidade de São Paulo e outros interesses tidos como preferenciais.

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Escritos Ecológicos**. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

ALVES, Glória. Paisagens metropolitanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino (Organizadores). **Geografias de São Paulo. A metrópole no século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2004. v. 2.

ARROYO, Leonardo. **As igrejas de São Paulo**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954.

AYROSA, Plínio. **Os Primitivos Habitantes de São Paulo**. Conferência do Club A. Bandeirantes, nº 4, São Paulo, 15 de fevereiro de 1934.

AZEVEDO, Aroldo Edgard. **Subúrbios orientais de São Paulo**. 1945. 184 f. Tese (concurso à cadeira de Geografia do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Aldeias e aldeamentos de índios. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 33, p23-40, out. 1959.

BACAICOA, Marino. **História do Bairro de Ermelino Matarazzo**. São Paulo: Editora Érica, 2008.

BENEVUOLO, Leonardo. Apresentação [1980]. In: TOLEDO, Benedito Lima. **São Paulo: Três cidades em um século**. 4.ed. São Paulo: Cosacnaif, ([1981]2007), p. 8-9.

BERTRAND, George. Un Paisaje más profundo. De La Epistemologia al método. **Cuadernos Geográficos**, n. 43, p. 17-27, fev. 2008.

BOMTEMPI, Sylvio. **O Bairro da Penha (Penha de França – Sesmaria de Nossa Senhora)**. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura; Prefeitura do Município de São Paulo, 1969.

_____. **O Bairro de São Miguel Paulista**. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura; Prefeitura do Município de São Paulo, 1970.

BRITO, Paulo Vinício. **Capela de São Miguel Arcanjo**. São Paulo: Laborgraf, 2008.

BRUNO, Ernani da Silva. **Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo: Arraial de Sertanistas (1554-1828)**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, ([1953]1991). v. 1.

BURGOS, Rosalina. **Periferias Urbanas da Metrópole de São Paulo: Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico**. 2008. 258 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CPDOC São Miguel Paulista (Centro de Pesquisa e Documentação) - Fundação Tide Setúbal. **Almanaque Um olhar sobre São Miguel Paulista: Manifestações culturais ontem e hoje**. São Paulo: Fundação Tide Setúbal, 2008.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Organizadores). **Geografias de São Paulo: Representação e Crise da Metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2004. v. 1.

FENELON, Déa Ribeiro. Os (des)caminhos da preservação. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA/DPH. (São Paulo) **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Prefeitura Municipal de São Paulo: DPH, 1992. p. 211-223.

FERNANDES, Nelson Nóbrega (**informação pessoal**).

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

JORGE, Janes. **Tietê: O rio que a cidade perdeu – São Paulo, 1890-1940**. São Paulo: Alameda, 2006.

LEMONS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros passos, nº 51)

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo**. Livraria Martins Editora, São Paulo, p. 119, 1953.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Prefácio. In: JORGE, Janes. **Tietê: O rio que a cidade perdeu – São Paulo, 1890-1940**. São Paulo: Alameda, 2006.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MONBEIG, Pierre. La croissance de la ville de São Paulo. **Revue de Géographie Alpine, Grenoble**, Institut de Géographie Alpine, Université de Grenoble, tome XLI, fascículos I e II, 1953.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: Cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

NASCIMENTO, Silvia Haskel Pereira. Sítio Mirim: algumas considerações sobre sua história. In: **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. São Paulo, vol. CXC VII, n. 113, 1986.

NÓBREGA, Humberto Mello. **História do rio Tietê**. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

NOGUÉ, Joan. El retorno al paisaje. **Enrahonar: Quaderns de filosofia** (Ejemplar dedicado a: Estètica de la natura), ISSN 0211-402X, n. 45, p. 123-136, 2010.

PALLONE, Simone. Diferenciando subúrbio de periferia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, Jun. 2005.

PEREIRA, Paulo César Xavier. São Paulo, uma ou várias cidades e histórias? In: Congresso BRASA VI Brazilian Studies Association, 2002, Atlanta (Georgia). **Anais...** CD do Congresso BRASA VI, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: PELEGRINI, Sandra & ZANIRATO, Silvia Helena (Organizadores). **Narrativas da Pós-Modernidade na Pesquisa Histórica**. Maringá: EDUEM, 2005.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910 (Retrato de uma época)**. São Paulo: Martins Fontes, [1910] 1962.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONCIANO, Levino. **Bairros paulistanos de A à Z**. São Paulo: SENAC, 2001

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVII-XXI do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PREZIA, Benedito. **Os indígenas no planalto paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora Unesp, Condephaat, 2000.

ROLNIK, Raquel. **São Paulo**. Coleção Folha Explica. São Paulo: Publifolha, 2001.

SAIA, Luis. A arquitetura em São Paulo. In: BRUNO, Ernani da Silva (Organizador). **São Paulo, terra e povo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

SAMPAIO, Teodoro. São Paulo no século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. VI. p. 199, s.d.

SANTOS, Elina. O. Tietê o Rio de São Paulo. In: AZEVEDO, Aroldo (Org.). **A Cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Volume 4, 1958.

- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- SHISIDO, T. **Brasil e Japão**. Os 100 anos do Tratado da Amizade. Associação Cultural e Recreativa Akita Kengin do Brasil, São Paulo, 1998.
- SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Peirópolis, Edusp, 2003.
- SILVA, Manoel Lemes da (**informação pessoal**).
- STELLA, Roseli Santaella. Fundação de São Miguel e atuação dos Padres Jesuítas e Frades Franciscanos. In: SEMANA DE TEOLOGIA DAS COMUNIDADES DO SETOR PASTORAL DE ERMELINO MATARAZZO, 2., 2008, São Paulo. **Anais...** p.1-7. No prelo.
- TOLEDO, Benedito Lima. **São Paulo: Três cidades em um século**. 4.ed. São Paulo: Cosacnaif, ([1981]2007).
- VARINE-BOHAN, Hügues de. Patrimônio Cultural: A Experiência Internacional. 12 de agosto de 1974. 28 f. **Notas de aula**. Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- ZANIRATO, Silvia Helena. A fotografia de imprensa: modos de ler. In: PELEGRINI, Sandra & ZANIRATO, Silvia Helena (Organizadores). **Dimensões da Imagem – Interfaces teóricas e metodológicas**. Maringá: EDUEM, 2005.
- _____. Usos sociais do Patrimônio Cultural e Natural. **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-16, Out. 2009.
- _____ & SCHWANZ, Angélica Kohls. **Florestamento - desenraizamento: a transformação na paisagem nos pampas e a identidade do gaúcho**. Diálogos (Maringá), v. 15, p. 251-255, 2011.
- _____. Exercícios de esquecimento do passado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, Abr. 2011.

Referências Jornalísticas

- BALOGH, Giovanna. A capela mais velha da cidade de São Paulo corre perigo. **Jornal da Tarde**. Caderno Cidade (Caderno A3). São Paulo, quarta-feira, 30 de junho de 2004.
- GAZETA DO TATUAPÉ (da Edição). Ação de moradores impediu queda da Igreja velha. **Gazeta do Tatuapé – Zona Leste**. São Paulo, 15 a 21 de setembro de 2002. p. 3.

LIMA, Nelio. Sítio Mirim é patrimônio histórico, mas pode desaparecer. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1973.

MAZITELLI, Fábio. Imóvel tombado muda plano de Parque. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 14 de julho de 2011.

VENTURA, Cássio. Memória: Engenho foi demolido nos anos 70. **Seu Bairro**. São Paulo, 1976.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ameaçada a chácara histórica. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1982.

Leis, decretos, deliberações e informações on-line

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Iphan deve tomba bens da imigração japonesa em São Paulo**. 22 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 2011.

_____. **Arquivo Noronha Santos**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/>>. Acesso em: 2011

CONDEPHAAT – CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Resolução 20.700/78: O Conselho deliberou favoravelmente pela revogação da resolução de tombamento do Sítio Piraquara, mobiliário e pertences. Sessão Ordinária de 06/10/1997. **Informação on-line**. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 2009.

_____. **Listagem de bens tombados**. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 2011.

_____. **Processo de tombamento da Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos [1982]**. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 2012.

CONPRES – CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Listagem de bens tombados**. Disponível em: <<http://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/>>. Acesso em: 2011.

_____. **Coletânea de resoluções do CONPRES (1988-2012)**. Disponível em: <<http://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/legislacao/resolucoes/>>. Acesso em: 2012.

DPH – DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **A capela da Biacica e a chácara dos Fontouras**. Disponível em: <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em 2007.

SÃO PAULO (estado). Decreto Nº 47.753, de 8 de abril de 2003. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, terreno situado no Distrito de Ermelino Matarazzo, Município e Comarca de São Paulo, necessário à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, para implantação de Programa Habitacional. **Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE**, São Paulo – SP, 9 de abril de 2003. Poder Executivo, Seção I. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br/>>. Acesso em 2009b. p. 3.

SÃO PAULO (cidade). Fazenda Biacica a história de 1682. **Notícias da Subprefeitura de São Miguel Paulista**, São Paulo, 14 out. 2009. Disponível em: <<http://www2.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 2009a.

Outras referências

Carta encaminhada ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo por Wagner Leandro Pereira, em 08 de abril de 1992.

Ata da 5ª sessão regimental do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, realizada a 21 de Março de 1927 – Elaborada pela Comissão do Instituto (Affonso A. de Freitas, Edmundo Krug e Geraldo Ruffolo). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Volume XXXIV, pg. 732/3.

Referências das fotos

Imagens de 1 à 20. In: AZEVEDO, Aroldo Edgard. *Subúrbios orientais de São Paulo*. 1945. 184 f. Tese (concurso à cadeira de Geografia do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Imagens de 21 à 26. *Imagens obtidas por coletivo em uma jornada fotográfica pela Vila Cisner, da qual o autor deste estudo fez parte, 2010.*

Imagens de 27 à 30. *Acervo da Capela de São Miguel, divulgadas em meio eletrônico de divulgação da capela, 2012.*

Imagens de 31 à 34. *Imagens obtidas em <<http://notasdesaomiguel.blogspot.com/>> em 2009 – crédito das fotos Gilberto Travesso, 2009.*

Imagem 43; 46; 51. *Acervo pessoal do autor – 2010, 2009, 2011 respectivamente.*

Imagens de 35 à 42; 44; 45; 47 à 50; 52 à 54; 56 à 58; 60; 64. *Acervo pessoal do autor obtidas para fim deste estudo – 2012.*

Imagem 55. *Imagem obtida em:* VENTURA, Cássio. *Memória: Engenho foi demolido nos anos 70. Seu Bairro.* São Paulo, 1976.

Imagem 59. *Imagem obtida em:* FOLHA DE SÃO PAULO. *Ameaçada a chácara histórica. Folha de São Paulo.* São Paulo, 1982 – autor da fotografia; Geraldo GUIMARÃES.

Imagens de 61 à 63. *Imagens pessoais de Andréia Silva, cedidas para este estudo, 2010.*

Principais referências consultadas

ADORNO, Vicente. **Tietê, uma promessa de futuro para as águas do passado.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1999.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL BEATO JOSÉ DE ANCHIETA. **Guia cultural e Turístico – Zona Leste de São Paulo.** São Paulo: Gráfica Ave Maria, 2010.

_____. **Capela de São Miguel: restauro, fé, sustentabilidade.** São Paulo: ASSOCIAÇÃO CULTURAL BEATO JOSÉ DE ANCHIETA, 2010

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** 3 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

CASTRIOTA, Leonardo Burci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTILLO RUIZ, J. ¿Hacia una nueva definición de patrimonio histórico? **PH Boletín Del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. XVI, Sevilla: IAPH, septiembr 1996, p.22.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade; Editora Unesp, 2006.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66).** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

JESUS, Edson Penha de. *Penha: de bairro rural a bairro paulistano. Um estudo do processo de configuração do espaço penhense.* 2007. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem.** 10 Ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2006.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1979.

LOFEGO, Silvio Luiz. **Memória de uma metrópole: São Paulo na obra de Ernani Silva Bruno.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

LOPES, Rodrigo Herrero (org.). **Face Leste: revisitando a cidade.** São Paulo: Mitra Diocesana São Miguel Paulista, 2011.

LOWHENTAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Akal Universitaria, 1998.

MAYUMI, Lia. **Taipa, canela-preta e concreto. Estudo sobre o restauro de casas bandeiristas**. 2006. 325 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. Preservação: Arqueologia, arquitetura, cidades: IPHAN/9R**, 2005.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 5ª ed.

MORCELLI, Danilo da Costa. Análise Histórico-Ambiental – Os contrastes do Meio Ambiente em uma Região do Subúrbio Paulistano: o Caso de Ermelino Matarazzo. **2010. 88 f. Projeto de Formatura. (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo**.

OMAR, Elmi (Organizador). **Guarulhos tem história – Questões sobre história natural, social e cultural**. São Paulo: Ananda, 2008.

PELEGRINI, Sandra & FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Primeiros passos, nº 331)

PORTA, Paula (Org.). **História da cidade de São Paulo, v.1: A cidade colonial 1554-1822**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **História da cidade de São Paulo v.2: A cidade no império 1823-1889**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **História da cidade de São Paulo v.3: A cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SOUZA, Marise Campos de & BASTOS, Rossano Lopes (Organizadores). **Patrimônio: 70 anos em São Paulo**. São Paulo: IPHAN, 2008.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos (Org.). **Recados aos nossos ancestrais Memória das relações entre a comunidade e o Patrimônio**. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2011.

VAHINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.